

**Governo do Estado de Santa Catarina**  
**Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS**  
**Diretoria de Recursos Hídricos – DRHI**

# **PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ**

## **RELATÓRIO ETAPA A**

**- ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA  
ELABORAÇÃO DO PLANO -**

Janeiro / 2009



**Comitê de Gerenciamento  
da Bacia Hidrográfica  
do Rio Timbó**



**Secretaria de Estado  
do Desenvolvimento  
Econômico Sustentável**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Luis Henrique da Silveira  
Governador do Estado

Leonel Arcângelo Pavan  
Vice-Governador do Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
SUSTENTÁVEL - SDS**

Onofre Santo Agostini  
Secretário de Estado

Lauro Andrade  
Diretor Geral

**DIRETORIA DE RECURSOS HÍDRICOS - DRHI**

Flávio Rene Brea Victoria  
Diretor de Recursos Hídricos

**GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - GEPHI**

Rui Batista Antunes  
Gerente de Planejamento em Recursos Hídricos

## **Coordenação do Componente Gestão Ambiental - PRAPEM/Microbacias 2**

Coordenação do Componente e Subcomponente Apoio a Gestão de Bacias  
Hidrográficas  
Guilherme Xavier de Miranda Junior

### **Equipe Técnica Responsável pela Coordenação e Supervisão**

Equipe da SDS

Guilherme Xavier de Miranda Junior – Coordenação Geral  
César Rodolfo Seibt  
Simone Stadnick  
Marta Elisabete Souza Kracik  
Patrice Juliana Barzan

### **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó**

Presidente: Valdir dos Santos  
Vice Presidente: Antônio Marinaldo Reinelli  
Secretário Executivo: Ricardo Dragoni

Equipe da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos (não formalizada)

## **Equipe da SDS / DRHI**

Ana Paula Carvalho Coelho  
Angela Medeiros Viana Carvalho  
Carlos Alberto Rockenbach  
Diogo Barnetche  
Éder da Silva e Sá  
Elisa Duarte Macedo de Sousa  
Enaldo Ribeiro Santos  
Fernando Clark Nunes  
Fernando Medeiros de Azevedo  
Francisco Teruyuki Yokoyama  
Frederico de Moraes Rudorff  
Gilce Porto  
Gisele de Souza Mori  
Grasiela Maria Bento  
Graziela Bohusch  
Hilbert Hubert  
Luciana Camargo Castro  
Robson Marcos da Cunha  
Thobias Leôncio Rotta Furlanetti  
Vinicius Sousa Fazio

## **Execução: MPB Engenharia**

### Coordenação

Paulo José Aragão - Coordenador Geral Técnico  
Ciro Loureiro Rocha - Coordenador Geral

### Especialistas

Héctor Raul Muñoz Espinosa – Assessor Técnico da Coordenação  
Bertoldo Silva Costa  
Clarissa Soares  
Juliana Roscoe  
Pablo Rodrigues Cunha  
André Labanowski

## **Equipe Complementar**

Célio Testoni  
Fábio Luis Viecili  
Daniel Salvador  
José Olimpio Muricy  
Josiane Gili  
Soledad Urrutia de Sousa  
Thayhara Shana Bernardino  
Greici Pitz

**RELATÓRIO – ETAPA A****RL-1708-900-931-MPB-002**

EMPREE:

**SDS**

Página

EXECUTOR

**MPB ENGENHARIA****ESTUDOS AMBIENTAIS****PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA  
HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ****ÍNDICE DE REVISÕES****REVISÃO****DESCRIÇÃO E/OU FOLHAS ATINGIDAS****O EMISSÃO ORIGINAL****A REVISÃO A****B REVISÃO B****C REVISÃO C****ITEM****ORIGINAL****REVISÃO A****REVISÃO B****REVISÃO C****REVISÃO D****REVISÃO E****DATA DA EXECUÇÃO**

10/11/08

10/01/09

20/01/09

26/01/09

**EXECUTADA POR**

Clarissa

Clarissa/Daniel/  
FábioClarissa/Daniel/  
FábioClarissa/Daniel/  
Fábio**APROVAÇÃO  
PRELIMINAR**

Ciro

Ciro/Héctor

Ciro/Héctor

Ciro/Héctor

**APROVAÇÃO FINAL**

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página i
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1.2. ASPECTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>7</b>
1.2.1. DESTAQUES DA LEGISLAÇÃO EM ÂMBITO FEDERAL .....	8
1.2.2. DESTAQUES DA LEGISLAÇÃO EM ÂMBITO ESTADUAL .....	10
1.2.3. MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO .....	20
<b>2. ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2. DENOMINAÇÃO DA ÁREA – ASPECTOS CONCEITUAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>2.3. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA HIDROGRÁFICO DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS TIMBÓ</b>	<b>29</b>
<b>2.4. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO.....</b>	<b>31</b>
2.4.1. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	31
2.4.2. CENÁRIO ATUAL .....	35
2.4.3. ASPECTOS TURÍSTICOS .....	37
2.4.4. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O USO DOS RECURSOS HÍDRICOS .....	38
<b>3. DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA SOCIAL DA ÁREA DO SHPRH TIMBÓ.....</b>	<b>43</b>
<b>3.1. IDENTIFICAÇÃO DE ATORES SOCIAIS ATUANTES NO SHPRH TIMBÓ: GRUPOS SOCIAIS E ECONÔMICOS ORGANIZADOS .....</b>	<b>44</b>
3.1.1. SINDICATOS .....	44
3.1.2. ASSOCIAÇÕES COMERCIAIS E INDUSTRIAIS .....	45
3.1.3. COOPERATIVAS AGRÍCOLAS .....	45
3.1.4. ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS .....	46
<b>3.2. CARACTERIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS COM O GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS.....</b>	<b>47</b>
3.2.1. INSTITUIÇÕES DE ÂMBITO MUNICIPAL E INTERMUNICIPAL .....	48
3.2.1.1. MUNICÍPIOS .....	48
3.2.1.2. ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS .....	51
3.2.1.3. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL .....	52
3.2.2. INSTITUIÇÕES DE ÂMBITO ESTADUAL .....	54
3.2.2.1. SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SDS .....	54
3.2.2.2. CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH .....	56
3.2.2.3. SECRETARIAS DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SDR 'S .....	56
3.2.2.4. EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A – EPAGRI .....	58

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página ii</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			
<p>3.2.2.5. COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA – CIDASC ..... 64</p> <p>3.2.2.6. COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN ..... 65</p> <p>3.2.2.7. FATMA – FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE ..... 66</p> <p>3.2.2.8. VIGILÂNCIA SANITÁRIA ..... 67</p> <p>3.2.3. INSTITUIÇÕES DE ÂMBITO FEDERAL ..... 68</p> <p>3.2.3.1. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA ..... 68</p> <p>3.2.3.2. INSTITUIÇÕES FEDERAIS SEM ESCRITÓRIOS REGIONAIS NA ÁREA DO SHPRH TIMBÓ ..... 68</p> <p>3.2.3.3. CONSELHOS PROFISSIONAIS ..... 70</p> <p>3.2.4. ORGANIZAÇÕES DE NATUREZA NÃO GOVERNAMENTAL – ONG’S ..... 71</p> <p>3.2.5. COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ ..... 71</p> <p>3.2.6. INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR ..... 75</p> <p><b>3.3. PLANO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO – ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS ..... 75</b></p> <p>3.3.1. PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL ..... 77</p> <p>3.3.2. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ..... 80</p> <p><b>3.4. PLANO DE DIVULGAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO – AÇÕES DESENVOLVIDAS ..... 84</b></p> <p>3.4.1. DO PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL ..... 84</p> <p>3.4.2. DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ..... 85</p> <p><b>3.5. REALIZAÇÃO DO I ENCONTRO REGIONAL – RELATOS ..... 86</b></p> <p>3.5.1. RELATO DA REUNIÃO COM O COMITÊ DO RIO TIMBÓ ..... 87</p> <p>3.5.2. RELATO DO I ENCONTRO SOBRE A ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ ..... 90</p> <p><b>4. CONCLUSÕES ..... 93</b></p> <p><b>5. BIBLIOGRAFIAS ..... 96</b></p> <p>5.1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 96</p> <p>5.2. BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS ..... 108</p> <p><b>6. ANEXOS ..... 113</b></p>			



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página iii
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Fluxograma Metodológico do Plano de Trabalho .....</i>	<i>6</i>
<i>Figura 2 – Vertentes de drenagem do Estado de Santa Catarina .....</i>	<i>21</i>
<i>Figura 3 – Divisão Hidrográfica Nacional, Resolução do CNRH nº 32/2003 .....</i>	<i>22</i>
<i>Figura 4 – Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina e limites das bacias hidrográficas .....</i>	<i>23</i>
<i>Figura 5 – Região Hidrográfica do Paraná (ANA) .....</i>	<i>25</i>
<i>Figura 6 – Localização do SHPRH Timbó no âmbito das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina .....</i>	<i>27</i>
<i>Figura 7 – Área do SHPRH Timbó na Região Hidrográfica Planalto de Canoinhas (RH 5).....</i>	<i>28</i>
<i>Figura 8 – Abrangência Municipal na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>50</i>
<i>Figura 9 – Abrangência das Associações de Municípios na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>52</i>
<i>Figura 10 – Abrangência do Consórcio Bem-Te-Vi .....</i>	<i>53</i>
<i>Figura 11 – Organograma da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.....</i>	<i>55</i>
<i>Figura 12 – Abrangência das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR´s) na área do SHPRH Timbó.....</i>	<i>57</i>
<i>Figura 13 – Abrangência das Gerências Regionais da Epagri na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>60</i>
<i>Figura 14 – Comitê Timbó: Municípios integrantes do Comitê Timbó (SUB2 - Timbó), de acordo com o Decreto Estadual 4.295/2002, na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>74</i>
<i>Figura 15 – Fluxograma de integração de ações estratégicas para o envolvimento dos atores sociais....</i>	<i>76</i>
<i>Figura 16 – Cronograma de atividades do Plano de Divulgação e do Plano de Mobilização Social .....</i>	<i>83</i>

## LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1 – Descrição Geral das Etapas de Trabalho .....</i>	<i>3</i>
<i>Quadro 2 – Regiões Hidrográficas e bacias formadoras .....</i>	<i>15</i>
<i>Quadro 3 – Vertentes, Regiões Hidrográficas (ANA), Regiões Hidrográficas (RH-SC) e “bacias” de Santa Catarina .....</i>	<i>24</i>
<i>Quadro 4 – Dados de População do SHPRH Timbó.....</i>	<i>41</i>
<i>Quadro 5 – Cooperativas na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>46</i>
<i>Quadro 6 – Municípios inseridos na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>48</i>
<i>Quadro 7 – Associações de Municípios atuantes na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>51</i>
<i>Quadro 8 – SDR´s inseridas no SHPRH Timbó .....</i>	<i>57</i>
<i>Quadro 9 – Gerências Regionais da Epagri atuantes na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>58</i>
<i>Quadro 10 – ADM´s inseridas na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>61</i>
<i>Quadro 11 – Administrações Regionais da CIDASC inseridas na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>64</i>
<i>Quadro 12 – Abrangência da SPO Planalto/Oeste na área do SHPRH Timbó .....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro 13 – Abrangência da SRN Norte/Vale do Rio Itajaí na área do SHPRH Timbó.....</i>	<i>66</i>

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página iv</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Lei Estadual nº 10.949/1998

Anexo 2 – Mapa Temático – “Abrangência do SHPRH Timbó, áreas contribuintes (SUB)”

Anexo 3 – Relação de Festividades nos municípios da SHPRH Timbó

Anexo 4 – Relação dos Atores Sociais da área do SHPRH Timbó

Anexo 5 – Decreto Estadual nº 4.295/2002

Anexo 6 – Lista de Presença do Encontro Regional

Anexo 7 – Registro Fotográfico do Encontro Regional

Anexo 8 – Convite, *Folder* e *Banner* do Encontro Regional

Anexo 9 – Pauta do Encontro Regional

Anexo 10 – Documento veiculado na mídia escrita e impressa

Anexo 11 – Encontro Regional: Apresentação da SDS/DRHI

Anexo 12 – Encontro Regional: Apresentação da MPB Engenharia

Anexo 13 – Recuperação de Áudio do Encontro Regional

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 1</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

### **1.1. Introdução**

O presente relatório compõe o conjunto de atividades executadas na Etapa A, do Plano de Trabalho Ajustado, para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Esta Etapa A é denominada “Estratégia para o Envolvimento da Sociedade na Elaboração do Plano” e, portanto, teve como objetivo articular o envolvimento dos segmentos sociais na elaboração dos Estudos. Este objetivo implica em ter claramente definida a área objeto do planejamento e o arcabouço legal e institucional que deve sustentar as ações a serem deflagradas. Neste sentido, embora estes aspectos sejam introdutórios ao estudo geral e não somente ao tema central da Etapa A, a Contratada entendeu ser importante incluí-los entre os constituintes desta Etapa. Ainda mais, tendo em conta que se trata do primeiro relatório parcial referente aos estudos em andamento para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó.

O presente relatório é composto de seis capítulos, assim estruturados:

- **Capítulo 1 – Considerações Iniciais:** Introdução; e, Aspectos Legais e Institucionais;
- **Capítulo 2 – Área de Estudo:** Localização da Área; Denominação da Área – Aspectos Conceituais; Caracterização do Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Timbó (SHPRH Timbó);
- **Capítulo 3 – Diagnóstico da Dinâmica Social da área do SHPRH Timbó;**
- **Capítulo 4 – Conclusões;**
- **Capítulo 5 – Bibliografias:** Referências Bibliográficas e Bibliografias Consultadas; e,
- **Capítulo 6 – Anexos.**

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 2</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### **1.1.1. Contextualização do Estudo**

A decisão do Brasil de enfrentar o desafio de solucionar os problemas relacionados aos recursos hídricos nacionais aconteceu com o advento da Lei 9.433/97, que definiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SNGRH). A chamada “Lei das Águas” baseia-se em princípios e fundamentos hoje aceitos em quase todos os países que avançaram na gestão dos recursos hídricos. Seu primeiro princípio é a adoção da Bacia Hidrográfica como unidade territorial de planejamento dos recursos hídricos. Dentro deste contexto de planejamento e, utilizando-se o conceito de unidade por Bacia Hidrográfica, a própria Lei das Águas trouxe como importante instrumento de gestão os Planos de Bacia Hidrográfica, destinados a estabelecer metas e indicar soluções de curto, médio e longo prazo, com horizonte de planejamento compatível com seus programas e projetos.

O Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural PRAPEM/MICROBACIAS 2 é uma parceria entre o Banco Mundial, o Governo do Estado de Santa Catarina e as Prefeituras Municipais; executado pela Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR) e suas vinculadas, EPAGRI e CIDASC, com apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) e sua vinculada Fatma, juntamente com a Polícia Ambiental de Santa Catarina. O objetivo central do projeto é promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visam o desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com a efetiva participação dos atores envolvidos. O Estado de Santa Catarina recebeu um empréstimo (LN-4660-BR) do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para financiar esse Programa, pretendendo aplicar parte desse empréstimo para fazer face aos pagamentos referentes à execução dos serviços expressos.

Desta forma, o estudo para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó é desenvolvido no âmbito do Programa PRAPEM/MICROBACIAS 2, na Componente Gestão Ambiental através da Subcomponente Apoio a Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e tem como instituição executora a Diretoria de Recursos Hídricos – DRHI da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS. De acordo com o Plano de Trabalho Ajustado para elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, o estudo será desenvolvido em três etapas sequenciais de forma articulada e harmônica, constituídas por várias atividades, conforme consta no TOR 065/2006 proposto pela SDS.

De acordo com os procedimentos metodológicos apresentados no Plano de Trabalho Ajustado, as etapas previstas no Termo de Referência estão descritas no Quadro 1.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		<b>Página 3</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		<b>REVISÃO C</b>
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

**Quadro 1 – Descrição Geral das Etapas de Trabalho**

Identificação	Descrição/Conteúdo
<b>Etapa A: Estratégia para o Envolvimento da Sociedade na Elaboração do Plano</b>	<p>Esta etapa tem como objetivo articular o envolvimento da sociedade na elaboração dos Estudos objeto do TOR 065/2006. Desta forma, deverá se complementar o levantamento técnico do diagnóstico, divulgar a elaboração do Plano, envolvendo a população na discussão das potencialidades e dos problemas hídricos e suas implicações, sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos hídricos e estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão desses recursos.</p> <p>Neste processo de sensibilização, serão mobilizados os diferentes atores da sociedade local de forma a permitir o estabelecimento de uma estratégia de fortalecimento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Também será essencial para alcançar os objetivos propostos, buscar a integração das ações de planejamento e gestão da bacia hidrográfica com o trabalho a ser desenvolvido nas microbacias com outras ações do Subcomponente do PRAPEM de Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação, tendo como principal resultado a elaboração e início de implementação gradativa do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Esta Etapa deverá auxiliar o início dos levantamentos para compor o conhecimento da dinâmica social da bacia e da Região Hidrográfica.</p>
<b>Etapa B: Diagnóstico e prognóstico dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó</b>	<p>Esta etapa tem por objetivo levantar e inventariar os recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, com vistas à avaliação quantitativa e qualitativa da disponibilidade hídrica da bacia hidrográfica, bem como caracterizar e quantificar as demandas hídricas consuntivas e não consuntivas, permitindo a identificação de conflitos já instalados ou potenciais. Prevê também o conhecimento da dinâmica social da bacia e da Região Hidrográfica.</p> <p>Nesta fase de diagnóstico deverão ser considerados estudos e projetos existentes na área, principalmente os “Estudos dos Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos para o Estado de Santa Catarina e Apoio para sua Implementação”, o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH/SC (em elaboração) e os Sistemas de Informações e de Apoio à Tomada de Decisões e Planejamento SADPLAN (em elaboração), que foram desenvolvidos e/ou estão em desenvolvimento na SDS/DRHI.</p> <p>Esta etapa deverá gerar uma base de dados e informações necessária e suficiente para que possam ser identificadas as soluções para conflitos pelo uso múltiplo dos Recursos hídricos que serão propostas na Etapa C.</p>
<b>Etapa C: Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó</b>	<p>Esta etapa estará voltada à definição de objetivos, metas e estratégias que o Plano buscará alcançar, em face do cenário desejado definido para os horizontes temporais de curto, médio e longo prazo, ou seja, consiste na elaboração do Plano propriamente dito.</p>

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 4</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Nos procedimentos metodológicos apresentados no Plano de Trabalho Ajustado; as etapas previstas no Termo de Referência estão representadas a seguir no **Fluxograma Metodológico do Plano de Trabalho** (Figura 1), que ilustra o encadeamento analítico das atividades a serem desenvolvidas para elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, onde se identifica a Etapa A, apresentada no presente Relatório.

O Termo de Referência TOR 065/2006 para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó indica, entre as fontes de consulta, os estudos em desenvolvimento do Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Projeto PRAPEM/MICROBACIAS 2. Deste último, destacam-se: o projeto dos Planos de Desenvolvimento das Microbacias – PDMHs; e, os estudos do Subcomponente Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação.

No contexto do PRAPEM/Microbacias 2, diversas microbacias hidrográficas do Estado apresentam Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas – PDMH em elaboração. Pela sua filosofia e prática de trabalho, o PRAPEM/Microbacias 2 é considerado um projeto inovador porque há a participação efetiva das comunidades. Cada microbacia hidrográfica contemplada possui uma Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM) formalizada com Diretoria, Estatuto, CNPJ, Conta Bancária e com Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica (PDMH) elaborado pelas comunidades locais. Nestes planos estão definidas as missões, os valores e as ações de curto, médio e longo prazo. As famílias, pela primeira vez, têm voz ativa e poder de decisão. Jovens, mulheres, homens e idosos definem o PDMH a qual pertencem e planejam propostas de melhorias comunitárias, grupais ou individuais. São as famílias organizadas que gerenciam e decidem o que fazer nas áreas ambiental, social e econômica (SANTA CATARINA / SAR, 2004). Como proposta final, esses estudos apresentam um conjunto de prioridades nos grandes blocos de atuação, ou seja: na área ambiental, social e de renda.

Neste sentido, os Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas – PDMH elaborados e que estão em elaboração em várias microbacias hidrográficas integrantes da área de abrangência deste estudo, serão fonte de pesquisa e alvo de discussão visando à incorporação dos resultados dos mesmos no Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó.

Com relação aos estudos do Subcomponente Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação, cita-se o projeto “Planejamento e Implementação do Corredor Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó”, no âmbito do PRAPEM/MICROBACIAS 2, em desenvolvimento, tendo como instituição executora a Fundação de Meio Ambiente (FATMA). O estudo está vinculado ao Termo de Referência nº 58/2006, referente ao planejamento do Corredor Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, no Estado de Santa Catarina.

Os corredores ecológicos visam garantir a manutenção da biodiversidade em grande escala dos processos ecológicos evolutivos; permitir o fluxo genético entre as populações e aumentar as chances de sobrevivência das espécies da fauna e da flora; reduzir a pressão do entorno das

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 5</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

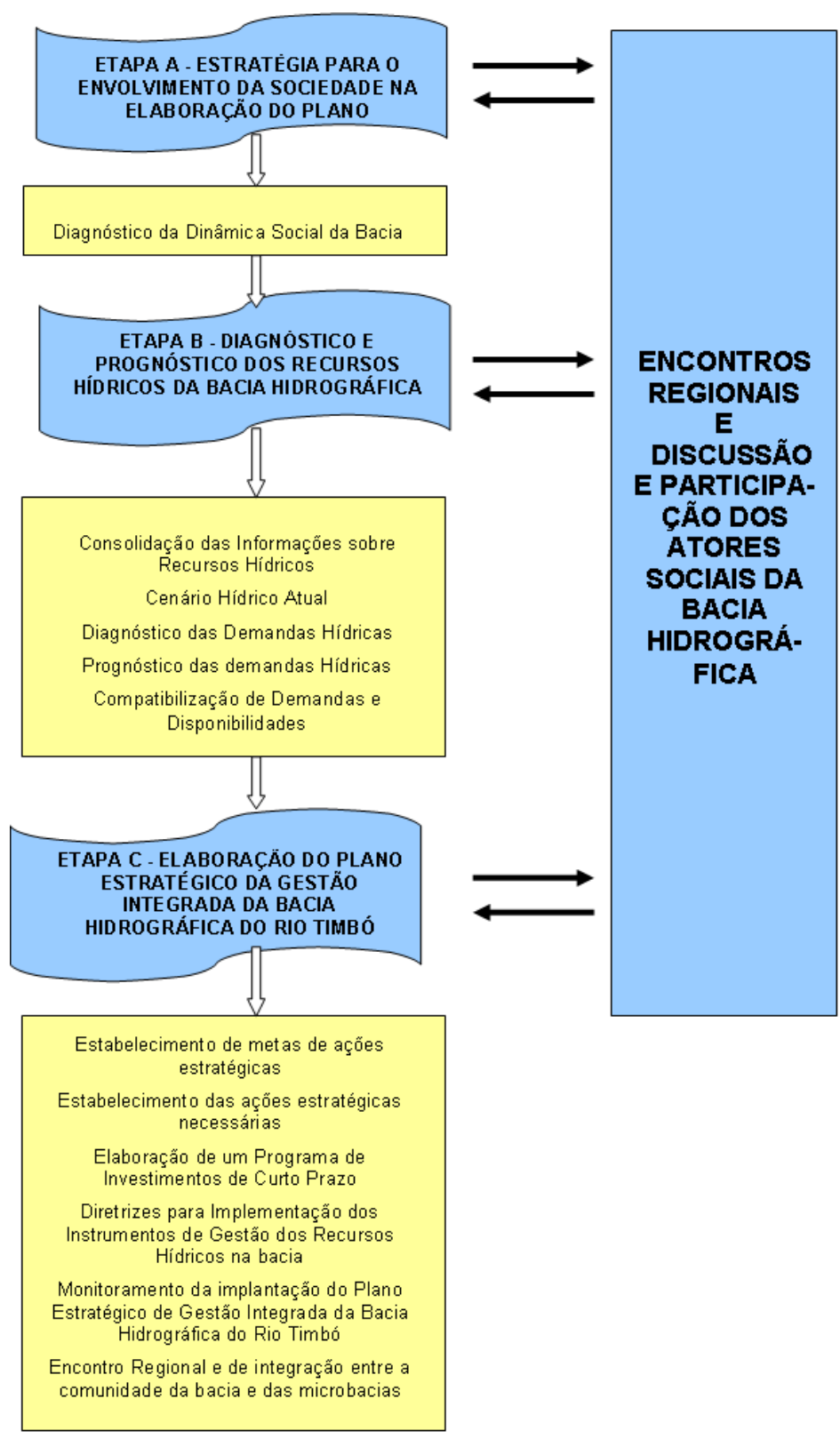
Unidades de Conservação; e garantir o processo evolutivo dos ecossistemas regionais em grande escala, facilitando a conectividade entres estas e as áreas naturais (BRITO, 2006).

De acordo com FATMA (2008), o elemento estratégico do Subcomponente Corredores Ecológicos e das Unidades de Conservação está ancorado em uma face de forte articulação local, representada pela metodologia da Inserção Socioambiental. Nesta metodologia é considerado que a articulação será fundamental para o estabelecimento do diálogo com os diversos atores sociais, tendo em vista que, segundo a Consultora executora deste Subcomponente, este diálogo se encontra hoje prejudicado em razão da condução conflituosa para a criação de Unidades de Conservação na região, por parte do Ministério do Meio Ambiente, em passado recente. Considera também que tal diálogo, por sua vez, é necessário para o acesso seguro dos pesquisadores ao campo, principalmente na obtenção de dados bióticos e socioeconômicos. Por outro lado, relata que o diálogo também cria bases favoráveis para a futura implementação do corredor ecológico, além de constituir-se em canal permanente para identificação da percepção dos diferentes atores sociais.

Destaca o estudo que nos elementos estrategicamente introduzidos está o intercâmbio de experiências com outras iniciativas similares ou sinérgicas ao planejamento e implantação de corredores ecológicos. A Consultora executora deste Subcomponente considera que o intercâmbio de experiências é um instrumento de conservação pouco utilizado no Brasil e que o mesmo será fundamental para intercambiar visões e experiências dentre as iniciativas existentes, de forma a contribuir mutuamente para o padrão de qualidade e efetividade do trabalho.

Os estudos do projeto “Planejamento e Implementação do Corredor Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó” serão objeto de análise e discussão no âmbito do PEGI do Rio Timbó. Na Etapa B (Diagnóstico e Prognóstico dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica) poderão ser incorporados dados e informações produzidos no âmbito do Subcomponente Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação. A área de abrangência do referido projeto coincide integralmente com a área do presente estudo (PEGI Timbó).

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 6
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			



**Figura 1 – Fluxograma Metodológico do Plano de Trabalho**



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 7</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## **1.2. Aspectos Legais e Institucionais**

O Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, que aqui recebe a sigla de – PEGI –, será um plano de orientação de ações em relação aos recursos hídricos da área de abrangência do estudo, com uma perspectiva de caráter estratégico, visando a proposição de medidas para reverter ou evitar conflitos identificados nos balanços hídricos entre as demandas dos usuários e as ofertas disponibilizadas pela natureza. Neste sentido, o PEGI tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento de uma base de conhecimentos e estratégias para a construção gradativa e participativa do Plano de Gerenciamento de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas consideradas.

Para efeitos de balanços hídricos, as disponibilidades hídricas serão estimadas através das equações de vazões médias de longo termo e das vazões mínimas de permanência, apresentadas na Regionalização de Vazões das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina; e as demandas, a partir do Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos – CEURH/SC. O Sistema de Apoio à Tomada de Decisão para Planejamento de Recursos Hídricos Superficiais – SADPLAN – é um sistema computacional disponibilizado pela SDS/DRHI que fornece indicadores matemáticos utilizados para auxiliar no diagnóstico do uso quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos em bacias hidrográficas, de forma a identificar conflitos, sejam eles existentes ou potenciais, entre os diferentes setores usuários de água. O CEURH/SC tem como objetivo a coleta, com base nas informações do próprio usuário, e a disponibilização de informações sobre quem usa, como usa, onde usa e para que usa as águas superficiais e subterrâneas sob o domínio estadual.

Atendendo o caráter participativo das políticas estadual e nacional de recursos hídricos, os resultados do balanço hídrico serão submetidos ao conhecimento da comunidade regional para apreciação e pronunciamento, através do correspondente Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica.

Considerando o exposto anteriormente e também que a unidade de planejamento - bacias hidrográficas de rios de domínio estadual, é de interesse ter presente o arcabouço legal que dá sustentação ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina, seja através da correspondente Política Estadual e/ou das suas leis subseqüentes e complementares. Mas, por outro lado, a própria legislação estabelece que os planejamentos nos diferentes recortes espaciais devam ser coerentes entre si. E esta ótica nos remete à conveniência de ter em mente, não somente o arcabouço legal estadual, mas também o nacional.

Ainda, o planejamento do aproveitamento dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica deve, necessariamente, considerar o correspondente enquadramento dos corpos hídricos conforme os seus usos preponderantes, isto é, as metas de qualidade a serem atingidas/respeitadas para que sejam possíveis os usos pretendidos. Diante deste fato, cabe lembrar, também deve se reportar a alguns aspectos relevantes da legislação ambiental em relação aos recursos hídricos.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 8</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

É importante comentar a necessidade de se buscar a integração – nos aspectos pertinentes e que sejam possíveis – das ações de planejamento e gestão da bacia hidrográfica com o trabalho em desenvolvimento nas microbacias através dos Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas (PDMHs) e outras ações do PRAPEM/Microbacias 2, como por exemplo, os produtos do Subcomponente Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação, no âmbito do projeto “Planejamento e Implementação do Corredor Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó”, atualmente em desenvolvimento.

Salienta-se, desde já, a importância de se ter presente a Política e o Sistema Estadual de Recursos Hídricos no que se refere aos Comitês de Bacias, pois este conhecimento é a base que norteia a identificação de atores sociais e entidades relacionadas no *Diagnóstico da Dinâmica Social da Bacia*, que será abordado no presente estudo.

O arcabouço legal brasileiro contempla todas as diretrizes para a elaboração do planejamento de bacias hidrográficas. Desta forma, a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da área denominada Bacia Hidrográfica do Rio Timbó deve estar inserida no contexto da legislação vigente no país.

### 1.2.1. Destaques da Legislação em Âmbito Federal

Nesta esfera cabe destacar:

- **Lei nº 9.433 de 1997**, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21º da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; onde são formuladas as diretrizes para gestão dos recursos hídricos e os instrumentos de gestão.
- **Lei nº 9.984 de 2000**, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- **Lei nº 6.938 de 1981**, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

Complementarmente podem ser mencionadas:

- **Lei nº 4.771 de 1965**, que institui o novo Código Florestal; e
- **Lei nº 11.445 de 2007**, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.

Em decorrência das legislações sobre Recursos Hídricos e sobre Meio Ambiente, foram criados o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, regulamentado através do Decreto nº 4.613 de 2003 (CNRH, 2009); e o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, regulamentado

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 9</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

através do Decreto nº 99.274 de 1990 (CONAMA, 2009). Através das Resoluções destes conselhos, vêm sendo regulamentadas as legislações de recursos hídricos e do meio ambiente, respectivamente.

Para efeito deste estudo, cabe destacar as seguintes Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH:

- **Resolução CNRH nº 91 de 2008**, que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.
- **Resolução CNRH nº 32 de 2003**, que institui a Divisão Hidrográfica Nacional em regiões hidrográficas, tendo como finalidade orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- **Resolução CNRH nº 22 de 2002**, que estabelece diretrizes para inserção das águas subterrâneas no instrumento *Plano de Recursos Hídricos*.
- **Resolução CNRH nº 17 de 2001**, estabelece entre outras diretrizes, que a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas deverá estar em conformidade com o disposto na Lei nº 9.433 de 1997; que os Planos serão elaborados pelas competentes Agências de Água, supervisionados e aprovados pelos respectivos Comitês de Bacia, e que deverão levar em consideração os planos, programas, projetos e demais estudos relacionados a recursos hídricos existentes na área de abrangência das respectivas bacias. Esta mesma Resolução do CNRH estabelece que “O Plano de Recursos Hídricos de uma sub-bacia somente poderá ser aprovado pelo seu comitê, se as condições do seu exutório estiverem compatibilizadas com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica Principal.”

### Comentário

No caso da *vertente do interior* do Estado de Santa Catarina, a última disposição citada acima implica em compatibilizar os planos das bacias dos rios afluentes ao rio Uruguai com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia deste rio, cujo domínio é Federal; e também em compatibilizar os planos das bacias afluentes ao rio Iguaçu com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica deste rio, também de domínio da União, que pela sua vez deve ter seu plano compatibilizado com aquele da bacia maior, ou seja, o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná.

Tendo em conta que na atualidade ainda não existem planos de recursos hídricos nas bacias dos rios federais mencionados e que tampouco existem ainda os respectivos comitês de bacias, entende-se que no seu momento oportuno, a proposta de compatibilização das condições do seu exutório, conforme a mesma Resolução em pauta, deverá ser coordenada pela Agência Nacional de Águas – ANA, contemplando uma ampla participação da sociedade civil e dos órgãos intervenientes na bacia. Essa proposta deverá ser submetida “à aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente”.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 10</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- **Resolução CNRH nº 16 de 2001**, que estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos.
- **Resolução CNRH nº 15 de 2001**, que estabelece diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas.
- **Resolução CNRH nº 5 de 2000**, que estabelece as diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Também cabe destacar algumas das Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, dentre as quais estão duas das mais importantes para a questão da gestão e do planejamento de recursos hídricos:

- **Resolução CONAMA nº 396 de 2008**, que dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento, prevenção e controle da poluição das águas subterrâneas. Esta Resolução foi promulgada considerando, dentre outras coisas: a necessidade de integração das Políticas Nacionais de Gestão Ambiental, de Gestão de Recursos Hídricos e de Uso e Ocupação do Solo; a Resolução CNRH nº 15 de 2001, que estabelece que o enquadramento dos corpos de água em classes dar-se-á segundo as características hidrogeológicas dos aquíferos e os seus respectivos usos preponderantes; e a necessidade de se promover a proteção da qualidade das águas subterrâneas, uma vez que poluídas ou contaminadas, sua remediação é lenta e onerosa.
- **Resolução CONAMA nº 357 de 2005**, trata da classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes nos corpos de água do país. Esta Resolução e sua originária, a Resolução nº 20 de 1986, tem servido de orientação aos Estados que ainda não regulamentaram ou formularam suas leis sobre enquadramento de corpos de água de domínio estadual.

### **1.2.2. Destaques da Legislação em Âmbito Estadual**

No âmbito do Estado de Santa Catarina cabe destacar:

- **Lei Complementar nº 284 de 2005**, ratificada posteriormente pela Lei Complementar nº 381 de 2007, que dispõem sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo e que, nos art. 67º e 72º, inciso VI, respectivamente, estabelecem que compete à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS, "Outorgar o direito de uso da água e fiscalizar as concessões emitidas".
- **Lei nº 9.748 de 1994**, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos. Esta lei estabelece os princípios, os objetivos, as diretrizes e, principalmente, os instrumentos da

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 11</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Política Estadual de Recursos Hídricos. Institui também o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), como suporte financeiro da Política e das ações do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A lei estabelece que em cada bacia hidrográfica deverá ser instituído um Comitê de Gerenciamento, ao qual caberá “a coordenação programática das atividades dos agentes públicos e privados relacionados aos recursos hídricos, compatibilizando, no âmbito espacial de sua respectiva bacia, as metas do Plano Estadual de Recursos Hídricos com a melhoria da qualidade dos corpos de água.” Também estabelece a composição dos Comitês com representação de 40% para os representantes dos usuários da água; 40% para os representantes da população da bacia, através dos poderes executivo e legislativo municipais, de parlamentares da região e de organizações e entidades da sociedade civil; e 20% para representantes dos diversos órgãos da administração estadual e federal atuantes na bacia. Estabelece, também, através do seu art. 29º, que o Estado poderá delegar aos municípios, que se organizarem técnica e administrativamente, o gerenciamento de recursos hídricos de bacias inseridas integralmente em território do município.

#### Comentário

Salienta-se em relação à composição dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas instituídos na lei catarinense, há diferença quanto à participação dos Municípios, quando comparada com a lei paulista. Conforme já registrado, no caso dos comitês catarinenses, os representantes dos poderes executivo e legislativo municipais estão incluídos no percentual de 40% correspondente ao segmento “representantes da população da bacia”, compartilhando este percentual com representantes dos parlamentares da região e de organizações e entidades da sociedade civil. Já no caso da lei paulista os executivos municipais têm participação garantida, igual a um terço do total, da mesma forma que os segmentos representantes da administração estadual e da sociedade civil. Esta ressalva é feita devido ao caráter pioneiro da lei paulista, motivo pelo qual normalmente é utilizada como exemplo, o qual, no caso catarinense, sem o esclarecimento acima, pode induzir a eventuais equívocos.

Importante salientar também o teor do art. 29º da Lei nº 9.748 de 1994 que, ao permitir a delegação aos municípios do gerenciamento dos recursos hídricos de bacias inseridas integralmente em seu território, poderá interessar, por exemplo, ao município de Canoinhas o gerenciamento das bacias dos rios Lajeado e do Bugre.

- **Lei nº 9.022 de 1993**, que dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Este sistema – SEGRH – foi instituído com o objetivo de implementar a Política Estadual de Recursos Hídricos e formular, atualizar e aplicar o Plano Estadual de Recursos Hídricos, congregando a sociedade civil, órgãos e entidades estaduais e municipais intervenientes no planejamento e no gerenciamento dos Recursos Hídricos. O SEGRH tem por objetivos permanentes:

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 12</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- definir mecanismos de coordenação e integração interinstitucional dos órgãos e entidades intervenientes no processo de gestão dos recursos hídricos; no campo da gestão de recursos hídricos;
- definir sistemas associados de planejamento, administração, informação, desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos;
- estabelecer mecanismos e instrumentos jurídico-administrativos, econômico-financeiros e político-institucionais que permitam a realização do Plano Estadual de Recursos Hídricos, sua permanente e sistemática revisão e atualização;
- propor mecanismos de coordenação inter-governamental, com o Governo Federal, Estados vizinhos e Municípios, para compatibilização de planos, programas e projetos de interesse comum, inclusive os relativos ao uso de recursos hídricos a serem partilhados;
- estabelecer formas de gestão descentralizada dos recursos hídricos, a nível regional e municipal, adotando-se as bacias hidrográficas como unidades de gestão, de forma compatibilizada com as divisões político-administrativas; e
- estabelecer formas de participação da sociedade civil na definição da política e das diretrizes a que se refere a presente lei.

Segundo a Lei n<sup>o</sup> 9.022, o SEGRH tem a seguinte composição:

- Órgão de Orientação Superior: Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH;
- Órgão Central: atualmente, a SDS com o apoio da Diretoria de Recursos Hídricos, área responsável pelos recursos hídricos desta Secretaria;
- Núcleos Técnicos: Comissão Consultiva do CERH; Secretaria Executiva do CERH; Áreas responsáveis pelo meio ambiente e recursos hídricos da SDS; e
- Órgãos Setoriais de Apoio e Execução: Órgãos e entidades públicas sediadas no Estado, que executem ou tenham interesses em atividades relacionadas com o uso, preservação e recuperação de recursos hídricos.

### Comentário

Vale salientar que, a Lei n<sup>o</sup> 9.022, foi promulgada anteriormente à Lei n<sup>o</sup> 9.748 de 1994, da Política Estadual, que instituiu os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas. Por este motivo é que os comitês, que passaram a fazer parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Santa Catarina, especialmente com o advento da Política Nacional, não constam na composição descrita no teor da Lei n<sup>o</sup> 9.022 de 1993, embora por seu vínculo ao CERH, conforme Lei n<sup>o</sup> 6.739/85, já estivessem contemplados no Sistema Estadual, ainda que de forma indireta.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 13</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- **Lei n ° 6.739 de 1985**, que cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), como órgão de deliberação coletiva.

É de Competência ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (art. 3º):

- I - estabelecer as diretrizes da política com vistas ao planejamento das atividades de aproveitamento e controle dos recursos hídricos;
- II - analisar as propostas de estudos e projetos sobre o uso, preservação e recuperação de recursos hídricos;
- III - propor as diretrizes para o plano estadual de utilização dos recursos hídricos;
- IV - propor as diretrizes para o programa estadual de defesa contra as cheias;
- V - propor normas para o uso, preservação e recuperação dos recursos hídricos;
- VI - sugerir mecanismos de coordenação e integração junto ao Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Santa Catarina – SISPLANOR para o planejamento e execução das atividades relacionadas com a utilização dos recursos hídricos;
- VII - compatibilizar a política estadual com a política federal de utilização dos recursos hídricos;
- VIII - compatibilizar as ações intermunicipais com a ação estadual na área de utilização de recursos hídricos;
- IX - propor diretrizes relativas à sistemática de elaboração, acompanhamento, avaliação e execução de programas, projetos e atividades na área de utilização de recursos hídricos;
- X - estabelecer normas para a institucionalização de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- XI - orientar a constituição de Comitês de Bacias Hidrográficas;
- XII - promover, prioritariamente, a integração dos programas e atividades governamentais de: abastecimento urbano e industrial; controle de cheias; irrigação e drenagem; pesca; transporte fluvial; aproveitamento hidroelétrico; uso do solo; meio ambiente; hidrologia; meteorologia; hidrosedimentologia; lazer;
- XIII - desenvolver outras atividades normativas relacionadas com a gestão e o controle de recursos hídricos no âmbito estadual.

Segundo o art. 4º, § 1º, desta mesma lei, vinculam-se, ainda, ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos os Comitês de Bacias Hidrográficas, aos quais compete (§ 2º) fornecer subsídios para a formulação da política regional de recursos hídricos e participar da coordenação dos programas de ação em nível de bacia hidrográfica.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 14
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### Comentário

Com relação ao teor do art. 4º, § 1º, da Lei Estadual n.º 6.739, há que salientar que em 1985, ano de promulgação da mesma, os comitês de bacias ainda não tinham sido instituídos pela legislação catarinense de recursos hídricos e que, mesmo de fato, não existiam. Portanto, a interpretação que poderá ser dada a este parágrafo da lei é a de um caráter de previsão quanto à futura existência dos comitês de bacia.

- **Lei n.º 10.949 de 1998**, que dispõe sobre a caracterização do Estado em 10 (dez) Regiões Hidrográficas.

O território do Estado de Santa Catarina está contido parcialmente em 3 (três) das regiões hidrográficas nacionais estabelecidas pela Resolução CNRH n.º 32 de 2003: a Região Hidrográfica do Paraná, a Região Hidrográfica do Uruguai e a Região Hidrográfica do Atlântico Sul. As bacias catarinenses que integram as duas primeiras regiões (Paraná e Uruguai) constituem a denominada "Vertente do Interior". As bacias catarinenses que integram a Região Hidrográfica do Atlântico Sul constituem a "Vertente Atlântica", também denominada "Vertente do Litoral".

Em novembro de 1998, o Estado de Santa Catarina promulgou a Lei n.º 10.949 que instituiu a divisão do Estado em 10 (dez) regiões hidrográficas, cada uma delas composta por um conjunto de bacias que apresentam características físicas e hidrológicas semelhantes (art. 5º). Esta divisão, segundo a Lei supracitada, foi instituída para "efeito do planejamento, gestão e gerenciamento dos recursos hídricos catarinenses" (art. 1º).

A lei estabelece, em seu art. 2º, que o Estado desenvolverá a gestão regionalizada dos recursos hídricos, com o objetivo de promover:

- I - formas de gestão descentralizada dos recursos hídricos, a nível regional e municipal, adotando-se as bacias hidrográficas como unidades de gestão, de forma compatibilizada com as divisões político-administrativas;
- II - mecanismos e instrumentos jurídico-administrativos e político-institucionais que permitam a realização do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- III - o planejamento regional voltado para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado; a fim de garantir que a água, elemento natural primordial a todas as formas de vida, possa ser controlada e utilizada em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras.

As Regiões Hidrográficas são as relacionadas no Quadro 2, conforme o art. 3º da lei, cujo teor textual estabelece: "Para efeito desta Lei, as 10 (dez) **Regiões Hidrográficas** serão assim denominadas e **formadas**" (*grifo da Contratada*):



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 15
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

**Quadro 2 – Regiões Hidrográficas e bacias formadoras**

<b>Região Hidrográfica</b>	<b>Bacias</b>
RH 1 – Extremo Oeste	Peperi-Guaçu e Antas
RH 2 – Meio Oeste	Chapecó e Irani
RH 3 – Vale do Rio do Peixe	Peixe e Jacutinga
RH 4 – Planalto de Lages	Canoas e Pelotas
RH 5 – Planalto de Canoinhas	Iguaçu, Negro e Canoinhas
RH 6 – Baixada Norte	Cubatão e Itapocu
RH 7 – Vale do Itajaí	Itajaí-Açu
RH 8 – Litoral Centro	Tijucas, Biguaçu, Cubatão do Sul e Madre
RH 9 – Sul Catarinense	Tubarão e D’Una
RH 10 – Extremo Sul Catarinense	Araranguá, Urussanga e Mampituba

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia, de acordo com a Lei nº 10.949 de 1998.

O art. 4º da lei registra: “Considerar-se-á **bacia hidrográfica** a área geográfica de contribuição de um determinado curso de água.” E o art. 5º registra: “Considerar-se-á **região hidrográfica** um conjunto de bacias hidrográficas que apresentam características físicas e hidrológicas semelhantes.” (*grifo da Contratada*).

### Comentário

Cabe comentar, a respeito da lei em pauta, que a mesma tem gerado, e continua gerando, muitas dúvidas e interpretações diferenciadas no que se refere às áreas de abrangência das Regiões Hidrográficas – RHs, e suas correspondentes “bacias”. Estas dúvidas resultam da redação que foi dada ao art. 3º, que fala das regiões “assim denominadas e **formadas**” (*grifo da Contratada*), e à denominação que foi dada as “bacias”, tanto na lei quanto no “Mapa das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000).

A lei define 10 (dez) regiões constituídas, no total, por 23 unidades – as “bacias” – que por motivos mnemotécnicos foram identificadas, na maioria das vezes, com o nome do rio considerado **principal** dentro dela. Que o motivo foi simplesmente mnemotécnico fica claramente reconhecido na Resolução CERH nº 001 de 2002, do Conselho Estadual de Recursos

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 16
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Hídricos quando, citando a lei já comentada, estabelece que os Comitês de Bacia serão criados nas bacias dos rios **principais** (*grifo da Contratada*), enumerando em continuação dezessete bacias estaduais que constam na relação da Lei nº 10.949, acrescentando a bacia do rio Timbó entre as dezoito principais. O propósito da Resolução foi o de orientar a constituição de comitês tendo como base as bacias maiores, mas com a possibilidade de ter como área de atuação grupos de bacias contíguas.

Por outra parte, o “Mapa das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000) apresenta as “bacias” que compõem as Regiões Hidrográficas com nome similar, mas não idêntico ao que consta na lei. Com efeito, entre a palavra “Bacia” e o nome do rio principal foi acrescentado: **“do rio”**. Assim, então, a unidade territorial identificada na lei como “Bacia Iguaçu”, por exemplo, no mapa foi denominada “Bacia **do rio** Iguaçu”. Analogamente, a unidade territorial “Bacia Irani” no mapa foi identificada como “Bacia **do rio** Irani” e assim para todas as demais.

A prática tem demonstrado que as denominações acima citadas têm originado alguns equívocos de interpretação, especialmente para os que não conhecem a região. De fato, a denominação “Bacia do rio *Nome*” – chamando assim o caso de qualquer rio – induz o leitor a pensar que se trata da bacia hidrográfica do rio em questão, conceito este que tem um significado muito bem definido e universalmente aceito: é a área de captação natural de água de precipitação que faz convergir os escoamentos para um *único* ponto de saída, o seu exutório.

A própria lei em pauta registra, em seu art. 4º: “Considerar-se-á **bacia hidrográfica** a área geográfica de contribuição de um determinado curso de água.” (*grifo da Contratada*). Portanto, não é o conceito de bacia hidrográfica de um rio, no seu sentido estrito, o que deve ser aplicado em relação às “bacias” definidas no art. 3º da Lei catarinense nº 10.949 de 1998. Se não fosse assim, a lei seria absolutamente incongruente. No referente à região do Extremo Oeste, por exemplo, são mencionados os rios Peperi-Guaçu e Antas mas não são mencionados os rios São Domingos, Iracema, Macaco Branco, Maria Preta, União e das Flores, seguramente por suas bacias serem de tamanho menor quando comparadas com as primeiras. Igualmente, no referente à Região do Planalto de Canoinhas (RH 5), são mencionadas as bacias dos rios Iguaçu, Canoinhas e Negro, mas não cita as bacias dos rios Paciência, Timbó e Pintado, por exemplo. Provavelmente pelo mesmo motivo, a referida lei menciona explicitamente, ao referir-se às RH2 e RH3, os rios Chapecó, Irani, do Peixe e Jacutinga; mas não menciona o Arroio Bonito, nem os lajeados Moraes, Lambari, São José, Caxambu e do Carneiro, nem os rios Barra Grande, Lamedor, Chalana, Aririnha, Engano, Dos Queimados, Rancho Grande e Suruvi. Com tratamento semelhante, na vertente do litoral, muitas pequenas bacias hidrográficas ficaram sem registro explícito na lei. Dentre elas podem ser citadas, como exemplos, as bacias hidrográficas dos rios Camboriú, Perequê, Santa Luzia, Inferninho e Itapema.

Em decorrência dos fatos assinalados, a terminologia utilizada para definir as unidades territoriais estabelecidas na regionalização hidrográfica catarinense, apesar da intenção válida dos seus autores, induz a erros de interpretação, dúvidas e imprecisões na hora de definir as áreas de abrangência das mesmas. Isto, independentemente das imprecisões derivadas da escala de trabalho da cartografia que for utilizada como base oficial. Estas interpretações dúbias

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 17</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

dos aspectos conceituais acima mencionadas, como será mostrado em capítulo posterior, ficam muito bem caracterizadas na definição da espacialização das áreas de atuação dos comitês de gerenciamento de bacias hidrográficas.

A revisão da terminologia para efeitos de delimitação objetiva das regiões hidrográficas e a definição igualmente clara e objetiva das áreas de planejamento e de abrangência de comitês de gerenciamento de recursos hídricos são aspectos que devem ser abordados, num processo progressivo de aprimoramento dos assuntos relacionados com o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Dentre outros aspectos, é importante esclarecer que aquilo que no contexto catarinense está sendo chamado de *plano de bacia*, na realidade pode ser, não um plano de bacia, mas um plano de recursos hídricos de uma *unidade ou sistema* que, de fato, inclui uma ou mais bacias contíguas. É o caso dos Planos Estratégicos de Gestão Integrada das denominadas *Bacia Hidrográfica do Rio Timbó*, *Bacia Hidrográfica do Rio Jacutinga* e *Bacia Hidrográfica do Rio Chapecó*. Com efeito, os Termos de Referência para elaboração destes planos, conforme contratados pelo Estado através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) referem-se às “bacias” dos rios mencionados. Simultaneamente, mediante recorte no Mapa das Regiões Hidrográficas de Santa Catarina (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000), indicam a área de abrangência destes futuros planos. Verifica-se, pois, que estas áreas incluem não somente as bacias mencionadas no sentido hidrológico, mas também o conjunto de bacias contíguas.

Em síntese, e reiterando a sugestão da Contratada, a adoção de uma terminologia conceitual que não induza à erros de interpretação e a delimitação clara das unidades de planejamento – que haverão de ser também de gerenciamento se os comitês de bacia as adotarem – são necessidades reais no processo de aprimoramentos sucessivos na gestão dos recursos hídricos catarinenses.

- **Lei Complementar n ° 243 de 2003**, que estabelece nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo. No seu art. 9º estabelece que a execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional.
- **Lei Complementar n ° 381 de 2007**, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual.

De acordo com o art. 2º desta lei, a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual será organizada em dois níveis:

- I - o nível Setorial, compreendendo as Secretarias Setoriais e suas entidades vinculadas, que terão o papel de planejar e normatizar as políticas públicas do Estado, voltadas para o desenvolvimento regional, específicas de suas áreas de atuação, exercendo, com relação a elas, a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional; e
- II - o nível Regional, compreendendo as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, atuando como agências de desenvolvimento, que terão o papel de executar

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 18</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

as políticas públicas do Estado, nas suas respectivas regiões, cabendo-lhes a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais e as estruturas descentralizadas da Administração Indireta do Estado.

- **Decreto n ° 4.778 de 2006**, que regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio do Estado.

Este decreto estabelece que o uso de recursos hídricos, do domínio do Estado de Santa Catarina, fica sujeito ao regime de outorga de direito, de acordo com o art. 4º da Lei n° 9.748 de 1994, com o objetivo de assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e disciplinar o exercício dos direitos de acesso à água, bem como garantir a prioridade ao abastecimento da população e a dessedentação de animais (art. 4º).

O mesmo decreto estatui que cabe o Conselho Estadual de Recursos Hídricos propor normas para o uso dos recursos hídricos, nos termos do art. 4º, inciso V, da Lei n ° 9.022 de 1993, observando o Plano Estadual de Recursos Hídricos e os Planos de Bacias Hidrográficas, quando existentes (art. 2º). Estatui ainda que a outorga de direito de uso de recursos hídricos do domínio do Estado é ato administrativo, na modalidade de autorização, mediante o qual o órgão outorgante faculta ao outorgado o uso de recursos hídricos por prazo determinado, de, no máximo, 35 (trinta e cinco) anos, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato (art. 3º).

O decreto estabelece também que a outorga de direitos de usos dos recursos hídricos será de responsabilidade única e exclusiva da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SDS, ou sucedânea.

- **Decreto n ° 4.871 de 2006**, que aprova a Tabela de Emolumentos para Análise e Expedição da Outorga de Direito de Uso da Água da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS).

De acordo com art. 1º, fica aprovada a Tabela de Emolumentos para Análise e Expedição da Outorga de Direito de Uso da Água de competência da SDS. Esta tabela será utilizada para o ressarcimento dos custos dos serviços de publicação, tramitação e análise técnica dos requerimentos de outorga, de acordo com os procedimentos e valores fixados pela Secretaria, na forma do regime orçamentário do Governo do Estado, como receitas diversas. Cabe enfatizar que estes emolumentos, aqui mencionados, não devem ser interpretados como uma cobrança pela outorga ou pelo uso dos recursos hídricos.

- **Decreto n ° 2.648 de 1998**, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO).

O FEHIDRO, estabelecido pela Lei n ° 9.748 de 1994 e regulamentado pelo Decreto n° 2.648/98, destina-se a dar suporte financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos. A finalidade geral do FEHIDRO é apoiar, em caráter supletivo, estudos, implementação e manutenção de projetos de aproveitamento e gestão dos recursos hídricos do Estado, numa

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	Página 19
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

ótica de desenvolvimento sustentável, devendo contar para isso, principalmente, com recursos financeiros do orçamento geral do Estado.

- **Resolução CERH n ° 001 de 2008**, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água de Santa Catarina e dá outras providências.

Esta resolução adota a classificação estabelecida pela Resolução n ° 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, enquanto não aprovado o novo enquadramento dos corpos de água superficiais do Estado de Santa Catarina, baseado em estudos técnicos específicos (art. 1º).

O art. 2º estabelece que a aprovação do novo enquadramento fica condicionada aos critérios estabelecidos na Resolução n ° 12, de 19 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) ou legislação pertinente.

- **Resolução CERH n ° 001 de 2002**, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que estabelece que os Comitês de Gerenciamento de Bacias hidrográficas serão criados nas bacias de "18 (dezoito) rios considerados principais em Santa Catarina".
- **Resolução CERH n ° 003 de 1997**, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que aprova as normas gerais para composição, organização, competência e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

O art. 3º da Resolução estabelece que:

- os representantes dos poderes executivo e legislativo municipais serão escolhidos pelos respectivos poderes;
- os representantes dos diversos órgãos da administração federal e estadual serão indicados por órgãos ou entidades da administração centralizada e descentralizada, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso dos recursos hídricos com atuação na bacia hidrográfica correspondente;
- os representantes dos usuários da água e da sociedade civil serão indicados por entidades sediadas na bacia hidrográfica, considerando o número de votos a que se refere o art. 2º da resolução e levando em consideração a representação de:
  - a) universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
  - b) usuários das águas agrícolas, industriais e outros, representados por entidades associativas;
  - c) associações especializadas em recursos hídricos, entidades de classe, comunidades indígenas, associações comunitárias e outras associações não governamentais.
- **Portaria SDS n ° 25 de 2006**, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, que institui o Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos (CEURH/SC), como instrumento que permite ao usuário de águas catarinenses a regularização do seu uso.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 20
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

O CEURH/SC contém as informações declaradas pelo usuário sobre: vazão utilizada, local de uso, corpo de água, tipo de empreendimento, atividade e outras informações referentes ao uso da água no local.

### 1.2.3. Meio Ambiente e Saneamento

- **Lei n ° 11.445 de 2007**, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.
- **Lei n ° 13.517 de 2005**, que dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e estabelece outras providências.

Esta lei apresenta conceitos, princípios, objetivos e composição da política, do plano, do sistema, do conselho e do fundo estadual de saneamento.

A Política Estadual de Saneamento tem por finalidade disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento no Estado, respeitada a autonomia dos Municípios (art. 1°).

- **Lei n ° 5.793 de 1980**, de Santa Catarina, que dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências.

Esta lei estabelece normas gerais, visando à proteção e melhoria da qualidade ambiental (art. 1°). De acordo com o art. 3°, as diretrizes para proteção e melhoria da qualidade ambiental serão formuladas em normas e planos administrativos, destinados a orientar a ação dos Governos dos Estados e dos Municípios.

- **Decreto n ° 14.250 de 1981**, que regulamenta dispositivos da Lei Estadual n° 5.793 de 1980, referentes à Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental.

O decreto classifica as águas interiores situadas no território do Estado, segundo usos preponderantes, em 4 (quatro) classes e define os padrões de qualidade que correspondem a cada uma delas. Define também os padrões de emissão de efluentes que poderão ser lançados nos corpos de água.

#### Comentário final

Cabe reiterar que os dispositivos legais, ora lembrados, fazem parte do arcabouço legal que deverá ser considerado ao longo de todo o processo de elaboração e de futura implementação, tanto do Plano Estratégico como do próprio Plano de Recursos Hídricos da bacia motivo do presente estudo. Compete às instituições neles mencionadas assumir as funções que a legislação define.

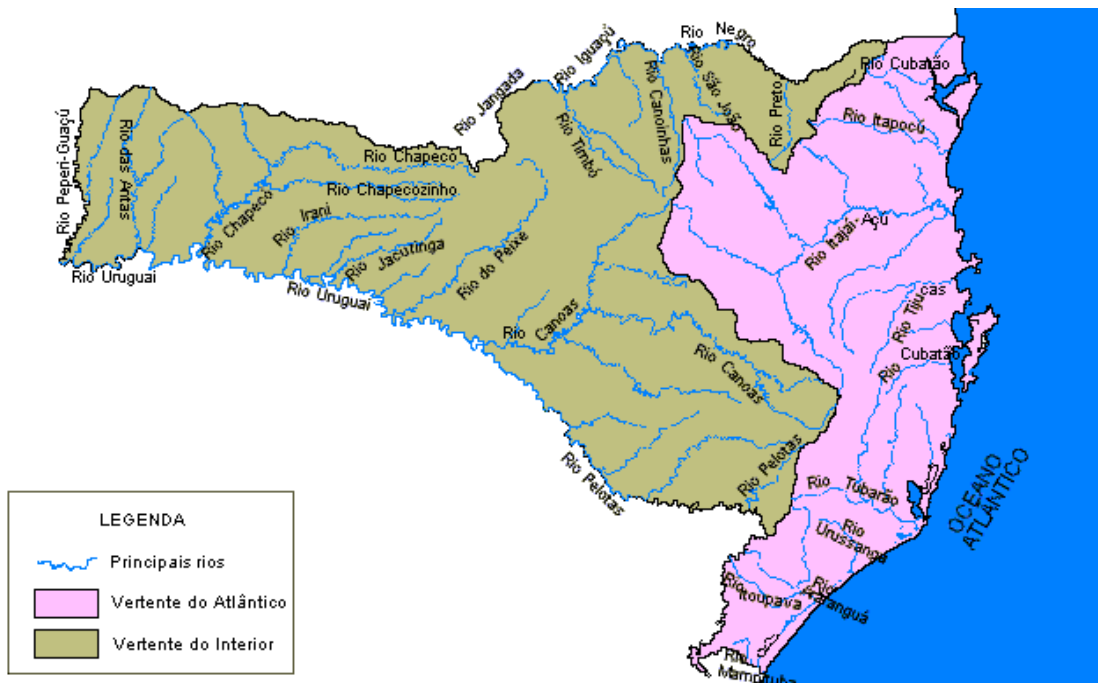
DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 21
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## 2. ÁREA DE ESTUDO

### 2.1. Localização da Área

O Estado de Santa Catarina com área<sup>1</sup> de 95.068 km<sup>2</sup>, representando 1,12% da superfície do território nacional, está localizado na região Sul do Brasil. Limita-se ao norte com o Estado do Paraná, ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul, ao leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com a República da Argentina.

A rede hidrográfica do Estado de Santa Catarina pode ser subdividida em dois grandes sistemas. Separados pela Serra Geral, o principal divisor de águas do Estado, delimitam-se dois sistemas independentes de drenagem no território estadual: o sistema da Vertente do Atlântico e o sistema da Vertente do Interior, ilustrados na Figura 2. Enquanto o sistema da Vertente do Atlântico drena suas águas para o Oceano Atlântico, o sistema da Vertente do Interior drena suas águas para a bacia do Prata, com abrangência na parte meridional do continente sul-americano.



Fonte: SANTA CATARINA / SDM, 1997.

**Figura 2 – Vertentes de drenagem do Estado de Santa Catarina**

<sup>1</sup> Área considerada pelo “Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural” – PRAPEM/Microbacias 1 e 2, 2004. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 22
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

De acordo com a Divisão Hidrográfica Nacional (Resolução do CNRH n<sup>o</sup> 32, de 15 de outubro de 2003), adotada pela Agência Nacional de Águas – ANA (Figura 3), as bacias hidrográficas dos rios catarinenses estão inseridas nas Regiões Hidrográficas do Paraná, do Uruguai e do Atlântico Sul. A Vertente (catarinense) do Atlântico está inserida na Região Hidrográfica (nacional) do Atlântico Sul e a Vertente (catarinense) do Interior está inserida nas Regiões Hidrográficas (nacionais) do Paraná e do Uruguai.



Fonte: (ANA, 2005).

**Figura 3 – Divisão Hidrográfica Nacional, Resolução do CNRH n<sup>o</sup> 32/2003**

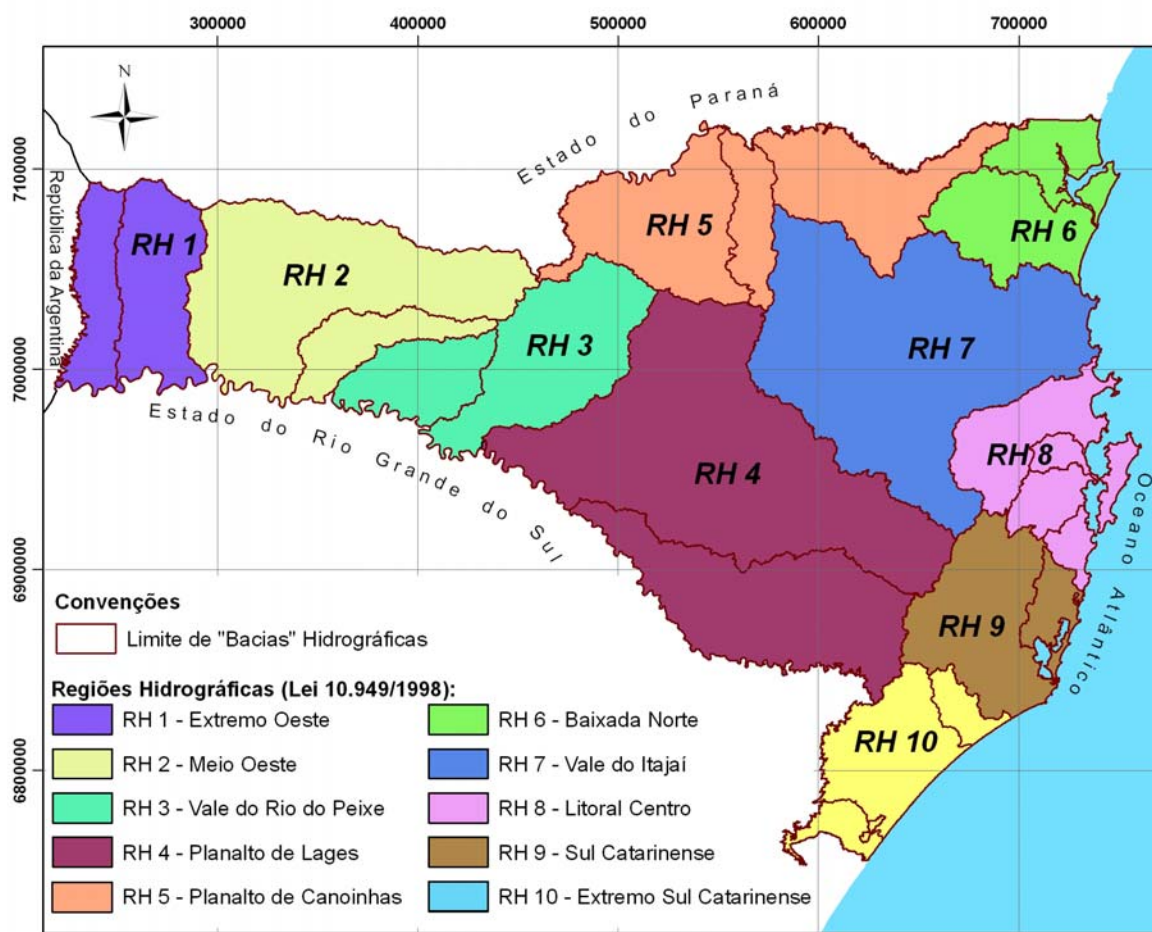
Conforme destacado no item 1.2.2, no Estado de Santa Catarina a Lei n<sup>o</sup> 10.949 de 1998 (apresentada integralmente no Anexo 1) dispõe sobre a caracterização do Estado em Regiões Hidrográficas e institui, para efeito do planejamento, gestão e gerenciamento dos recursos hídricos catarinenses, dez Regiões Hidrográficas (Figura 4). Por sua vez, estas dez Regiões subdividem-se em vinte e três unidades denominadas “bacias” apresentadas na Figura 4. Relacionando esta regionalização hidrográfica estadual com a regionalização hidrográfica nacional (Resolução CNRH n<sup>o</sup> 32 de 2003), observa-se que:

- RH 1 - Extremo Oeste, RH 2 - Meio Oeste, RH 3 - Vale do Rio do Peixe e RH 4 - Planalto de Lages estão inseridas, conforme a divisão hidrográfica nacional, na Região Hidrográfica do Uruguai.



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 23
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- RH 5 - Planalto de Canoinhas inserida na Região Hidrográfica do Paraná.
- RH 6 - Baixada Norte, RH 7 - Vale do Itajaí, RH 8 - Litoral Centro, RH 9 - Sul Catarinense e RH 10 - Extremo Sul Catarinense inseridas na Região Hidrográfica Atlântico Sul.



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

**Figura 4 – Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina e limites das bacias hidrográficas**

Considerando o exposto acima, bem como as duas grandes vertentes de drenagem do Estado de Santa Catarina, é elaborada a seguir uma síntese desta configuração espacial e geográfica legal (Quadro 3).

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 24
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

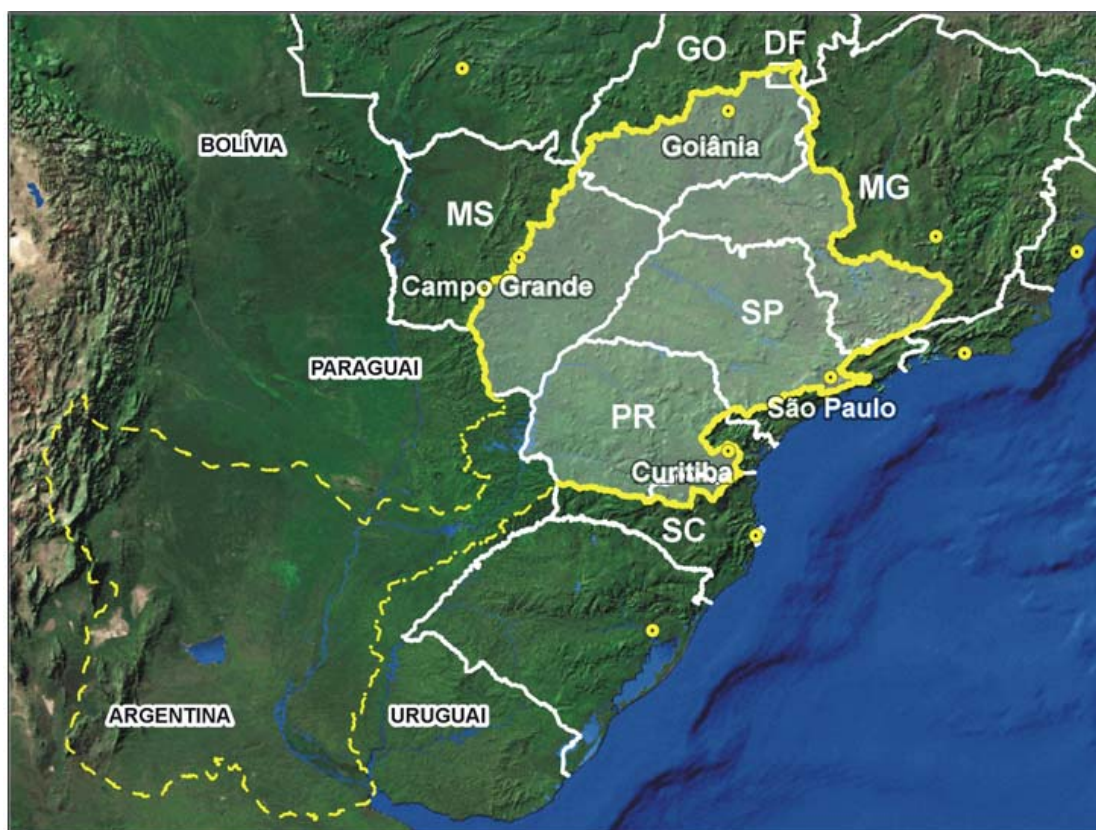
**Quadro 3 – Vertentes, Regiões Hidrográficas (ANA), Regiões Hidrográficas (RH-SC) e “bacias” de Santa Catarina**

	Vertente	Divisão Hidrográfica Nacional (ANA)	Região Hidrográfica (SC)	“Bacias” (SC)	
<b>Estado de Santa Catarina</b>	<b>do Interior</b>	Região Hidrográfica do Uruguai	RH 1 - Extremo Oeste	Peperi-Guaçu Antas	
			RH 2 - Meio Oeste	Chapecó Irani	
			RH 3 - Vale do rio do Peixe	Jacutinga Peixe	
			RH 4 - Planalto de Lages	Canoas Pelotas	
				<b>Região Hidrográfica do Paraná</b>	<b>RH 5 - Planalto de Canoinhas</b>
	<b>do Atlântico</b>	Região Hidrográfica Atlântico Sul	RH 6 - Baixada Norte	Cubatão Itapocu	
			RH 7 - Vale do Itajaí	Itajaí	
			RH 8 - Litoral Centro	Tijucas Biguaçu Cubatão do Sul Madre	
				RH 9 - Sul Catarinense	Tubarão D'uma
				RH 10 - Extremo Sul Catarinense	Urussanga Araranguá Mampituba

Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

Decorrente das informações descritas no Quadro 3, apresenta-se a área do presente estudo. A Bacia Hidrográfica do Rio Timbó (legalmente denominada “Bacia do Rio Iguaçu”), integrante da Região Hidrográfica Planalto de Canoinhas (RH 5), pertencente a Região Hidrográfica do Paraná (Resolução do CNRH n<sup>o</sup> 32/2003, Figura 5), faz parte da área de drenagem do sistema da Vertente do Interior do Estado de Santa Catarina. No “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000) é denominada “Bacia do Rio Iguaçu”. No TOR 065/2006, que deu origem ao presente estudo, é denominada “Bacia Hidrográfica do Rio Timbó”, apesar de ilustrar e remeter para a área da “Bacia do Rio Iguaçu”. Entretanto, considerando aspectos conceituais de hidrologia descritos no item 2.2, assim como outras observações já apresentadas no item 1.2.2 comentando a Lei n<sup>o</sup> 10.949 de 1998, esta “Bacia” será denominada, no âmbito deste Plano Estratégico (TOR 065/2006), como “Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Timbó – SHPRH Timbó”.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 25
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			



Fonte: (ANA, 2005).

**Figura 5 – Região Hidrográfica do Paraná (ANA)**

O SHPRH Timbó corresponde a 45,8% da área da Região Hidrográfica Planalto de Canoinhas (RH 5) e 5,3% da área do território catarinense<sup>2</sup>.

Considerando as informações da base de dados atualmente incorporada no SADPLAN (SDS/DRHI) fornecida para a Contratada, e a sobreposição de dois planos de informações – Divisão Política (escala 1: 250.000) e Bacias Hidrográficas (arquivo digital fornecido pela SDS/DRHI) – integram o SHPRH Timbó, onze municípios. Destaca-se que os limites físicos das bacias hidrográficas nem sempre coincidem com a divisão político-administrativa (limites municipais). Neste sentido, os onze municípios com área no SHPRH Timbó foram categorizados no presente estudo em três classes:

- TI – **T**otalmente **I**nserido; cinco municípios totalmente inseridos na área do SHPRH Timbó;
- PSD – **P**arcialmente **I**nserido com **S**ede **D**entro; um município parcialmente inserido na área e com sede dentro da área do SHPRH Timbó; e,

<sup>2</sup> Valores de áreas consideradas pelo “Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural” – PRAPEM/Microbacias 1 e 2, 2004. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 26
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- PSF – **P**arcialmente Inserido com **Sede Fora**; cinco municípios parcialmente inseridos na área e com sede fora da área do SHPRH Timbó.

Mais informações e o detalhamento sobre a caracterização dos onze municípios estão apresentados no item 3.2.1.1.

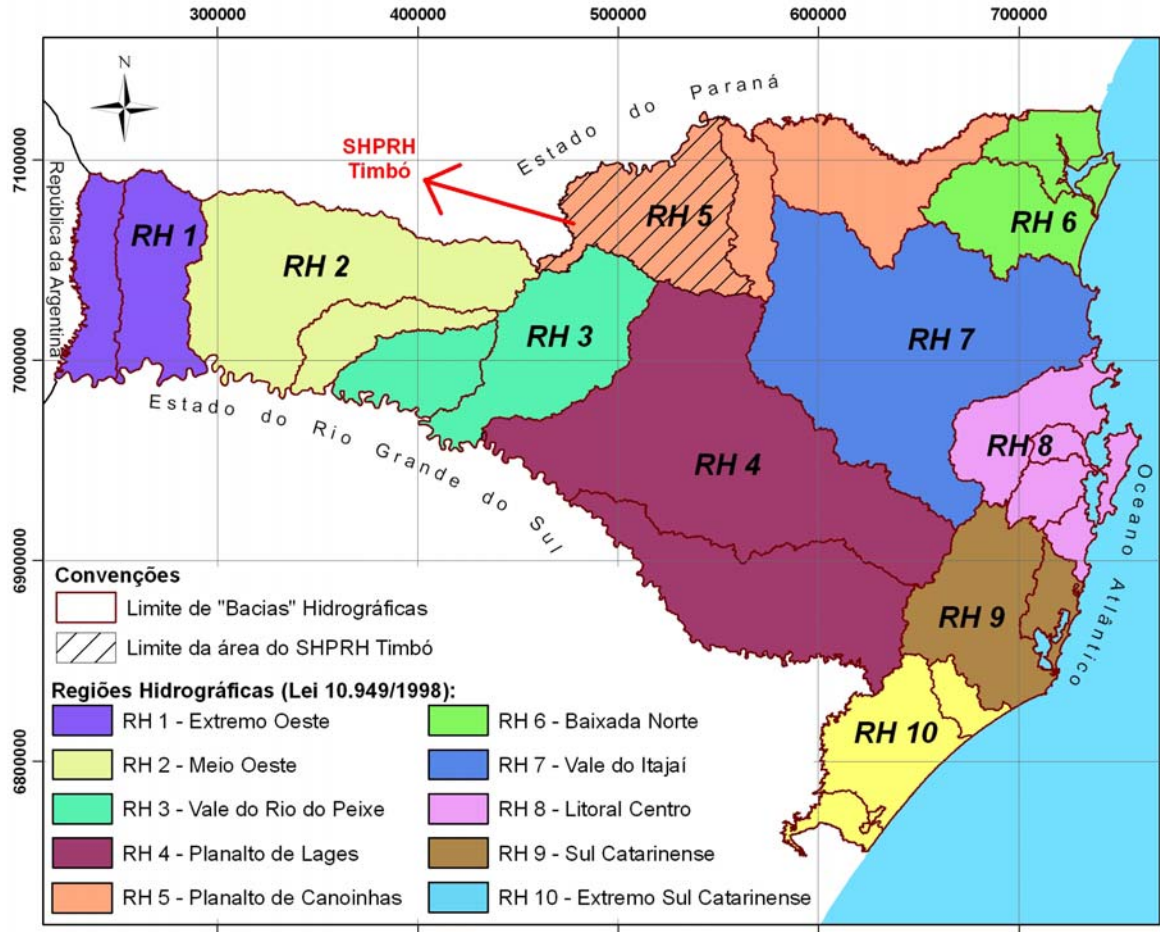
## **2.2. Denominação da Área – Aspectos Conceituais**

A terminologia “Bacia Iguaçu” está expressa na Lei Estadual n<sup>o</sup> 10.949 de 1998, que considera as Bacias Iguaçu, Canoinhas e Negro como formadoras da área denominada “Região Hidrográfica Planalto de Canoinhas – RH 5”. A abrangência da “Bacia Iguaçu” está espacializada no “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000) com o nome “Bacia do Rio Iguaçu”; remetendo a área de drenagem limitada ao leste pela “Bacia do Rio Canoinhas” (integrante da RH 5), ao sul pelas Bacias do “Rio Canoas” (integrante da RH 4) e do “Rio do Peixe” (integrante da RH 3) e, ao oeste e ao norte, pelo Estado do Paraná.

O documento relativo ao Termo de Referência para Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó (TOR 065/2006), apesar de apresentar valores numéricos divergentes de área de drenagem com relação à Lei Estadual n<sup>o</sup> 10.949 de 1998; remete (localiza e caracteriza) como área de estudo para o Plano Estratégico a Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, sendo esta aqui compreendida como a mesma área da “Bacia do Rio Iguaçu” definida no “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000).

Definida oficialmente como Bacia do Rio Iguaçu, a área territorial referente a esta unidade de planejamento, gestão e gerenciamento dos recursos hídricos, quando analisada considerando aspectos básicos da Hidrologia, apresenta-se aqui em desacordo com o conceito clássico de bacia hidrográfica, inclusive, com a definição dada no Art. 4<sup>o</sup> da própria Lei Estadual n<sup>o</sup> 10.949 de 1998 que textualmente diz: “Considerar-se-á **bacia hidrográfica** a área geográfica de contribuição de um determinado curso de água” (*grifo da Contratada*). A Contratada entende que a denominação “Bacia do Rio Iguaçu” constitui-se, como registrado no item 1.2.2, num recurso simplesmente mnemotécnico e não hidrológico, pois não é possível caracterizar um único exutório para esta área.

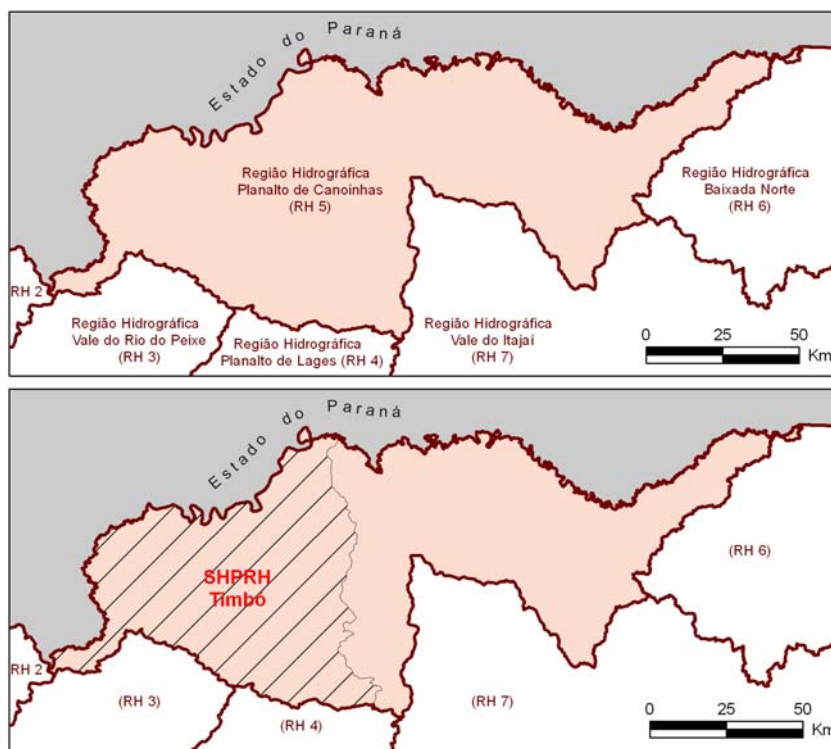
Em face do exposto acima, visando evitar possíveis dicotomias conceituais; a Contratada optou por adotar para a área de trabalho em pauta, no âmbito dos estudos deste Plano Estratégico de Gestão Integrada, a denominação **Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Timbó – SHPRH Timbó**, que é ilustrado no âmbito estadual na Figura 6 e no âmbito da RH 5 na Figura 7.



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

**Figura 6 – Localização do SHPRH Timbó no âmbito das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina**

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 28
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

**Figura 7 – Área do SHPRH Timbó na Região Hidrográfica Planalto de Canoinhas (RH 5)**

Ao adotar esta denominação, teve-se em conta que um Sistema Hidrográfico pode ser considerado como o somatório das áreas de drenagem e correspondentes cursos fluviais de um conjunto de bacias hidrográficas circunvizinhas, que drenam suas águas para um mesmo corpo hídrico ou trecho de corpo hídrico. Ou seja, o Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos (SHPRH) contempla todas as áreas de drenagem circunvizinhas – independentemente do tamanho delas – que deságuam no mesmo corpo hídrico que o rio principal do SHPRH.

Desta forma o SHPRH Timbó é definido como o conjunto de bacias hidrográficas que compõem a área de estudo, incluindo todas as áreas de contribuições independentes circunvizinhas, que também deságuam no Rio Iguçu.

Cabe ainda salientar que o SHPRH Timbó corresponde integralmente à área delimitada no “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000), com a denominação “Bacia do Rio Iguçu”, na qual está integralmente inserida a bacia hidrográfica do rio Timbó.

A nomenclatura “SHPRH Timbó” adotada visa atender as orientações da Resolução CERH n<sup>o</sup> 001 de 2002, que considera o rio Timbó como um dos dezoito rios principais de Santa Catarina, fato este que fundamentou, conforme a dita Resolução, a criação, em 2002, de um Comitê de Gerenciamento nesta área: o Comitê Timbó.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 29</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Neste sentido, a denominação SHPRH Timbó, proposta e adotada no presente relatório, relaciona-se tanto com a correspondência da divisão das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina, quanto com a Resolução CERH n ° 001 de 2002. Conforme será mostrado no item 3.2.5., a área de abrangência do “Comitê Timbó” difere da área do SHPRH Timbó. Mas, se o referido comitê o adotar, com as devidas providências legais e discussões regionais necessárias, o SHPRH Timbó passaria a ser não somente uma unidade de planejamento, mas também, a área de gerenciamento do próprio Comitê.

### **2.3. Caracterização do Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Timbó**

O SHPRH Timbó é contribuinte do rio Iguaçu, de domínio da União cujo curso de água divide parte do território do Estado de Santa Catarina e do Estado do Paraná. Conforme o “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000), esta unidade de planejamento limita-se ao leste com a “bacia” do rio Canoinhas (integrante da Região Hidrográfica Planalto de Canoinhas – RH 5). No sul, o SHPRH Timbó, faz divisa com a “Bacia do Rio Chapecó” (integrante da Região Hidrográfica Meio Oeste – RH 2), com a “bacia Peixe” (integrante da Região Hidrográfica Vale do Rio do Peixe – RH 3) e com a “bacia Canoas” (integrante da Região Hidrográfica Planalto de Lages – RH 4). No oeste, o SHPRH Timbó, faz limite com o Estado do Paraná e ao norte limita-se pelo rio Iguaçu, constituindo-se na divisão interestadual entre Santa Catarina e Paraná.

Para a descrição da rede de drenagem do SHPRH Timbó foram utilizadas as informações da base cartográfica fornecida pela SDS/DRHI, nas escalas 1: 50.000 e 1: 100.000. De maneira auxiliar, a divisão intermunicipal (escala 1: 250.000) complementou a caracterização do SHPRH Timbó que é apresentado no mapa temático do Anexo 2. Cabe comentar que a base cartográfica, com a devida análise das informações nela contidas, deverá ser objeto de discussão e detalhamento no relatório da Etapa B.

A seguir, é apresentado o detalhamento do SHPRH Timbó e suas bacias hidrográficas, afluentes do rio Iguaçu, já citado anteriormente como rio de domínio da União. A área do SHPRH Timbó, de acordo com informações extraídas dos arquivos digitais da base cartográfica de dados da SDS/DRHI é de 4.997,7 km<sup>2</sup>, valor numérico diferente daquele que consta no TOR 065/2006 que é de 2.702 km<sup>2</sup>. Justificam-se estes valores, uma vez que na área do SHPRH Timbó estão inclusas, além da bacia hidrográfica do rio Timbó propriamente dita; outras bacias e/ou complexos hidrológicos contíguos, integrantes da denominada “Bacia Iguaçu”, unidade de planejamento conforme o “Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM / SDA, 2000), bem como no “Diagnóstico Geral das Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA / SDM, 1997).

O SHPRH Timbó pode ser subdividido em subsistemas hidrográficos (Anexo 2), denominados aqui de “SUB” acompanhados do nome do curso de água principal de cada área. São eles:

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 30
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

SUB1 – Rio Paciência, com área de drenagem de 579,2 km<sup>2</sup> é constituído pela bacia hidrográfica do rio Paciência, afluente do Rio Iguçu. O principal rio desta SUB é formado pela confluência do Rio da Paca com o Rio Serra do Lucindo, cujas nascentes estão localizadas no Município de Bela Vista do Toldo. Ainda em Bela Vista do Toldo recebe contribuições, pela margem direita, das águas dos rios Buriti e Lajeado; e, pela margem esquerda, das águas dos rios da Campina, Paciecinha e Bonito. Logo após a sede urbana do Município de Bela Vista do Toldo, recebe contribuições do Rio Bela Vista do Toldo e, mais a jusante, no Município de Canoinhas, drena as águas dos afluentes: Rio Tigre, Rio da Fartura, Rio Santo Antonio, Rio dos Poços, Córrego do Fuck e do Arroio Erpe.

SUB2 – Rio Timbó, com área de drenagem de 2.714,2 km<sup>2</sup>, é o principal subsistema hidrográfico do SHPRH Timbó, sendo constituído pela bacia hidrográfica do rio Timbó; que drena a totalidade dos rios do Município de Timbó Grande e, alguns rios dos municípios de Santa Cecília (onde estão localizadas as principais nascentes dos formadores do Rio Timbó), Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Irineópolis, Canoinhas e Porto União (onde deságua no Rio Iguçu, a montante da sede municipal). Os principais afluentes do Rio Timbó são, pela margem direita, o Rio Tamanduá e o Rio Vermelho; e, pela margem esquerda, o Córrego da Anta Morta II, o Rio Cachoeira e Rio dos Pardos.

SUB3 – Rio Pintado, constituído pela bacia hidrográfica do Rio Pintado possui área de drenagem de 393,3 km<sup>2</sup>. O SUB3 – Rio Pintado drena alguns rios do município de Matos Costa, onde estão localizadas as nascentes dos formadores do Rio Pintado e, corta ainda, a sede urbana do município de Porto União, onde deságua pela margem esquerda, no Rio Iguçu.

SUB4 – Rio Preto (Calmon), com área de drenagem de 152,3 km<sup>2</sup> têm suas nascentes no Município de Calmon. A jusante, já no Município de Matos Costas recebe contribuições, pela margem esquerda do Córrego do Catete e, pela margem direita, do Córrego das Barras e do Arroio Cará. Conflui pela margem direita, no rio Jangada, no trecho em que este último é o divisor entre os Estados de Santa Catarina e do Paraná. Neste trecho em referência, o rio Jangada é de domínio da União.

SUB5 – Rio Preto (Canoinhas), com área de drenagem de 216,3 km<sup>2</sup> têm suas nascentes no Município de Canoinhas. Suas principais contribuições são pela margem esquerda, sendo o rio da Areia (no Município de Canoinhas) e o rio dos Pardos, que define parte da divisão entres os municípios de Canoinhas e Irineópolis.

SUB6 – Contribuições Independentes, totalizando uma área de drenagem aproximada de 942,5 km<sup>2</sup>. É constituída por diversas pequenas bacias independentes, todas elas afluentes pela margem esquerda do rio Iguçu. As contribuições independentes localizadas na porção norte do SHPRH Timbó deságuam diretamente no rio Iguçu e as contribuições independentes localizadas na porção oeste do SHPRH Timbó confluem para o rio Jangada (de domínio federal), que divide parcialmente os Estados de Santa Catarina e do Paraná. Os rios formadores pela margem direita do rio Jangada estão localizados em território catarinense e, após receber a contribuição do rio Xaxim, percorre aproximadamente mais 30 km em território paranaense, até confluir com o rio Iguçu a jusante da sede urbana do município paranaense de União da Vitória.



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 31</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Estão inclusos na área do SUB6, entre outros, no Município de Canoinhas: Arroio Papuã, rio da Anta Gorda, rio Paiol, Arroio da Areia, rio Lajeado, rio do Bugre e Arroio Manduri; no Município de Irineópolis: rio da Anta Gorda, rio das Purungas, rio das Painelas, rio Jeriza, rio Frio e rio Escada; no Município de Porto União: córrego Guaraú, rio da Areia, rio Santa Maria, rio Espingarda, rio Xaxim e rio Jangadinha; no Município de Matos Costas: córrego Potinga; no Município de Caçador: córrego Pedra Lisa, córrego Cutia, córrego Caveira e córrego Verde; na divisa parcial entre Porto União e Matos Costas: Arroio do Meio e; na divisa parcial entre Calmon e Caçador: rio Buzina. Além destas contribuições independentes descritas, outras de menor área de drenagem, variando entre 1 km<sup>2</sup> e 25 km<sup>2</sup>, cuja nomenclatura da hidrografia não consta na base cartográfica; estão incluídas nos 942,5 km<sup>2</sup> de área deste subsistema (SUB6 – Contribuições Independentes) integrante do SHPRH Timbó. Considerando aspectos de planejamento e gestão de recursos hídricos, a área do SUB6, poderá ainda ser subdividida ou reagrupada. Cabe destacar aqui, que os Rios Espingarda, Santa Maria e da Areia são de domínio federal, pois nascem num Estado (SC) e deságuam em outro (PR).

## **2.4. O Processo de Ocupação**

Neste item, que contempla o Processo de Ocupação da área do SHPRH Timbó, apresenta-se um breve histórico, que não tem a pretensão de um estudo antropológico exaustivo sobre o tema, onde se destacam apenas algumas questões que marcaram as transformações do espaço; dos aspectos econômicos e culturais e, dos aspectos turísticos dos municípios integrantes do SHPRH Timbó. Ao final deste item, é apresentada, uma breve correlação entre o processo de ocupação e suas conseqüências diretas ou indiretas que o mesmo venha a ter na questão do uso dos recursos ambientais, em especial dos hídricos, na área do SHPRH Timbó.

### **2.4.1. Aspectos Históricos**

O Brasil foi apenas um dos caminhos eleitos pelos povos europeus para abrigar imenso contingente humano. Os atuais Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo foram os mais distinguidos pelo derrame de etnias procedentes principalmente de países da Europa Central e Mediterrânea (Lago, 1988).

Para Lago (1988), os índios Xokleng foram tradicionalmente os primeiros habitantes que ocuparam as planícies próximas ao Rio Iguaçu. Já na década de 1880, de acordo com relatos esparsos na historiografia local, vinham ocorrendo vários casos de conflitos com os primeiros agricultores, no início da colonização européia, na Região de Valões (atual Irineópolis).

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 32</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

A ocupação do território catarinense deu-se em meados do século XVII com a vinda dos portugueses que se estabeleceram no litoral, tendo como principal atividade a pesca e mais tarde a caça de baleias. No século XVIII a expansão dos colonizadores do Estado de São Paulo, sobe o planalto brasileiro, que na rota sul, originou a ocupação do planalto catarinense, onde se instalou um núcleo criador de gado. No século XIX iniciou-se a vinda dos colonizadores alemães e italianos (principais colonizadores do Estado de Santa Catarina), que ocuparam primeiro o litoral e depois, no início do século XX, o médio e extremo oeste catarinense (SANTA CATARINA / GAPLAN, 1986).

Segundo Lago (1988), pode-se dizer que a colonização de novas terras catarinenses no Planalto Norte Catarinense, onde se inclui o SHPRH Timbó, em função da Estrada de Ferro, a qual se constituiu no símbolo do progresso. A possibilidade de fácil e rápida locomoção de pessoas e mercadorias, aliada à fertilidade das terras, foi utilizada pelos empresários da colonização, para atrair os migrantes oriundos do Rio Grande do Sul. As transformações do ambiente desta região começam a partir do processo de colonização e da derrubada da floresta. A devastação que reduziu em torno de 96% a cobertura vegetal original da região e provocou uma grande transformação em hábitos e costumes dos homens, no meio ambiente, nas práticas e conceitos de progresso.

Fruto desta ocupação, segundo relatos de Lago (1988), pode-se descrever a onde está inserido o SHPRH Timbó, como inexplorada, desconhecida e sem fronteiras definidas, assim como as demais do oeste catarinense, tanto ao oeste, na divisa com a Argentina, como ao norte, na divisa com o Estado do Paraná, as quais somente passam a figurar nos mapas quando se tornam úteis aos grandes proprietários locais. Foram terras que só despertaram o interesse do Estado quando a Argentina reivindicou o território. A disputa, conhecida como Questão de Palmas ou "Misiones", despertou o governo catarinense para a necessidade de ocupar um território tido como seu e questionado pelo país vizinho. Também, já nos tempos republicanos, esta questão veio a tona gerando um quadro dramático decorrente deste processo de ocupação, que acabou por deflagrar o conflito social, político e econômico da chamada Questão do Contestado como um dos temas épicos de Santa Catarina.

Através dos relatos de Lago (1988) verifica-se que a colonização européia no Vale do Iguaçu se inicia com a chegada de imigrantes poloneses nos arredores de Curitiba. Progressivamente essa ocupação vai se estendendo para o oeste, até chegar a União da Vitória no final do século XIX. Estes imigrantes tiveram imediato conhecimento da erva-mate - mercadoria que não conheciam e que alcançara notória importância econômica - fazendo que os empreendedores do setor procurassem matéria-prima, nativa e abundante na região, para o abastecimento dos engenhos e dos mercados.

A partir de 1890, advindos de colônias e vilas paranaenses do alto e médio vale do Iguaçu, os colonos poloneses se assentaram em Antônio Cândido e General Carneiro (PR), e migraram para a região dos Rios Iguaçu, Negro, Timbó e Canoinhas (Região do Planalto de Canoinhas), estabelecendo ali suas raízes (PAULI, 1997).

Lago (1988), também relata que na região do Planalto Norte Catarinense, os polacos cada vez mais incursionaram pelas Florestas Ombrófilas Mistas, constituídas por Araucárias e contendo

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	Página <b>33</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

nos sub-bosques milhares de árvores de *Ilex paraguariensis* (erva-mate). Construíram nesta região suas casas e suas famílias, vivendo assim da coleta de erva-mate, que era escoada no trecho navegável do Rio Iguçu, e das rudimentares lavouras de cultivos anuais. Posteriormente, se espalharam para a região dos atuais municípios catarinenses de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira e Porto União, constituindo-se até hoje, na maioria da população regional de origem européia.

A navegação dos rios com barcos a vapor trouxe significativas mudanças na economia e na sociedade de União da Vitória e do Vale do Iguçu. Com uma capacidade de até 5.600 arrobas de erva-mate (16.800kg), os barcos a vapor impulsionaram o comércio da erva-mate e, mais tarde, contribuíram no escoamento de madeira serrada no trecho navegável do Rio Iguçu, que se estendia de Porto Amazonas a Porto Vitória, num total de 239 quilômetros. Além disso, neste percurso os barcos penetravam também nos principais afluentes do Rio Iguçu, tais como o Rio Negro, o Rio Potinga e o Rio Timbó. Com o estabelecimento da navegação a vapor, o comércio de erva-mate começou a se avolumar e a indústria da madeira se iniciou no Vale do Iguçu (PAULI, 1997).

A cidade desenvolve-se e, em 1901, é criado o município de União da Vitória. Em 1912 iniciou-se os conflitos do Contestado, fazendo da cidade o ponto estratégico de desembarque das tropas vindas pela Estrada de Ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul; e entreposto da Campanha do Contestado, onde foram instalados hospitais para cuidados das tropas federais, que ficaram no local acantonadas até 1916 (FELDHAUS, 2008).

Porto União nasceu em 05 de setembro de 1917, como consequência do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina. Mais tarde, conseqüentemente, várias outras colônias surgiram nas três primeiras décadas do século XX em União da Vitória e em Porto União (a partir de 1917) (FELDHAUS, 2008).

Depois da Guerra do Contestado e depois da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1917, foram retomados os planos de colonização, desta vez, por intermédio de empresas colonizadoras (gaúchas) particulares, que compraram grandes áreas e as dividiam em colônias. Estas terras, na grande maioria, foram ofertadas e vendidas aos colonos italianos, alemães e poloneses das colônias velhas do Rio Grande do Sul. Estes egressos realizaram o segundo fluxo migratório, em levas que se estenderam até por volta de 1940. Como já relatado, o primeiro fluxo migratório ocorreu em 1881, pelo Decreto que concedia a vinda de 24 famílias de origem alemã para nesta região se estabelecerem (HISTEDBR, 2002).

Em relatos de Lago (1988) se constata que esse novo momento, da chegada da colonização de origem européia, coincidindo com a chegada da Ferrovia e das Serrarias, passa a significar o início de um processo de rápida exploração da Floresta de Araucária na Região, seja por atividades madeireiras, seja por desmatamentos para a agricultura e para a pecuária. A iniciativa concreta de exploração madeireira das florestas partiu do Sindicato Farquhar, que desde 1906, através da Brazil Railway Company, estava encarregado da construção da Ferrovia. A construção da Ferrovia, pela Brazil Railway Company, ligando Itararé (São Paulo) a Santa Maria (Rio Grande do Sul), foi projetada no final do século XIX e inaugurada em 1910, sendo estratégica para a proteção e colonização dos sertões do sul do país.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 34</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Segundo relatos de Lago (*op. cit.*), a chegada ao planalto da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, propulsora da exploração madeireira da Floresta de Araucária, causou grandes conflitos com a população sertaneja. A companhia promoveu a expulsão violenta de inúmeros posseiros do vale do Iguaçu e devastou os ervais nativos dos quais os caboclos dependiam em grande parte como fonte de sua renda. O corte e arraste das grandes toras de pinheiros causavam estragos consideráveis nos ervais. Profundas transformações na paisagem também foram causadas pela Guerra do Contestado, tão significativas quanto às provocadas pela indústria madeireira. O conflito espelhava as profundas transformações do acesso a terra em todo o planalto catarinense. Os índios já estavam praticamente fora da questão e os caboclos estavam cada vez mais encurralados entre o poder crescente dos fazendeiros e o avanço da colonização européia. A guerra do Contestado (1912-1916), que se desenrolou por uma extensa área do planalto catarinense, atraindo pessoas de regiões distantes para os redutos, também ensejou entre outras questões, as motivações místicas dos caboclos.

Segundo Diário Catarinense (2009), a Questão do Contestado tratava-se de uma região entre Paraná e Santa Catarina, disputada pelos dois estados, que vira cenário para a violência de um movimento religioso e social, reação de gente humilde em oposição às mudanças provocadas pelo processo de colonização da área e pela construção da ferrovia, anteriormente citada. Trabalhadores locais se opõem à ação de grandes fazendeiros e de empresas americanas que recebem doações de terras do governo brasileiro. As empresas, a Southern Brazil Lumber and Colonization, de madeira e colonização, e a Brazil Railway, ferroviária, são acusadas de expulsar trabalhadores rurais que ocupavam as terras. Os revoltosos do Contestado, apelido dado à região, são liderados pelo “monge” João Maria, que morre, e é substituído pelo “monge” José Maria. O “monge” reúne milhares de sertanejos que lançam na luta contra os senhores de terra e os dirigentes das empresas estrangeiras, estes recebendo o apoio de tropas dos governos estadual e federal. Nesta saga, na qual pela primeira vez a aviação militar foi usada, morrem cerca de 20 mil pessoas.

No início dos anos 20, do século XX, ocorreu a efetiva eclosão da extração madeireira em toda a Região do Planalto de Canoinhas, onde está inserido o SHPRH Timbó. O ano de 1937 foi de grande impacto com a Campanha da Nacionalização promovida pelo Governo de Getúlio Vargas. Ainda no mesmo ano, os imigrantes da região começavam a aprimorar seu intelecto e o de seus descendentes e, através da Fundação de Escolas, adotaram definitivamente o Brasil como sua nova nação. Executada sob a violência dos governantes e dos aparatos repressivos, essa campanha suprimiu as lideranças momentâneas e emergentes, limitando igualmente o ensino particular nas colônias instaladas. Durante o Estado Novo, esteve em curso um projeto de criação de uma cultura tipicamente brasileira, norteada por um nacionalismo que impôs medidas de padronização e condutas. Os grupos étnicos que não se enquadravam neste discurso sofreriam interferências por parte do Poder Público, com Decretos e Normatizações para controlá-los. Um deste grupo era de imigrantes alemães e de seus descendentes, que sofreu uma série de restrições. A proibição do idioma alemão é o primeiro ato de uma série de medidas executadas contra estes imigrantes. Foi construída, pelos Órgãos Públicos, uma imagem perigosa dos alemães e de seus descendentes, considerados uma ameaça para a unidade e soberania Nacional. O medo ocasionou uma mudança no comportamento destes

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 35</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

imigrantes, com significativa interferência no cotidiano deles (escolas, residências, igrejas, associações) (MIOR, 2003).

Segundo relatos de Lago (1988) a economia catarinense entre 1880 e 1945 caracterizou-se como a fase de origem e crescimento do capital industrial. Neste período, predominava a pequena produção mercantil e a extração de erva-mate, madeira e carvão, além da indústria têxtil e alimentar. A erva-mate extraída, transportada e beneficiada em Santa Catarina fazia parte do complexo ervateiro do Paraná. Parte da produção da erva era escoada via fluvial pelos Rios Iguazu e Negro. Esse complexo começou a ser “desmontado” após 1930, com a queda nas exportações da erva-mate. A madeira, basicamente da Araucária, era extraída no oeste catarinense e escoada em balsas pelo Rio Uruguai (para a Argentina) ou pela Estrada de Ferro que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, via linha Porto União – São Francisco do Sul, passando pelas serrarias no planalto norte, chegando até o porto de São Francisco. Quando de esgotaram as reservas florestais, a partir dos anos de 1940, as atividades madeireiras deslocaram-se para o planalto serrano. O aumento nas exportações destes dois produtos (erva-mate e madeira), sem as devidas melhorias no porto de São Francisco do Sul, gerava estrangulamentos constantes. Na década de 1910, houve considerável aumento na produção de erva-mate no Estado de Santa Catarina.

#### **2.4.2. Cenário Atual**

Com base nos relatos anteriores, constata-se que na área do SHPRH Timbó a população é formada por diversas etnias, sendo as predominantes descendentes de alemães, caboclos, poloneses, italianos, austríacos, russos, ucranianos e libaneses.

Em relatos de Lago (1988) o Estado de Santa Catarina, de quinta economia do Estado, no ápice do extrativismo madeireiro e da erva-mate, entre as décadas de 1920 e de 1950, o Planalto Norte tornou-se a região mais pobre de Santa Catarina, quando as restrições ambientais passaram a impedir a devastação florestal, a partir de 1970. A partir disto, foram quase quatro décadas de abandono e êxodo rural acentuado.

Com o advento do controle ambiental, a devastação foi reduzida e começaram os reflorestamentos. Atualmente, a Região é grande produtora de madeira reflorestada, condição que atraiu a unidade mineral do Grupo Eucatex para a instalação de uma fábrica de substrato agrícola (adubo orgânico) a partir de cascas de Pinus (NO CLIC, 2009).

Mas as dificuldades, ao que se parece, são águas passadas. Hoje, o que se vê na Região são oportunidades e novos investimentos, numa onda de desenvolvimento que, além de recuperar a auto-estima da população, promete reconduzir a Região do Planalto de Canoinhas a um lugar de destaque no cenário econômico catarinense. A redescoberta do Planalto Norte Catarinense chegou como uma chuva de ouro em grãos, graças a uma das maiores produtividades de milho

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 36</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

do Estado. A Região virou alvo de investimentos de grandes agroindústrias, atraídas, além da alta produção de grãos, por clima propício, logística de transporte, qualidade e abundância de água, mão-de-obra disponível e, claro, incentivos fiscais em função do baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) da maioria dos municípios desta região. O Agro-negócio é o principal propulsor do novo perfil econômico que se desenha na Região do Planalto de Canoinhas, mas a madeira nunca vai deixar de ter a sua importância nesta região, que já foi sede da maior Serraria da América Latina (NO CLIC, 2009).

Um dos principais municípios inseridos na área do SHPRH Timbó é Porto União, situado no Vale do Iguaçu, ao norte do Estado de Santa Catarina, a 445 quilômetros de Florianópolis. Possui 32.256 habitantes em uma área de aproximadamente 845,8 quilômetros quadrados, segundo consta no site da prefeitura municipal. Deste total, 73% residem na área urbana e 27% na área rural. Metade da força econômica de Porto União vem da zona rural. A economia do município depende basicamente da agricultura. Porto União possui a maior bacia leiteira do planalto norte; destaque também, para a produção de milho e de soja. A piscicultura, a fruticultura e a apicultura também têm seu espaço entre os agricultores. Na indústria, o extrativismo da madeira se sobressai. De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (ABIMCI), estima-se que com 56 fábricas, Porto União e os municípios vizinhos, produzam efetivamente 18,6% da produção brasileira de portas. O município também é famoso devido à exportação do "Steinhaeger", principalmente para os países do Mercosul. Já as agroindústrias significam atualmente 25% da economia do município. São 26 agroindústrias espalhadas por todo o interior, envolvendo mais de 250 famílias. Uma das conseqüências mais positivas da existência dessas agroindústrias é a redução do êxodo rural e a geração de renda para os agricultores. Existem 4 agroindústrias que produzem embutidos e todas recebem inspeção municipal e federal. Os principais embutidos são de lingüiça, de salame, de lombo defumado, de lingücinha, de bacon e de costelinha. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, 2009).

O município de Porto União está localizado a uma altitude média de 752 metros, sendo o ponto culminante do município o Pico do Cerro Pelado, com 1300 metros. O relevo é constituído de planícies, montanhas, vales, grandes várzeas nas Bacias dos Rios Iguaçu e Jangada, na divisa com o Estado do Paraná, e do Rio Timbó. O município é banhado pela Bacia do Iguaçu, e seus afluentes (Rio Timbó, Rio Pintado, Rio dos Pardos, Rio Bonito, Rio Tamanduá, Rio Barra Grande, Rio Pintadinho e Jangada). O clima é predominantemente mesotérmico úmido. A temperatura média anual é de 17°C, com verões frescos, média de 21°C, e invernos rigorosos, com média de 12,6°C. No inverno ocorrem freqüentemente geadas. A precipitação média anual é de 1400 mm. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, 2009).

O município de Porto União é separado de União da Vitória, no Paraná, apenas por uma linha férrea, como já foi informado anteriormente. As duas cidades juntas, formam um importante centro universitário, com a Universidade do Contestado; a Faculdade de União da Vitória; a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras; e a Unidade de Ensino Superior do Vale do Iguaçu. (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2002).

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 37</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### 2.4.3. Aspectos Turísticos

Para a identificação e levantamento das festividades locais foram consultados sítios das prefeituras municipais e o sítio da Santur / Santa Catarina Turismo S/A, 1977 (SANTUR, 2009). Na descrição deste item procurou-se enfatizar as festas e eventos relacionados com recursos hídricos, com potencial de contribuição para o Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Aspectos turísticos e culturais também foram pesquisados, sendo que uma lista completa com todos os eventos, obtida junto à Santur, detalhando: município, dia, local, entidade organizadora, telefone/fax, e-mail e site da entidade promotora; é apresentada no Anexo 3.

Em geral, são características dos municípios deste sistema hidrográfico (SHPRH Timbó) os costumes e tradições dos colonizadores, entre eles os descendentes de alemães, caboclos, poloneses, italianos, austríacos, russos, ucranianos e libaneses. Os rodeios crioulos – como o Rodeio Crioulo Interestadual realizado no município de Bela Vista do Toldo, o Rodeio Crioulo no município de Matos Costa e o Rodeio CTG Fronteira Catarinense de Paula Pereira, no município de Canoinhas – promovidos anualmente atraem a população da região.

As festas periódicas promovem a cultura e conservam as tradições locais, entre elas destacam-se: em Bela Vista do Toldo, a Festa da Colheita e a Festa Do Colono; em Matos Costa, o Torneio de Pesca; em Porto União, a Festa Agropecuária do Vale do Iguaçu, a Festa e Corrida do Pinhão, a EXPOHAB, o Encontro das Etnias, a Festa Nacional do Steinhaeger e do Xixo, a Festa do Peixe de Nova Galícia, a Expedição ao Rio Iguaçu e a Bergbauernfest (Festa do Colono da Montanha); em Caçador, a FEINACC (Feira Industrial, Agropecuária e Comercial de Caçador), o Natal Eco-social, a Festa da Ponte, e a Semana da Cultura Italiana (Baile do Pão e Vinho e Festa Del Fiasco); e, em Canoinhas, a Agrofest, a Fesmate, a Festa da manteiga e a Festa do Tiro.

As festas religiosas também são eventos tradicionais na região, podendo destacar: a Festa Ucraniana em Louvor a Nossa Senhora Aparecida e a Festa da Padroeira Nossa Senhora da Glória (no município de Bela Vista do Toldo); a Festa em Honra a São João Batista e a Festa em Honra a São Sebastião (no município de Matos Costa); a Festa de Navegantes e a Festa da Fogueira de São Pedro e São Paulo (em Porto União); a Festa do Padroeiro São Francisco de Assis (no município de Caçador); e, a Festa Religiosa Paróquia Santa Cruz (no município de Canoinhas).

Entre os municípios do SHPRH Timbó, Porto União destaca-se no setor turístico. No total são 150 cachoeiras e corredeiras que compõe o cenário natural do município. A cachoeira do Salto do Pintado, com 30 metros de altura, fornece energia para a fábrica de bancos de Igreja de São Miguel da Serra, um dos mais importantes distritos do município. Também merece destaque a cachoeira do Salto do Rio dos Pardos, com 74 metros de altura, uma das maiores da América do Sul. Além dessas, muitas outras cachoeiras, de estilo mais selvagem, são de difícil acesso e atraem turistas para esportes radicais, como rapel, *trekking* ou canoagem. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, 2009).

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 38</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

#### **2.4.4. O Processo de Ocupação e sua Relação com o Uso dos Recursos Hídricos**

Em processos de planejamento em geral, qualquer que seja a unidade de referência, por exemplo bacia hidrográfica, é exigido um grande número de dados, informações e conhecimento, capazes de exprimir os reflexos sobre os recursos ambientais, de forma a se poder indicar suas vulnerabilidades e ameaças.

Nos relatos da SDS (SANTA CATARINA / SDS, 2007), é abordado o perfil produtivo da economia estadual, destacando os diferentes padrões produtivos nas distintas bacias hidrográficas, destacando a importância de se avaliar os diferentes perfis de desempenho econômico, das condições de vida da população e do grau de pressão antrópica que se disseminam por esses espaços, sinalizando seu potencial de sustentabilidade, com relação ao uso dos recursos hídricos.

Nesta ótica, entende-se que o conhecimento das formas e os padrões de utilização dos recursos naturais e a sua sustentabilidade diante das trajetórias do processo de ocupação que dominam uma bacia hidrográfica, possibilitarão orientar o processo de tomada de decisões no traçado das estratégias mais adequadas de abordagem e encaminhamento dos conflitos ou problemas identificados com relação ao uso dos recursos hídricos.

Para o caso da bacia hidrográfica do Rio Timbó (SHPRH Timbó), esse conhecimento irá sinalizar os conflitos relacionados às demandas dos recursos hídricos por parte da população urbana e rural, da indústria, da atividade agropecuária. Também será possível indicar as áreas mais susceptíveis aos processos de poluição e de contaminação das águas e as áreas que requerem prioridade no estabelecimento de mecanismos de gestão.

Segundo a revisão já apresentada anteriormente, a ocupação do espaço geográfico da RH 5 que inclui o SHPRH Timbó, passou por sucessivos estágios, destacando-se aqueles grupos que formaram a base do crescimento socioeconômico da região. Em função desta evolução natural, alguns setores se destacam por sua forte interferência e no uso dos recursos naturais, em especial os hídricos, para o seu processo de desenvolvimento.

Segundo o estudo da SDS (SANTA CATARINA / SDS, 2007), no ano de 2000, foi estimado que aproximadamente 2/3 da população catarinense, equivalente a 3.511 mil habitantes, estava concentrada nas bacias da Vertente Atlântica, e o restante, 1.845 mil habitantes, residia nas bacias da Vertente do Interior. Também de um modo geral, nas bacias hidrográficas da Vertente do Interior foram observadas taxas de urbanização moderadas, em média 68%, valores inferiores à do Estado (78,7%).

Neste mesmo estudo (op. cit), de uma maneira geral, ambas as vertentes passaram por ciclos descendentes nos períodos considerados. Em especial, nas bacias da Vertente do Interior, as taxas médias anuais, nos períodos 1980/1991 e 1991/2000, foram de 1,12 e 0,70% ao ano, respectivamente. Na faixa litorânea, o crescimento populacional passou de 2,71% para 2,51% ao ano, nos dois períodos sucessivamente. Essa condição também é visível nas taxas do Estado



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 39</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

de Santa Catarina, que nos mesmos períodos passou de 2,1% para 1,8% ao ano. Em outras palavras, trata-se de um processo consolidado que tende a seguir uma trajetória sem grandes variações, acomodando-se de maneira geral próximo aos padrões vegetativos.

Considerando dados referentes à taxa de crescimento 2000/2007 (IBGE, 2007), verifica-se que houve crescimento populacional na Bacia Hidrográfica do Rio Timbó (SHPRH Timbó), com uma taxa anual de 1,00%, sendo que houve um acréscimo na população urbana e um decréscimo na rural, em relação ao período 1991/2000. No quadro 4, é apresentada esta evolução da população na região em estudo

Neste aspecto, em função das taxas de crescimento, acima referidas, conclui-se que o aumento da demanda por água para atender a população do SHPRH Timbó nas áreas urbanas deve ser um elemento a ser considerado nas estratégias futuras.

Conforme SDS (SANTA CATARINA / SDS, 2006), as atividades econômicas em Santa Catarina destacam-se no cenário nacional, sendo relevantes seu parque industrial, as atividades agrícolas, a avicultura e a suinocultura, não somente para o mercado interno, mas também com papel importante na geração de divisas provenientes de diversas cadeias de transformação de produtos.

De acordo com SDS (SANTA CATARINA / SDS, 2006), com esse perfil, há distintos padrões econômicos e matrizes produtivas predominando nas bacias hidrográficas do Estado, cada qual apoiado em processos produtivos mais ou menos intensos no uso de recursos hídricos, com coeficientes técnicos de consumo diferenciados, além de implicar alteração na capacidade de assimilação de cargas poluidoras dos rios.

Também segundo o mesmo estudo (SANTA CATARINA / SDS, 2006), o Estado de Santa Catarina possui um parque industrial relevante, com mais de 15 mil indústrias instaladas, a maioria delas microempresas e de pequeno porte, mas também contando com grandes indústrias. Os segmentos industriais são variados, compreendendo os ramos: têxtil, alimentos, bebidas, pescado, frigoríficos, máquinas e equipamentos, papel, fecularia, curtume, metalurgia, tintas e solventes, produtos de limpeza, malharia, cerâmica e laticínios. Distribuídas por quase todo o território do Estado, essas indústrias, a depender do ramo e de sua concentração territorial, são grandes consumidoras de água, com repercussões relevantes principalmente no caso das bacias com menor disponibilidade hídrica.

Segundo publicação da FIESC (2002), Santa Catarina era, no ano 2000, o maior produtor de suínos do Brasil, responsável por 24% da produção do país e 60% da exportação nacional. Seara Alimentos, Sadia, Chapecó, Perdigão estão entre as principais empresas exportadoras. A suinocultura tem uma participação pouco expressiva no SHPRH Timbó.

De acordo com o estudo da SDS (SANTA CATARINA / SDS, 2006), o rebanho de bovinos catarinense reúne aproximadamente 3 milhões de cabeças. Desse total, 51% destinam-se à produção de carne e 41% à produção de leite, destacando-se em 8% no Planalto Canoinhas (RH 5), onde está inserida o SHPRH Timbó. As perspectivas no curto prazo para o crescimento da pecuária bovina no Estado apontam para uma tendência à estabilidade.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 40</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>		
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C	Página 41
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>			
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>				

**Quadro 4 – Dados de População do SHPRH Timbó**

Bacia Hidrográfica	População 2007				Área da Bacia (km <sup>2</sup> )	Taxa de Urbanização 2007 (%)	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	Taxa Cresc. Anual 80/91 (%)**	Taxa Cresc. Anual 91/00 (%)	Taxa Cresc. Anual 00/07 (%)
	Urbana	Rural	Total	Representação estadual (%)						
Rio Iguaçu (SHPRH Timbó)	38.306	35.739	74.045	1,26	4.998	51,73	14,8	1,63	0,96	1,00

Fonte: Adaptado de SANTA CATARINA / SDS, 2007.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 42</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Desta forma, as demandas para estes setores acima mencionados, no SHPRH Timbó, não devem ter um aumento significativo. Para as projeções futuras entende-se que se deve considerar apenas um crescimento vegetativo.

Já para o caso do setor agroindustrial, conforme relatado, houve um significativo avanço na produção de grãos e em áreas de reflorestamento, onde a água entra como um fator importante, em especial para o caso de reflorestamentos irrigados.

No SHPRH Timbó está concentrado um dos pólos florestais catarinense, abrangendo indústrias madeireiras, de papel e papelão e que conformam arranjos produtivos locais orientados para mercado nacional e externo.

Segundo SDS (SANTA CATARINA / SDS, 2006), a porção centro-norte do Estado, onde, além de outras, está a bacia do Rio Timbó (SHPRH Timbó), também apresenta um grande número de municípios pouco produtores, predominando economias frágeis e rendimento a desejar, intercalados por cadeias produtivas ligadas à agropecuária. A Bacia do Rio Timbó (SHPRH Timbó) apresenta distribuição espacial semelhante, onde predomina municípios com características a explorar e com saneamento inadequado, representando baixas pressões pelo uso das terras.

O estudo SDS (SANTA CATARINA / SDS, 2006) relata que, tendo em vista a importância de se avaliar de forma destacada a dimensão ambiental dos recursos hídricos no contexto das bacias hidrográficas, devem ser acrescentados indicadores relativos ao seu consumo, dando especial ênfase à demanda industrial, por entender-se que a mesma, além do respectivo consumo de recursos hídricos e lançamento de cargas poluentes nos corpos d'água, pode sinalizar outros fenômenos, associados à degradação ambiental das bacias hidrográficas analisadas. Como exemplo, podem ser citados impactos encadeados à própria produção industrial que, na ausência de uma boa gestão, quer do próprio setor, quer do ponto de vista institucional, tendem a potencializar repercussões desfavoráveis à ambiência da bacia, tais como: emissões atmosféricas, geração de resíduos sólidos, e uso desordenado do solo.

Também o estudo (SANTA CATARINA / SDS, 2006) destaca que a bacia do Rio Timbó tem uma atuação institucional relevante na gestão do meio ambiente em alguns de seus municípios, como é caso de Porto União e Timbó Grande.

Cabe destacar que informações mais detalhadas sobre todas as demandas por recursos hídricos, deverão ser aferidas com mais propriedade na Etapa B, com os levantamentos obtidos a partir do cadastro de usuários.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 43</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### **3. DIAGNÓSTICO DA DINÂMICA SOCIAL DA ÁREA DO SHPRH TIMBÓ**

Conforme já apresentado no Plano de Trabalho Ajustado, a Etapa A, denominada Estratégia para o Envolvimento da Sociedade na Elaboração do Plano, tem como objetivo “articular o envolvimento da sociedade na elaboração dos Estudos” que conduzirão ao Plano Estratégico de Gestão Integrada. Ou seja, para a construção do Plano Estratégico é previsto um processo participativo de forma que este tenha em conta não somente aspectos do olhar técnico e ambiental, mas, também do olhar social. E, por outra parte, enriquecer e legitimar o Plano incorporando nele o conhecimento empírico e a memória viva dos moradores da região. Fundamental para este processo é que a sociedade esteja permanentemente informada a respeito dos objetivos dos estudos, dos correspondentes avanços e das possibilidades de participar.

Por tratar-se de um Plano Estratégico, deverão ser analisadas todas as potencialidades identificadas no processo de participação social, visando aproveitá-las seja na formulação, seja na etapa posterior da implementação do plano. E, ao mesmo tempo, é através do processo de participação social que deverão ser identificadas as carências e as eventuais forças de resistência ou não cooperativas, aspectos estes que deverão ser adequadamente tratados visando atenuá-los ou, se possível, eliminá-los. Também é objetivo deste trabalho buscar a integração das ações de planejamento e gestão da bacia hidrográfica com as ações próprias dos Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas (PDMHs) atualmente em curso em 50 microbacias com território na área do SHPRH Timbó; e com as ações próprias de Unidades de Conservação, do PRAPEM. O resultado final previsto é a elaboração e início de implementação gradativa do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó (PEGI do SHPRH Timbó).

Conforme já apresentado no Plano de Trabalho Ajustado, esta Etapa A deve auxiliar nos levantamentos para o conhecimento da dinâmica social da área do SHPRH Timbó. Neste sentido, o Diagnóstico da Dinâmica Social da Bacia (do SHPRH Timbó), com a identificação dos principais atores sociais e das instituições relacionadas com o gerenciamento dos recursos hídricos e o Plano de Divulgação com os correspondentes Encontros Regionais constitui-se num elemento básico para a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da “Bacia Hidrográfica do Rio Timbó”, neste relatório denominado de “Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Timbó – SHPRH Timbó”, já descrito e justificado anteriormente.

No que se refere à identificação de atores sociais e institucionais intervenientes na área do SHPRH Timbó, foi realizada uma ampla pesquisa procurando-se destacar aqueles com atuação relevante e que possam ser elementos multiplicadores do processo de envolvimento da sociedade na construção do Plano Estratégico.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 44</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Inicialmente, para fins de realização das primeiras reuniões previstas no Plano de Divulgação do Plano Estratégico (ver item 3.3.) foi necessário um levantamento preliminar dos principais atores sociais e institucionais atuantes na região de estudo aproveitando, basicamente, as informações existentes e disponíveis na SDS/DRHI. Este levantamento foi posteriormente enriquecido – conforme previsto no próprio Plano de Divulgação – com o auxílio dos participantes nas primeiras reuniões regionais e com pesquisas complementares da Contratada com base em fontes secundárias. Os resultados são apresentados nos itens 3.1 e 3.2 que seguem.

### **3.1. Identificação de Atores Sociais Atuantes no SHPRH Timbó: Grupos Sociais e Econômicos Organizados**

Foram identificados mais de 40 novos atores sociais, com enfoque sobre os usuários de água, caracterizando formas de atuação, capacidade de liderança, abrangência espacial e tipos de atuação, com destaque aos usos e proteção dos recursos hídricos. Trata-se de atores sociais que, adequadamente organizados, tem grande potencial de parceria para a construção do PEGI do SHPRH Timbó, bem como para o fortalecimento do “Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó” visando com que o mesmo, possa atuar na discussão pública e abrangente do Plano Estratégico.

Com a sistematização destas informações, na sequência, é apresentada a relação dos atores atuantes no SHPRH Timbó, conforme sua categorização social. No Anexo 4, é apresentado uma lista com os contatos (endereços, telefones e *e-mails*) dos atores sociais atuantes no SHPRH Timbó, identificados nesta etapa. É parte integrante deste Anexo a relação: de grupos sociais e econômicos (Sindicatos, Associações e Cooperativas); de instituições relacionadas com o gerenciamento de recursos hídricos (instituições de âmbito municipal, intermunicipal, estadual e federal); das Organizações Não-Governamental; dos representantes do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do rio Timbó; e, das instituições de ensino de nível superior.

#### **3.1.1. Sindicatos**

- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

A partir de consulta ao sítio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) foram identificados os sindicatos dos trabalhadores rurais (Anexo 4) existentes nos Municípios de Bela Vista do Toldo, Caçador, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Matos Costa, Porto União, Santa Cecília e Timbó Grande (FETAESC, 2009).

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 45
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- **Sindicatos Rurais**

A partir de consulta ao sítio da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) foram identificados os sindicatos rurais (Anexo 4) existentes nos Municípios de Caçador, Canoinhas, Irineópolis, Lebon Régis, Major Vieira e Santa Cecília (FAESC, 2008).

- **Sindicatos Industriais**

Sindicato da Indústria da Construção Mobiliária de Porto União (SINDUSCOM); Sindicato da Indústria do Mate no Estado de Santa Catarina (SINDIMATE); Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeira de Caçador; Sindicato das Indústrias de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras, Compensadas e Laminadas, Aglomeradas e Chapas de Fibras de Madeiras de Canoinhas, Três Barras e Major Vieira; Sindicato dos trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário (SITICOM) do município de Caçador, Canoinhas, Porto União e Santa Cecília (FIESC, 2009).

### **3.1.2. Associações Comerciais e Industriais**

Dentre as associações comerciais e industriais atuantes na área do SHPRH Timbó (Anexo 4) foram identificadas as seguintes:

- Associação Comercial e Industrial de Canoinhas (ACIC), no Município de Canoinhas;
- Associação Comercial Industrial e Agropecuária de Porto União (ACIPU), no Município de Porto União;
- Associação Comercial e Industrial Agropecuária de Irineópolis, no Município de Irineópolis;
- Associação Comercial e Industrial Agropecuária de Lebon Régis, no Município de Lebon Régis;
- Associação Comercial e Industrial de Caçador, no Município de Caçador; e,
- Sociedade Industrial e Comercial (SICOL), no Município de Canoinhas.

### **3.1.3. Cooperativas Agrícolas**

Dentre os atores sociais atuantes na área do SHPRH Timbó estão as cooperativas agrícolas. O Quadro 5 a seguir apresenta estas cooperativas e os correspondentes municípios de atuação identificados.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 46
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

**Quadro 5 – Cooperativas na área do SHPRH Timbó**

<b>Cooperativa</b>	<b>Município</b>
AGROSEM - Cooperativa de Produtores Rurais	Canoinhas
COAGRIL - Comercial Agrícola Irineópolis	Irineópolis
COOPERAGRO - Sociedade Coop. União Agrícola de Canoinhas Ltda	Canoinhas
Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Hortifrutigranjeiro	Caçador
Cooperativa Agropecuária de Canoinhas	Canoinhas
COOPERDENSUL - Cooperativa de Produtores Rurais	Canoinhas
COOPERMATE - Cooperativa de Produtores de Mate Canoinhas Ltda	Canoinhas
COOPERNORTE - Cooperativa Regional Agrícola Norte Catarinense	Major Vieira e Irineópolis
COPERIO - Cooperativa Rio do Peixe	Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis e Major Vieira

### **3.1.4. Associações Profissionais**

Foram identificadas as seguintes associações profissionais com atuação na área do SHPRH Timbó (Anexo 4):

- Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Caçador (ADEAC), no Município de Caçador;
- Associação dos Arquitetos e Engenheiros do Vale de Canoinhas (AEVC), no Município de Canoinhas; e
- Associação dos Profissionais de Engenharia e Arquitetura de Porto União (APEA), no Município de Porto União.



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 47</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### **3.1.5. Movimento Social**

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB - é um movimento popular cujo objetivo é reunir, discutir, esclarecer e organizar os atingidos direta e indiretamente pelas barragens. O Movimento tem pautado suas ações na restrição aos planos que impõem a construção de grandes barragens sejam elas estatais, privadas, financiadas ou não por agências internacionais. O MAB incentiva a busca e luta por alternativas para a geração e distribuição de energia que modifiquem a atual matriz energética brasileira; pois segundo este movimento, somente será possível através de uma real democratização da política energética e de seu compromisso com um projeto de sociedade socialmente justo e ecologicamente responsável (MAB, 2009).

Criado em 1989 em Goiânia (GO), o MAB definiu-se como contrário à execução do Plano 2010, da Eletrobrás, que prevê a construção de cerca de cem hidrelétricas no país (MAB, 2009).

A secretaria nacional do tem sua sede na cidade de São Paulo/SP. Em Santa Catarina tem sua sede no Município de São Carlos/SC.

### **3.2. Caracterização das Instituições relacionadas com o Gerenciamento de Recursos Hídricos**

Neste item são apresentadas as Instituições com ações relevantes para a Gestão dos Recursos Hídricos na área do SHPRH Timbó, tanto por sua atuação direta no Comitê, conforme prevê a Lei Estadual de Recursos Hídricos, como por seu potencial de agente apoiador e multiplicador das ações de planejamento. Descrevem-se brevemente as atribuições e correspondente participação no processo de gestão de recursos hídricos.

As instituições setoriais e multi-setoriais, especialmente aquelas com atuação regional, intermunicipal, apresentam como potencialidade, em relação aos propósitos do Plano da Bacia, a capacidade de articulação de ações coordenadas em prol do uso sustentável dos recursos hídricos. Como deficiência, ou melhor, como fator limitador, em todas elas, pode mencionar-se o fato do horizonte do planejamento ser limitado, em termos práticos, ao máximo de 4 anos. Isto é consequência da tradição brasileira que não separa ações de estado de ações de governo priorizando estas últimas. Assim, as prioridades e políticas de ação das instituições setoriais e multisetoriais tendem a ser fortemente influenciadas pelas mudanças que acontecem a cada quatro anos, por ser este o período de mandato das administrações federal, estadual e municipal; e dos legislativos municipais que, no caso em pauta, têm maior relevância relativa que os equivalentes estaduais e federais. Ressalta-se a ação iniciada a partir de 2003 pela administração estadual catarinense, na gestão passada de governo, com a criação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional que visam, entre outros objetivos, fortalecer o planejamento e as ações de estado, as quais devem ter horizontes de médio e

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 48
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

longo prazo, independentemente das transições de governo a cada quatro anos. Salienta-se, também, que é a partir da materialização da Divulgação do Plano de Divulgação do Plano Estratégico, através de suas componentes de Comunicação e Mobilização Social, que serão captadas as potencialidades e limitações específicas de cada instituição.

### 3.2.1. Instituições de âmbito municipal e intermunicipal

#### 3.2.1.1. Municípios

Na área de abrangência do SHPRH Timbó estão inseridos, parcial ou totalmente, 11 municípios, localizados no planalto norte catarinense. O Quadro 6 apresenta a relação desses municípios, sua situação e percentual de área no SHPRH Timbó, bem como respectivas populações segundo contagem efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2007. Na área do SHPRH Timbó tem-se: cinco municípios classificados como TI (totalmente inserido na área do SHPRH Timbó), um município classificado como PSD (parcialmente inserido com sede na área do SHPRH Timbó) e cinco municípios classificados como PSF (parcialmente inserido com sede fora da área do SHPRH Timbó). Na Figura 8 é apresentada esta espacialização.

**Quadro 6 – Municípios inseridos na área do SHPRH Timbó**

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Situação na área do SHPRH Timbó</b>	<b>Percentual de inserção <sup>(1)</sup> na área do SHPRH Timbó</b>	<b>População (hab) <sup>(2)</sup> (IBGE, 2007)</b>
Bela Vista do Toldo	TI	100	5.909
Caçador	PSF	13	67.556
Calmon	PSD	79	4.012
Canoinhas	PSF	71	52.677
Irineópolis	TI	100	10.287
Lebon Régis	PSF	31	11.735
Major Vieira	PSF	7	7.337
Matos Costa	TI	100	2.818
Porto União	TI	100	32.256
Santa Cecília	PSF	19	15.311
Timbó Grande	TI	100	6.979

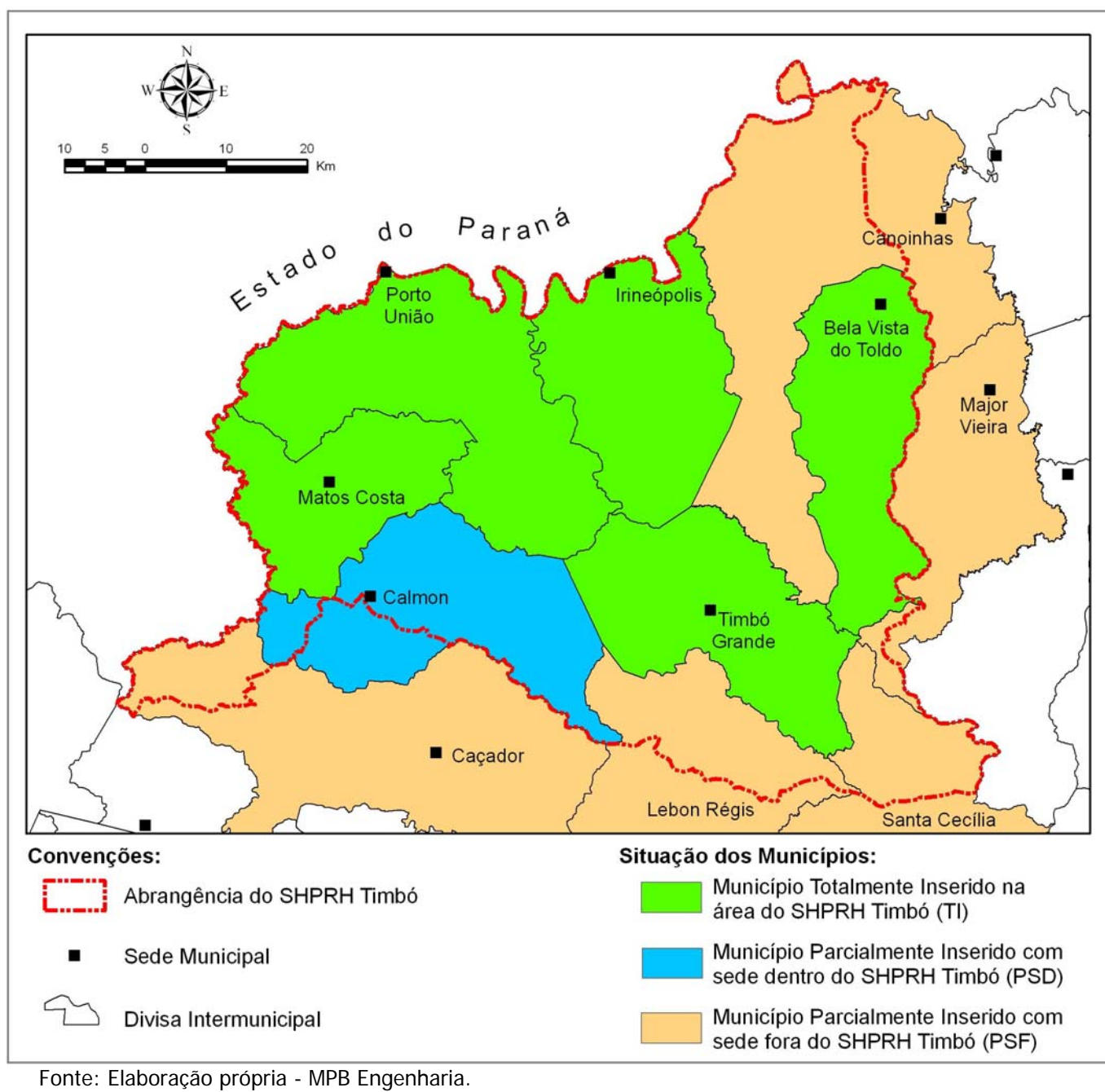
Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 49
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

(1) Percentual de área dos municípios inserido no SHPRH Timbó obtido pelo cruzamento matricial (raster) dos Planos de Informações “divisão intermunicipal” (escala 1:250.000) com o “limite do SHPRH Timbó” (sem escala).

(2) Contagem da População, com data referência em 1º de abril de 2007 (IBGE, 2007).

O Anexo 4, além de apresentar endereço, telefone e *e-mail* de cada prefeitura dos 11 municípios, lista os prefeitos eleitos para as gestões 2005 – 2008 e 2009 – 2012.



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 50</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

**Figura 8 – Abrangência Municipal na área do SHPRH Timbó**

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 51
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### 3.2.1.2. Associações de Municípios

As associações de municípios, dentro do processo de gestão de recursos hídricos, assumem um papel de significativa importância, pois são articuladores potenciais para a preservação e conservação deste recurso natural. A capacidade de articulação e ação efetiva dos municípios participantes representa uma *potencialidade* que deve ser direcionada para ações conjuntas, programas e projetos para proteção dos mananciais hídricos, bem como para a promoção de campanhas de educação ambiental e estabelecimento de parcerias entre as organizações locais como forma de promover e fortalecer a participação da população no processo.

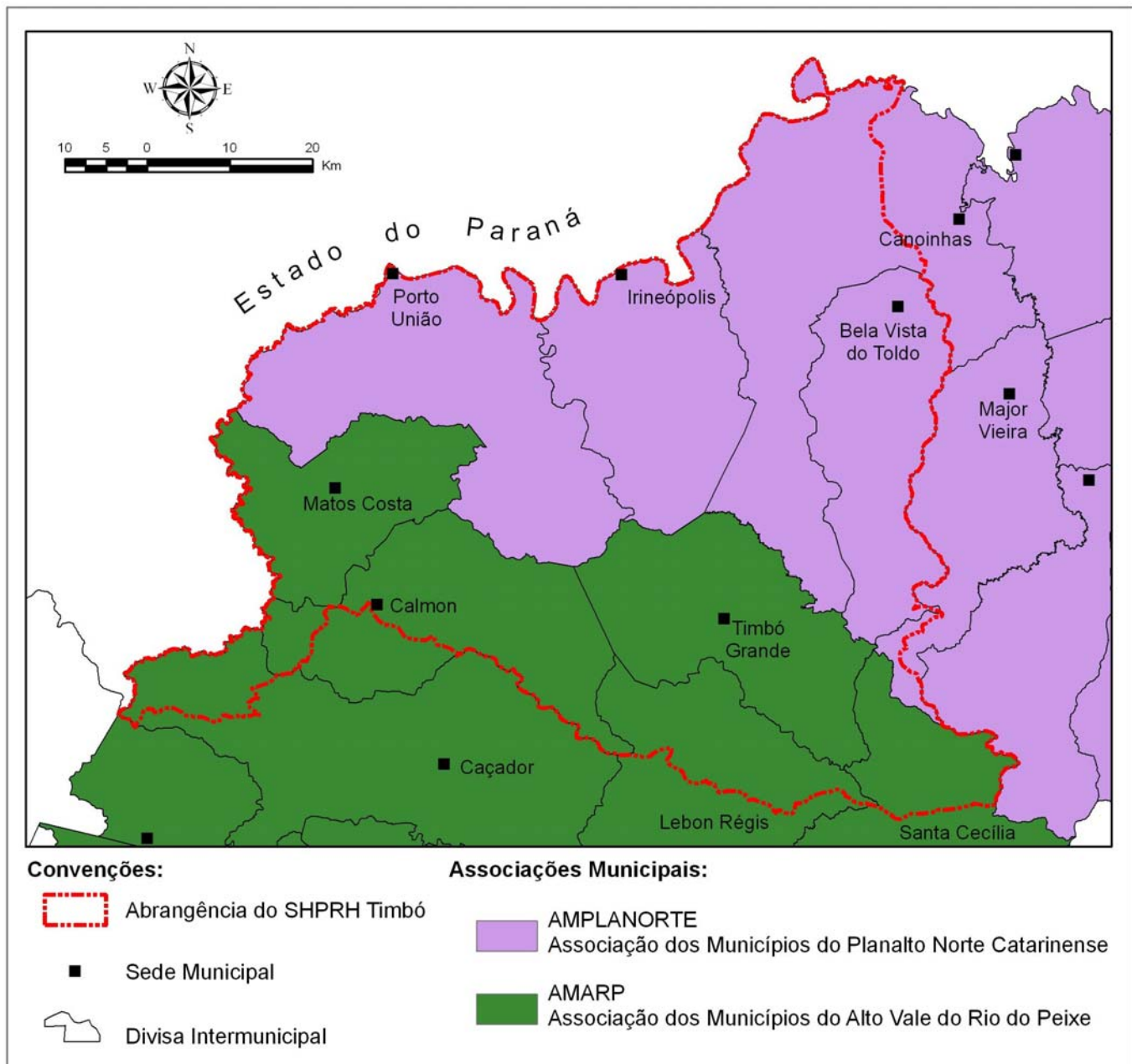
#### Associações atuantes na área do SHPRH Timbó:

Os 11 municípios, total ou parcialmente inseridos na área do SHPRH Timbó, estão distribuídos, em duas Associações de Municípios, conforme apresentado no Quadro 7, no Anexo 4 e na Figura 9 a seguir.

**Quadro 7 – Associações de Municípios atuantes na área do SHPRH Timbó**

<b>Associação de Municípios</b>	<b>Município Sede</b>	<b>Municípios com área no SHPRH Timbó</b>
AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe	Videira	Caçador, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa, Santa Cecília e Timbó Grande
AMPLANORTE - Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense	Mafra	Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira e Porto União

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 52
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

**Figura 9 – Abrangência das Associações de Municípios na área do SHPRH Timbó**

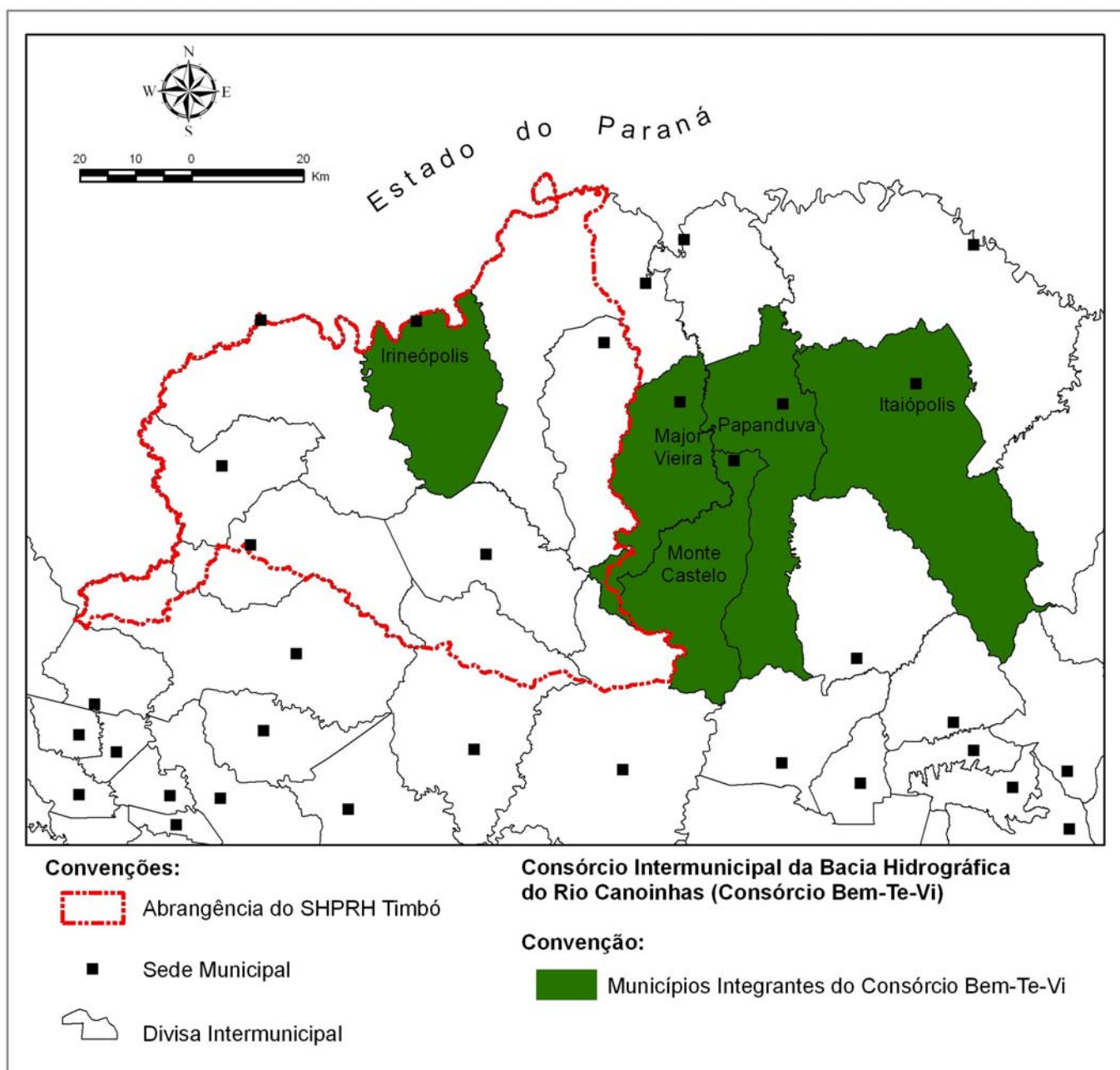
### 3.2.1.3. Consórcio Intermunicipal

Na região da área do SHPRH Timbó tem sido desenvolvida uma interessante experiência de gestão ambiental através do *Consórcio Bem-Te-Vi – Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Canoinhas*. O Consórcio Bem-Te-Vi une cinco cidades do Planalto Norte

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 53
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Catarinense em torno de um objetivo comum: a preservação ambiental. Fundado em 2001, o consórcio tem na destinação correta dos resíduos sólidos seu principal campo de atuação.

Municípios Consorciados: Irineópolis, Itaiópolis, Major Vieira, Monte Castelo e Papanduva. Destes, apenas Irineópolis e Major Vieira têm áreas no SHPRH Timbó, conforme ilustra a Figura 10. O Anexo 4 mostra endereço, telefone e *e-mail* do Consórcio Bem-Te-Vi.



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

**Figura 10 – Abrangência do Consórcio Bem-Te-Vi**

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 54</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### **3.2.2. Instituições de Âmbito Estadual**

#### **3.2.2.1. Secretaria de Estado Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS**

No ano de 2003, foi feita a integração da antiga Secretaria da Família com a Secretaria do Meio Ambiente, formando a então denominada Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente – SDS.

Com a reforma administrativa ocorrida em 2005, através da Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente foi transformada em **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável**, permanecendo a sigla **SDS**.

Na terceira reforma administrativa através da Lei Complementar nº 381 de 7 de maio de 2007, é alterada a competência e o nome da SDS, transformando-a em **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável**, mantendo a sigla **SDS** (SDS, 2009).

Na Figura 11 encontra-se o Organograma da SDS.





Fonte: SDS, 2009.

**Figura 11 – Organograma da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável**

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 56</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### 3.2.2.2. Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, foi estabelecido através da Lei nº 6.739 de 1985 com as funções de órgão de deliberação coletiva no Estado de Santa Catarina.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos é o órgão superior do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, responsável pelo estabelecimento de diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos, proposição de diretrizes para o Plano Estadual de Recursos Hídricos e normas sobre o uso das águas e, ainda, estabelecimento de normas para a instituição de Comitês de Bacia. O órgão central, representado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), responsável pelo Meio Ambiente, é responsável pela execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e coordenação a implantação dos Planos de Recursos Hídricos (CERH, 2009).

### 3.2.2.3. Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR´s

As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional objetivam a democratização das ações e a transparência e visam ao amplo engajamento e a participação das comunidades de cada microrregião, com a regionalização do orçamento, do planejamento, da fiscalização e das ações.

As Secretarias atuam como agências oficiais de desenvolvimento. Os Conselhos - compostos pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, os Prefeitos e Presidentes das Câmaras de Vereadores da região de abrangência e dois representantes, por município, membros da sociedade civil, que representem os segmentos culturais, políticos, ambientais, econômicos e sociais – constituem um Fórum permanente de debates sobre a aplicação do orçamento regionalizado, a escala de prioridade das ações e a integração Estado/Município/Universidade/Comunidade no planejamento e execução de metas.

Fazem parte, da organização estrutural das Secretarias, as gerências regionais: da Educação; da Saúde; da Assistência Social; do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura; da Infra-estrutura; da Cultura, Turismo e Esporte; e, a Gerência de Projetos Especiais. Maior ênfase no processo de construção do PEGI da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó são as três Gerências Regionais do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Agricultura, nos municípios de Caçador, Canoinhas e Curitibanos (SDR, 2009).

As Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, atuantes na área do SHPRH Timbó, com identificação dos correspondentes municípios sede e municípios de abrangência, estão apresentadas no Quadro 8 e na Figura 12 a seguir:

**Quadro 8 – SDR´s inseridas no SHPRH Timbó**

SDR	Sede	Municípios na SDR
SDR Caçador	Caçador	Caçador, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande
SDR Canoinhas	Canoinhas	Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira e Porto União
SDR Curitibaanos	Curitibaanos	Santa Cecília



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

**Figura 12 – Abrangência das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR´s) na área do SHPRH Timbó**

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 58</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

#### 3.2.2.4. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A – EPAGRI

Com o objetivo de promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais, a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A, vinculada a SDA) busca a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores. É também objetivo da empresa promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro.

A estrutura organizacional da Epagri compreende, no nível político-estratégico, a sede administrativa, integrada pelos órgãos deliberativos e de fiscalização, a diretoria executiva, as gerências estaduais e as assessorias, competindo-lhes a formulação de políticas, diretrizes, estratégias e o estabelecimento de prioridades; análise da gestão econômico-financeira; coordenação, avaliação, suporte institucional e articulação interinstitucional. No nível tático-operacional compete às Gerências Regionais – compostas por unidades de pesquisa, centros de treinamento, campos experimentais e escritórios municipais – o cumprimento das políticas, diretrizes, estratégias e prioridades; formulação e execução de projetos; administração dos recursos humanos, materiais e financeiros; articulação e suporte intra-regional; participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local (EPAGRI, 2009).

As Gerências Regionais atuantes na área do SHPRH Timbó e os correspondentes escritórios municipais estão apresentados no Quadro 9. A Figura 13 exhibe a abrangência de cada Gerência.

**Quadro 9 – Gerências Regionais da Epagri atuantes na área do SHPRH Timbó**

<b>Gerências</b>	<b>Escritórios Municipais na área do SHPRH Timbó</b>
Gerência Regional de Caçador	Caçador, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa e Timbó Grande
Gerência Regional de Canoinhas	Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira e Porto União
Gerência Regional de Curitiba	Santa Cecília

Destaque especial, no âmbito da SDA/Epagri, é o desenvolvimento do Programa PRAPEM/MICROBACIAS 2, considerado um projeto inovador porque há a participação efetiva das comunidades, sendo que cada microbacia hidrográfica possui uma Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM) formalizada com Diretoria, Estatuto, CNPJ, Conta Bancária e com Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica (PDMH) elaborado pelas comunidades locais. Nestes planos estão definidas as missões, os valores e as ações de curto, médio e longo prazo. As famílias, pela primeira vez, têm voz ativa e poder de decisão. Jovens, mulheres, homens e idosos definem o PDMH a qual pertencem e planejam propostas de melhorias comunitárias, grupais ou individuais. São as famílias organizadas que gerenciam e

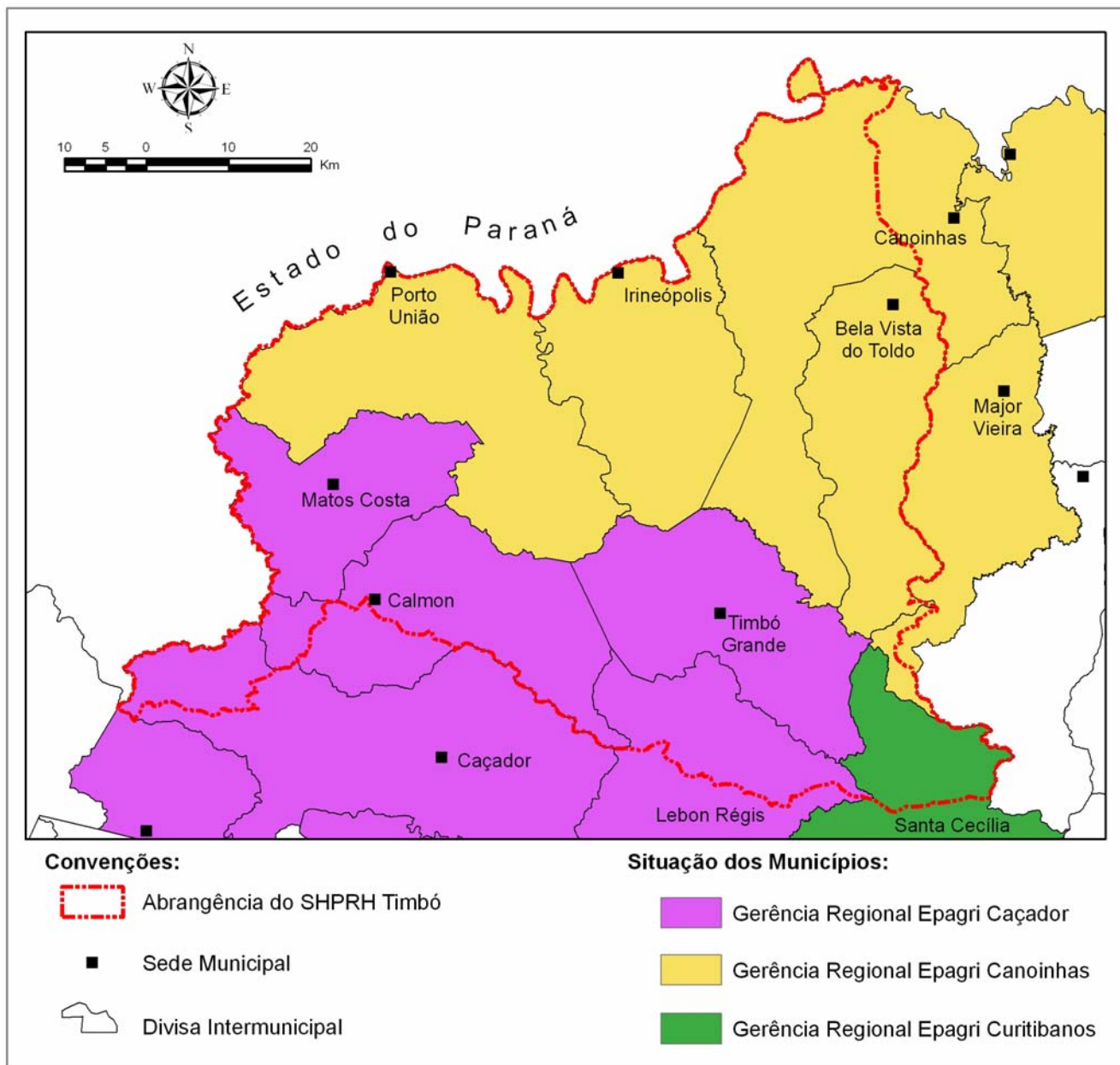
DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 59</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

decidem o que fazer nas áreas ambiental, social e econômica. Como proposta final, estes estudos apresentam um conjunto de prioridades nos grandes blocos de atuação, ou seja: na área ambiental, social e de renda.

Neste sentido, os Planos de Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas – PDMH, elaborados e que estão em elaboração em várias microbacias hidrográficas da área de estudo, serão fonte de pesquisa e alvo de discussão visando à incorporação dos resultados destes no Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó.

No Anexo 4 estão listados os endereços, telefones e *e-mails* das Gerências Regionais da Epagri na área do SHPRH Timbó, citando seus respectivos escritórios municipais. Importante ainda o destaque para a existência dos Escritórios Municipais da Epagri em todos os municípios catarinenses, inclusive na área do SHPRH Timbó, que podem garantir uma representação no mínimo, em nível municipal nas discussões para construção do PEGI da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 60
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

**Figura 13 – Abrangência das Gerências Regionais da Epagri na área do SHPRH Timbó**

No âmbito do Projeto Microbacias 2, foi criada a Secretaria Executiva Estadual, com sede em Florianópolis e também as unidades regionais chamadas de Secretarias Executivas Regionais. Na área do SHPRH Timbó três SERs, desenvolvem suas atividades e estão estabelecidas, com sedes: em Canoinhas, Caçador e Curitibaanos.

Como já citado anteriormente e como parte das ações desenvolvidas pelo Projeto Microbacias, as Associações de Desenvolvimento das Microbacias (ADM) representam os interesses das famílias inseridas em cada microbacia. Para sua legalização, cada ADM deve contar com a

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 61
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

adesão de no mínimo 70% do total de famílias. A constituição da ADM é condição necessária para viabilização de recursos do Plano de Desenvolvimento da Microbacia. A ADM é quem aprova o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microbacia e as respectivas propostas comunitárias, grupais ou individuais, assumindo a co-responsabilidade na gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização das ações (AMEOSC, 2009).

O Plano de Desenvolvimento é o resultado do processo de planejamento participativo, flexível e contínuo, adaptado à realidade da comunidade. Construído pelas famílias participantes e com o apoio de entidades executoras e parceiras do projeto e assessorado pelos técnicos facilitadores e extencionistas; o plano inclui prioridades definidas pelos moradores da microbacia ou comunidade indígena e representa os mais diversos problemas, necessidades e potencialidades da região (AMEOSC, 2009).

No Quadro 10 encontram-se as ADM´s com atuação na área do SHPRH Timbó.

No Anexo 4 estão listados os endereços, telefones e *e-mails* das Secretarias Executivas Regionais.

**Quadro 10 – ADM´s inseridas na área do SHPRH Timbó**

<b>Município</b>	<b>Inserção no SHPRH Timbó</b>	<b>Microbacia</b>	<b>Plano</b>	<b>ADM</b>
Bela Vista do Toldo	TI	Rio Lajeado	sem plano	Rios Lajeado e Ribeirão Raso
Bela Vista do Toldo	TI	Rio Barra Mansa	sem plano	Rio Barra Mansa
Bela Vista do Toldo	TI	Rio Buruti	ok	Rio Buruti
Bela Vista do Toldo	TI	Rio Bela Vista	ok	Rio Bela Vista
Bela Vista do Toldo	TI	Rio Dareia de Cima	ok	Rio D'Areia de Cima
Bela Vista do Toldo	TI	Rio Imbuia	sem plano	Imbuia
Bela Vista do Toldo	TI	Rio Vermelho	ok	Rio Vermelho
Bela Vista do Toldo	TI	Rio Bonito	sem plano	Rio Bonito
Caçador	PSF	Rio XV de Novembro	ok	Rio XV de Novembro

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 62
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

<b>Município</b>	<b>Inserção no SHPRH Timbó</b>	<b>Microbacia</b>	<b>Plano</b>	<b>ADM</b>
Caçador	PSF	Rio Preto	ok	Afluentes do Rio Preto
Caçador	PSF	Rio Castelhanao	ok	CBS
Caçador	PSF	Rio do Peixe e Caçador	ok	Rio Caçador
Calmon	PSD	Jangada	ok	Rio Jangada
Calmon	PSD	Putinga	ok	Rio Jangada II
Canoinhas	PSF	Rio Timbózinho	sem plano	Rio Timbózinho
Canoinhas	PSF	Rio dos Pardos	sem plano	Integração
Canoinhas	PSF	Rio do Tigre	sem plano	União Encruzilhada / Rio do Tigre
Canoinhas	PSF	Córrego do Souza	sem plano	Central
Canoinhas	PSF	Córrego do Fuck	ok	Santa Cruz
Canoinhas	PSF	Rio Água Verde	sem plano	São José Batista
Canoinhas	PSF	Córrego das Flores	sem plano	Unidos do Córrego das Flores
Canoinhas	PSF	Rio Paiol e Lajeado	sem plano	Primavera
Irineópolis	TI	Rio Tamanduá	ok	Rio Tamanduá
Irineópolis	TI	Rio Timbozinho	ok	Água Viva
Irineópolis	TI	Rio Timbozinho II	ok	Nova Conquista
Irineópolis	TI	Rio Timbozinho III	ok	Terra Viva
Irineópolis	TI	Rio Timbozinho IV	sem plano	Amigos da Terra Forte
Irineópolis	TI	Rio dos Pardos	sem plano	Integração
Irineópolis	TI	Rio Porungas	sem plano	Fonte de União



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 63
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

<b>Município</b>	<b>Inserção no SHPRH Timbó</b>	<b>Microbacia</b>	<b>Plano</b>	<b>ADM</b>
Irineópolis	TI	Rio Preto	sem plano	Comunidades Unidas
Lebon Régis	PSF	Caçador Grande	ok	Contestado
Lebon Régis	PSF	Rio Bonito	ok	Rio Azul
Lebon Régis	PSF	Rio dos Patos e Trombudo	ok	União Agrícola
Lebon Régis	PSF	Rio Roberto	ok	Rio Roberto
Major Vieira	PSF	Lajeado Liso	sem plano	Lajeado Liso
Major Vieira	PSF	Rio Vermelho	sem plano	Rio Vermelho
Major Vieira	PSF	Rio Novo de Baixo	sem plano	Rio Novo e Rio Novo de Baixo
Major Vieira	PSF	Rio Jacu e Rio dos Cochos	ok	Rio dos Cocho e Rio do Jacu
Matos Costa	TI	Ribeirão do Meio	ok	Vale do Contestado
Matos Costa	TI	Rio Preto	ok	Água Viva
Matos Costa	TI	Rio Liso	ok	União das Águas
Porto União	TI	Rio dos Pardos	ok	Rio dos Pardos
Porto União	TI	Rio Bonito	sem plano	Salto do Rio Bonito
Porto União	TI	Rio Tamanduá	sem plano	Águas Limpas do Rio Tamanduá
Porto União	TI	Rio da Espingarda	sem plano	Rio Espingarda
Santa Cecília	PSF	Rio Timbó	sem plano	Rio Timbó

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 64
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Município	Inserção no SHPRH Timbó	Microbacia	Plano	ADM
Santa Cecília	PSF	Rio Bonito	sem plano	Rio Bonito
Timbó Grande	TI	Rio Timbó	ok	Rio Timbó
Timbó Grande	TI	Rio Tamanduá	ok	Rio Tamanduá
Timbó Grande	TI	Rio Cachoeira	ok	Rio Cachoeira

### 3.2.2.5. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC

Empresa de economia mista, criada em 28/02/1979 pela Lei nº 5.516 e fundada em 27/11/1979, transformada em empresa pública em 06/09/2005 tem como missão melhorar a qualidade de vida da sociedade catarinense, promovendo a saúde pública e o desenvolvimento integrado e sustentável dos setores agropecuário, florestal e pesqueiro, através de ações voltadas ao apoio da produção e comercialização, controle de qualidade e saneamento ambiental.

Serviços prestados: Saúde animal, fomento da produção animal, classificação de produtos de origem vegetal, armazenagem, engenharia rural e inspeção de produtos de origem animal (CIDASC, 2008).

Está organizada em Administrações Regionais das quais, as que atuam na área do SHPRH Timbó e correspondentes municípios de abrangência, estão apresentadas no Quadro 11. No Anexo 4 estão listadas as Administrações Regionais da CIDASC na área do SHPRH Timbó.

**Quadro 11 – Administrações Regionais da CIDASC inseridas na área do SHPRH Timbó**

Administrações Regionais da CIDASC	Municípios de Abrangência na área do SHPRH Timbó
Regional de Caçador	Caçador, Calmon, Lebon Régis, Matos Costa, Santa Cecília e Timbó Grande
Regional de Canoinhas	Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira e Porto União

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 65
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### 3.2.2.6. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN é uma empresa de capital misto, criada em 1970 e que tem como missão abastecer de água para consumo humano e prover o estado de sistemas de saneamento básico. A empresa está presente em 205 municípios catarinenses e 01 paranaense, atuando diretamente nesses dois setores.

A empresa atende uma população de 2,3 milhões de habitantes com distribuição de água tratada e 319 mil com coleta, tratamento destino final de esgoto sanitário (CASAN, 2009).

Dos 11 municípios na área do SHPRH Timbó, a CASAN atende 10 municípios através das agências regionais, agências e distritos operacionais vinculadas à SPO - Superintendência Regional de Negócios Planalto/Oeste (Quadro 12) e à SRN - Superintendência Regional de Negócios Norte/Vale do Itajaí (Quadro 13).

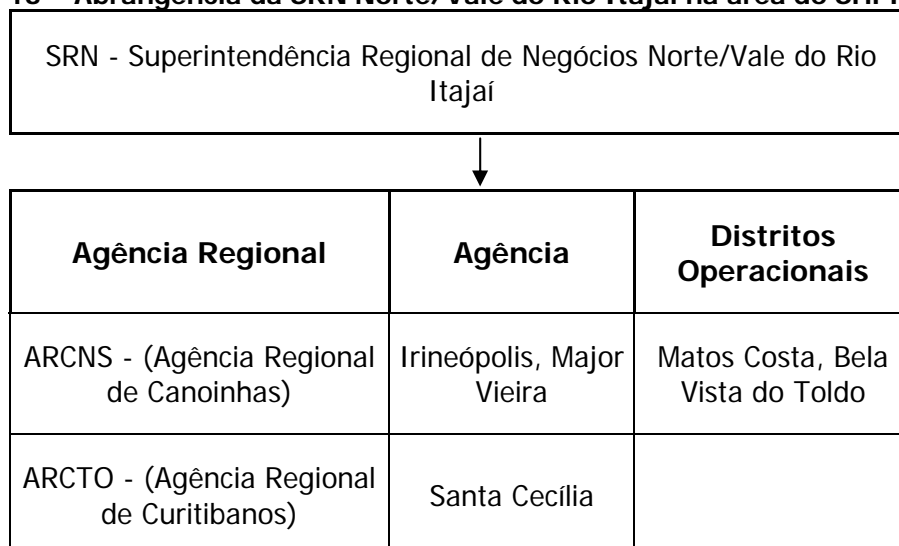
O município catarinense de Porto União é atendido pela SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná), mas o distrito de Santa Cruz do Timbó, deste município, é abastecido pela CASAN. (CASAN, 2009).

**Quadro 12 – Abrangência da SPO Planalto/Oeste na área do SHPRH Timbó**



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 66
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

**Quadro 13 – Abrangência da SRN Norte/Vale do Rio Itajaí na área do SHPRH Timbó**



No anexo 4 estão listados os contatos (endereço, telefone e *e-mail*) das superintendências regionais, das agências regionais e das agências da CASAN na área do SHPRH Timbó.

### 3.2.2.7. FATMA – Fundação do Meio Ambiente

A FATMA é o órgão ambiental da esfera estadual do Governo do Estado de Santa Catarina. Atua com uma sede administrativa, localizada em Florianópolis, e 14 coordenadorias regionais, e um Posto Avançado de controle Ambiental (PACAM), no Estado. Criada em 1975, a FATMA tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do Estado. Isto é buscado através: da gestão de oito Unidades de Conservação Estaduais, da Fiscalização Ambiental, do Licenciamento Ambiental, do Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas e de Estudos e Pesquisas Ambientais e da pesquisa da Balneabilidade.

A ação da FATMA na área correspondente ao SHPRH Timbó compete às Coordenadorias de Desenvolvimento Ambiental (CODAM) com sedes em Caçador e Canoinhas.

De acordo com informações disponíveis na *homepage* desta instituição, no link “Projetos” são listados Programas e Convênios. São cinco os programas: Bacias Hidrográficas; Programa AMAUC - Consórcio Lambari; Programas de Proteção e Recuperação Ambiental; Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas; e, Programa Água Limpa.

Para viabilizar projetos especiais, de grande amplitude e efeitos diretos sobre as comunidades e economias envolvidas, e que também requerem tecnologia de ponta, a FATMA mantém convênio com entidades internacionais (FATMA, 2009), a saber:

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 67</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- GTZ - Agência Alemã de Cooperação Técnica: Cooperação Técnica para o Gerenciamento dos Recursos Hídricos em Santa Catarina;
- KfW - *Kreditanstalt für Wiederaufbau*: Cooperação Financeira Alemã. Proteção da Mata Atlântica em Santa Catarina - Consolidar e fortalecer as Unidades de Conservação - UC's;
- GEF - Fundo para o Meio Ambiente: Conservação da biodiversidade e restauração dos ecossistemas de importância global do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, com a participação de atores sociais locais. Este Projeto prevê atividades de fiscalização, educação ambiental e elaboração do Plano de Manejo, entre outras;
- PNMA II - Programa Nacional de Meio Ambiente: Ativo ambiental - desenvolver atividades de recuperação ambiental decorrentes dos despejos de dejetos suínos, nas Bacias do Fragosos e Coruja/Bonito, com a realização do Licenciamento e do Monitoramento Ambiental; e,
- Microbacias II – Corredores Ecológicos: Este Projeto objetiva a implantação de corredores ecológicos em áreas de florestas de araucária, a regulamentação de leis de conservação e gestão ambiental (SEUC e ICMS - Ecológico), e a consolidação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro com ações de educação ambiental e de fiscalização.

#### 3.2.2.8. Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária (VISA) é responsável por promover e proteger a saúde e prevenir a doença por meio de estratégias e ações de educação e fiscalização. Tem como missão promover e proteger a saúde da população por meio de ações integradas e articuladas de coordenação, normatização, capacitação, educação, informação apoio técnico, fiscalização, supervisão e avaliação em Vigilância Sanitária.

O serviço de Vigilância Sanitária está vinculado ao serviço de saúde. No caso do Brasil, é o SUS – Sistema Único de Saúde. O SUS foi criado pela Lei Federal 8.080. No artigo 7 dessa Lei estão descritos os princípios e as diretrizes do SUS, que são os mesmos que regem o trabalho da Vigilância Sanitária.

Cabe aos municípios a execução de todas as atividades de Vigilância Sanitária, desde que assegurados nas leis federais (Portaria nº 2.473, de 29 de dezembro de 2003) e estaduais. Esse é o processo chamado de municipalização das ações da VISA. O Estado e a União podem atuar em caráter complementar quando houver risco epidemiológico, necessidade profissional e tecnológica (VISA, 2009).

Regionais Estaduais da Vigilância Sanitária atuantes na área do SHPRH Timbó: Caçador (10ª Regional) e Canoinhas (26ª Regional).

No Anexo 4 estão listados os contatos das duas Regionais da Vigilância Sanitária atuantes na área do SHPRH Timbó.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 68</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### **3.2.3. Instituições de Âmbito Federal**

#### **3.2.3.1. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é uma autarquia federal, criado pela Lei 7735/89 de 22 de fevereiro de 1989. Ele está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo o responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente. Desenvolve diversas atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, exercendo o controle e a fiscalização sobre o uso dos recursos naturais. (IBAMA, 2009).

O IBAMA atua na área do SHPRH Timbó através do Escritório Regional localizado no município de Caçador.

#### **3.2.3.2. Instituições Federais sem Escritórios Regionais na área do SHPRH Timbó**

Embora sem escritórios regionais na área do SHPRH Timbó, são relacionadas a seguir, instituições federais de grande relevância tanto no potencial de contribuição para a formulação do Plano Estratégico, como na construção e implementação do próprio Plano de Recursos Hídricos da Bacia. São as seguintes:

##### Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Embrapa foi criada em 26 de abril de 1973. Sua missão é viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do espaço rural, com foco no agronegócio, por meio da geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias (EMBRAPA, 2009).

##### Agência Nacional de Águas (ANA)

É o órgão gestor dos recursos hídricos de domínio da União. No caso do SHPRH Timbó, o rio Iguaçu, onde afluem todas as contribuições do SHPRH Timbó – que por ser um rio de domínio da União é gerido pela ANA. Outro curso d'água de domínio da União, também é gerido pela ANA, é o trecho do rio Jangada que serve de divisa entre os estados de Santa Catarina e Paraná. A necessidade de compatibilizar as ações em nível da área do SHPRH Timbó com as ações em nível da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu justificam, por si só, a inclusão desta

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 69</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

instituição dentre as relevantes para o gerenciamento dos recursos hídricos da área do SHPRH Timbó (ANA, 2009).

#### Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Embora não tenha competência direta sobre o gerenciamento dos recursos hídricos, compete a ela a concessão dos direitos de exploração dos potenciais hidrelétricos em qualquer curso de água, mesmo nos de domínio estadual, com prévia consulta de disponibilidade hídrica ao correspondente órgão gestor. A mesma necessidade de articulação e integração de ações entre entidades federais e regionais justifica a inclusão desta instituição (ANEEL, 2009).

#### Ministério do Meio Ambiente (MMA) / Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU)

A SRHU do MMA compete, dentre outras funções, propor políticas, planos e normas e definir estratégias nos temas relacionados com a gestão integrada do uso múltiplo sustentável dos recursos hídricos. Compete, também, desenvolver ações de apoio aos Estados na implementação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; desenvolver ações de apoio à constituição dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas; promover, em articulação com órgãos e entidades estaduais, os estudos técnicos relacionados aos recursos hídricos e propor o encaminhamento de soluções (MMA, 2009).

#### Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM)

É o atual Serviço Geológico Nacional, mais conhecido pela sua antiga sigla CPRM, correspondente à empresa de economia mista de sua criação em 1969, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Em 1994 foi transformada em empresa pública. É responsável pelo Programa Geologia do Brasil, do Governo Federal, inserido no Plano Plurianual 2004-2007. Executa levantamentos geológicos, geofísicos, hidrogeológicos, avaliação dos recursos minerais do Brasil, gestão da informação geológica e análises químicas e minerais. Monitora, também, redes hidrológicas de responsabilidade da Agência Nacional de Águas – ANA (CPRM, 2009).

#### Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, autarquia federal, criada pela Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal e circunscrição em todo o Território Nacional.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 70</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

O DNPM tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais e superintender as pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia mineral, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o Território Nacional, na forma do que dispõem o Código de Mineração; o Código de Águas Minerais; os respectivos regulamentos e a legislação que os complementam (DNPM, 2009).

### 3.2.3.3. Conselhos Profissionais

#### Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina - CREA

O CREA/SC, assim como todos os outros CREAs distribuídos pelo Brasil, está vinculado ao CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que é a instância superior de regulamentação das profissões abrangidas. Cabe ao CONFEA garantir a unidade de ação e a normatização de todos os CREAs, exercendo funções de supervisão financeira e administrativa sobre eles. Forma-se assim, o Sistema CONFEA/CREAs. Dentro desse contexto, o CREA-SC oferece suporte para que engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, técnicos industriais, técnicos agrícolas e tecnólogos absorvam rapidamente as evoluções no setor da tecnologia. Para atender Santa Catarina, o CREA possui 20 Inspetorias Regionais, 8 Escritórios de Representação Regional e 4 Postos de Atendimento (CREA, 2009).

A Inspetoria Regional do CREA-SC atuante na área do SHPRH Timbó encontra-se situadas nos municípios de Caçador e Canoinhas.

#### Conselho Regional de Química - CRQ

O Conselho Regional de Química – CRQ tem atuação em todo Brasil e é composto por 20 conselhos regionais. Dentro desse contexto, o CRQ-13ª Região, Jurisdição Santa Catarina, com sede no município de Florianópolis, tem por objetivo oferecer apoio técnico aos químicos (CRQ, 2009).

O CRQ atuante na área do SHPRH Timbó é atendido pela Delegacia Regional Norte, na cidade de Joinville.

#### Conselho Regional de Biologia - CRBio

A Lei 6.684, de 3 de setembro de 1979, regulamentou as profissões e atividades do biólogo e biomédico, criando os Conselhos Federal e Regionais de Biologia e Biomedicina, com a finalidade de fiscalizar o exercício das profissões definidas pela lei. Em 30 de agosto de 1982, através da Lei 7.017, foram desmembrados os Conselhos Federal e Regionais de Biomedicina e



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 71</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Biologia. O Decreto 88.438, de 1983, dispôs e referendou a regulamentação do exercício da profissão de biólogo, especificando as atribuições dos Conselhos Regionais.

Em Santa Catarina é atendida pela Delegacia de Santa Catarina do Conselho Regional de Biologia 3ª Região (CRBio3). A Delegacia de Santa Catarina do CRBio3 tem atuação na área do SHPRH Timbó, com sede no município de Florianópolis (CRBio, 2009).

No Anexo 4 constam dados complementares sobre os três conselhos profissionais citados.

### **3.2.4. Organizações de Natureza Não Governamental – ONG's**

As Organizações Não Governamentais (ou também chamadas de organizações não governamentais sem fins lucrativos), também conhecidas pelo acrônimo ONG, são associações do terceiro sector, da sociedade civil, que se declaram com finalidades públicas e sem fins lucrativos, que desenvolvem ações em diferentes áreas e que, geralmente, mobilizam a opinião pública e o apoio da população para modificar determinados aspectos da sociedade.

Estas organizações podem ainda complementar o trabalho do Estado, realizando ações onde ele não consegue chegar, podendo receber financiamentos e doações do mesmo, e também de entidades privadas, para tal fim.

Abaixo estão listadas as ONG's de natureza ambiental identificadas na área do SHPRH Timbó:

- Instituto de Desenvolvimento Regional Eco-Iguaçu (ECO-IGUAÇU), no município de Porto União;
- Grupo Ecológico de Caçador, no município de Caçador; e,
- Koala Proteção Ambiental, no município de Porto União.

### **3.2.5. Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó**

Conforme já registrado anteriormente – item 1.2.2, os Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica do Estado de Santa Catarina são órgãos colegiados para a gestão de recursos hídricos com atribuições normativas, consultivas e deliberativas de atuação na bacia ou sub-bacia hidrográfica de sua abrangência, integrados por 40% de representantes dos usuários da água; 40% de representantes da população da bacia, através dos poderes executivo e legislativo municipais, de parlamentares da região e de organizações e entidades da sociedade civil; e 20% para representantes dos diversos órgãos da administração estadual e federal atuantes na bacia. São destinados a atuar como “parlamento das águas”, posto que são os fóruns de decisão no âmbito de cada Bacia Hidrográfica.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 72</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Nos Regimentos Internos dos Comitês Catarinenses de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, aprovados mediante Decretos do Poder Executivo Estadual, destacam-se os seguintes objetivos:

- I - promover o gerenciamento descentralizado, participativo e integrado da Bacia Hidrográfica, sem dissociação dos aspectos quantitativos e qualitativos, dos recursos hídricos em sua área de atuação;
- II - promover a integração de ações na defesa contra eventos hidrológicos críticos, que ofereçam riscos à saúde e à segurança públicas, assim como prejuízos econômicos e sociais;
- III - adotar a Bacia Hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;
- IV - reconhecer o recurso hídrico como um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser cobrada, observados os aspectos de quantidade, qualidade e as peculiaridades da Bacia hidrográfica;
- V - combater e prevenir as causas e efeitos adversos da poluição, das inundações, das estiagens, da erosão do solo e do assoreamento dos corpos de água nas áreas urbanas e rurais;
- VI - compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente;
- VII - promover a maximização dos benefícios econômicos e sociais resultantes do aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos assegurando o uso prioritário para o abastecimento das populações;
- VIII - estimular a proteção das águas contra ações que possam comprometer o uso atual e futuro.

Com relação à área de planejamento em estudo (SHPRH Timbó), através do Decreto Estadual Nº 4.295, de 22 de março de 2002 (Anexo 5), foi criado o "Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó – Comitê Timbó".

O regimento interno do Comitê Timbó foi formalizado junto ao CERH através do Decreto Nº 2.210, de 18 de março de 2009, foi publicado Diário Oficial nº 18.569/09.

Uma breve análise, mas aqui pertinente, é feita a seguir para o caso específico deste Comitê, relacionando alguns dos tópicos genericamente comentados no item 1.2.2. É uma análise feita considerando a Lei nº 10.949 de 1998 e o Decreto Estadual Nº 4.295/2002. De acordo com o Decreto, o Comitê Timbó é integrado por representantes dos usuários da água (40%), representantes da sociedade civil (40%) e representantes dos órgãos e entidades governamentais atuantes na Bacia Hidrográfica do Rio Timbó (20%). A área de atuação do Comitê Timbó compreende a área da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó e seus tributários. Os representantes municipais da sociedade civil especificados no Decreto 4.295/2002 estão

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 73</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

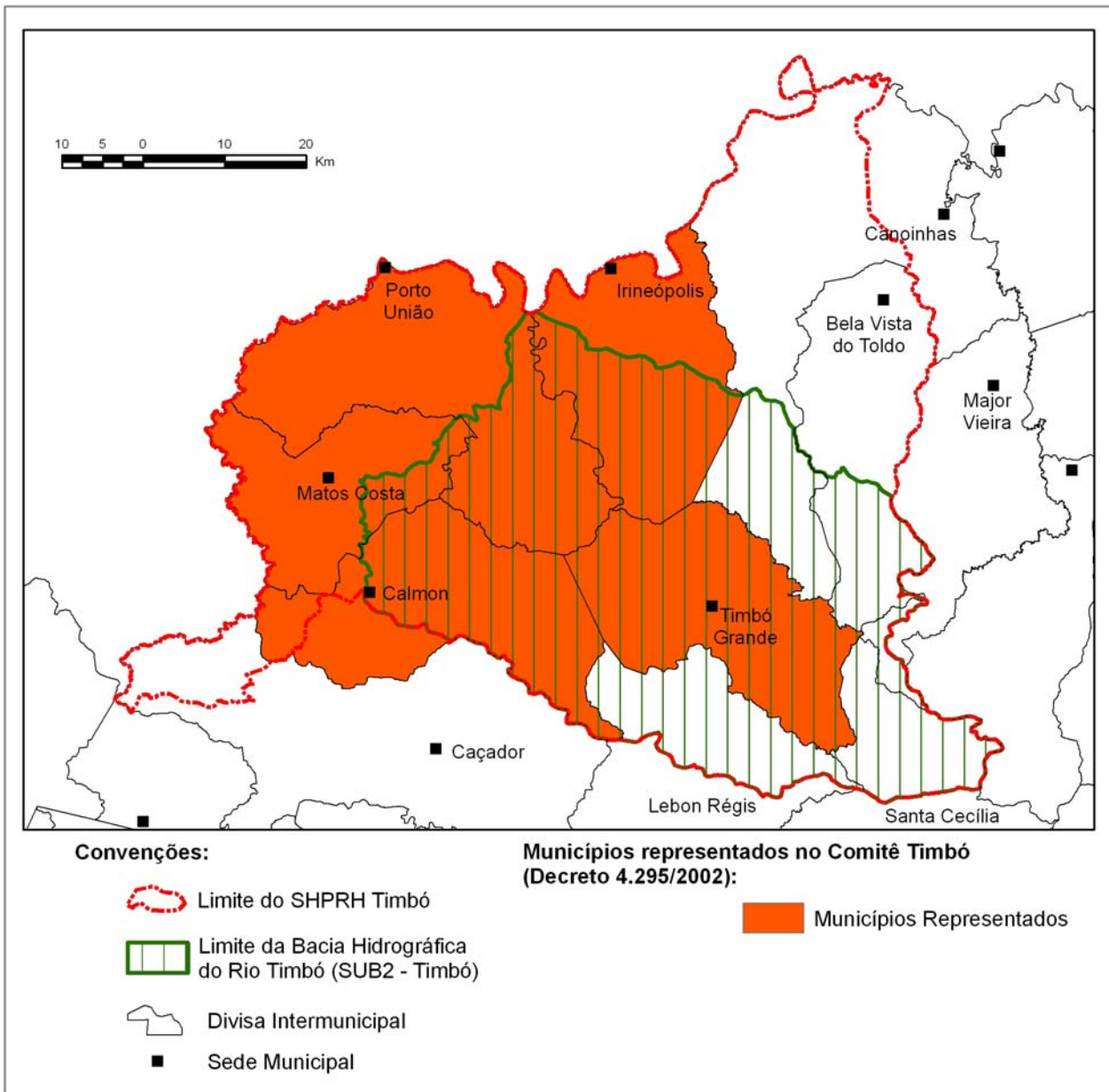
especializados na Figura 14, juntamente com a delimitação da SUB2 – Timbó, bem como com o limite da área de abrangência do SHPRH Timbó.

Complementarmente, vale salientar também que o Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 4.295 de 2002, registra quais os integrantes dos “40% (quarenta por cento) de representantes da **sociedade civil**” (*grifo da Contratada*). Na realidade, conforme a Lei nº 9.748 de 1994 e ao teor do próprio Art. 3º do Decreto, em vez de “Representantes da sociedade civil” deveria dizer: “Representantes da **População das bacias**”, aspecto este que foi salientado no item 1.2.2 ao comentar a Lei nº 9.748 de 1994.

A lista com os contatos do Comitê Timbó é apresentada no Anexo 4, contemplando inclusive a listagem dos representantes de usuários de água, da população da bacia (sociedade civil) e de órgãos e entidades governamentais integrantes do “Comitê Timbó”, com respectivos endereços, telefones e *e-mail* obtidos.

Vale destacar que alguns representantes nominados, na data de promulgação do Decreto, atualmente devem ser avaliados especificamente, tais como:

- a Agência Regional da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) em Joinville, extinta em função da criação da Companhia Águas de Joinville, em 2005;
- a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM), atual Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS).



Fonte: Elaboração própria - MPB Engenharia.

**Figura 14 – Comitê Timbó: Municípios integrantes do Comitê Timbó (SUB2 - Timbó), de acordo com o Decreto Estadual 4.295/2002, na área do SHPRH Timbó**

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 75</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### **3.2.6. Instituições de Ensino de Nível Superior**

A importância que a temática ambiental ganha a cada dia na vida da sociedade é incontestável e, aumenta ainda mais com as ações dos governos, empresas, universidades, ONGs, ou seja, as instituições sociais e a coletividade. A tendência em considerar a questão ambiental em sua transversalidade com todas as áreas de atividade humana cada vez mais se reflete nas universidades e centros de pesquisa. Portanto, as instituições de pesquisa e ensino superior requerem, assim, pela sua função social, de refletir a realidade, a existência de capital humano devidamente capacitado para bem informar e esclarecer a sociedade. Devem ser seus objetivos produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

Destaca-se assim, a importância destas instituições como apoio para a mobilização social e, também, como geradoras e multiplicadoras de informações técnicas que possibilitem ao “Comitê Timbó”, uma melhor forma de gestão dos recursos hídricos da área do SHPRH Timbó.

#### Universidades atuantes na área do SHPRH Timbó:

A seguir estão relacionadas as universidades existentes na área do SHPRH Timbó e os municípios onde estas entidades atuam.

- Universidade do Contestado (UnC), nos municípios de Caçador, Canoinhas, Porto União e Santa Cecília;
- Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), no município de Lebon Régis.

No Anexo 4 estão listados os endereços, telefones e *e-mails* das instituições citadas.

### **3.3. Plano de Divulgação do Plano Estratégico – Aspectos conceituais e metodológicos**

O envolvimento dos atores sociais da área do SHPRH Timbó é previsto através de duas vertentes principais: um Programa de Mobilização Social e, associado a este, um Programa de Comunicação Social. Através destes mecanismos, espera-se por um lado, como forma de sensibilização, dar conhecimento para a sociedade das ações em curso e, por outro, recolher os ensinamentos e contribuições para a construção efetiva de um Plano Estratégico que represente as aspirações da sociedade da área do SHPRH Timbó. O conjunto destas atividades, sistematizadas espacial e temporalmente, constituem o Plano de Divulgação do PEGI.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		REVISÃO C
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		Página 76
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Na Figura 15, é apresentado o fluxograma de integração de ações estratégicas para o envolvimento dos atores sociais, e as ações identificadas nos Planos de Desenvolvimento das Microbacias Hidrográficas – PDMHs e nos estudos dos Corredores Ecológicos, ambos no âmbito do PRAPEM/MICROBACIAS 2.

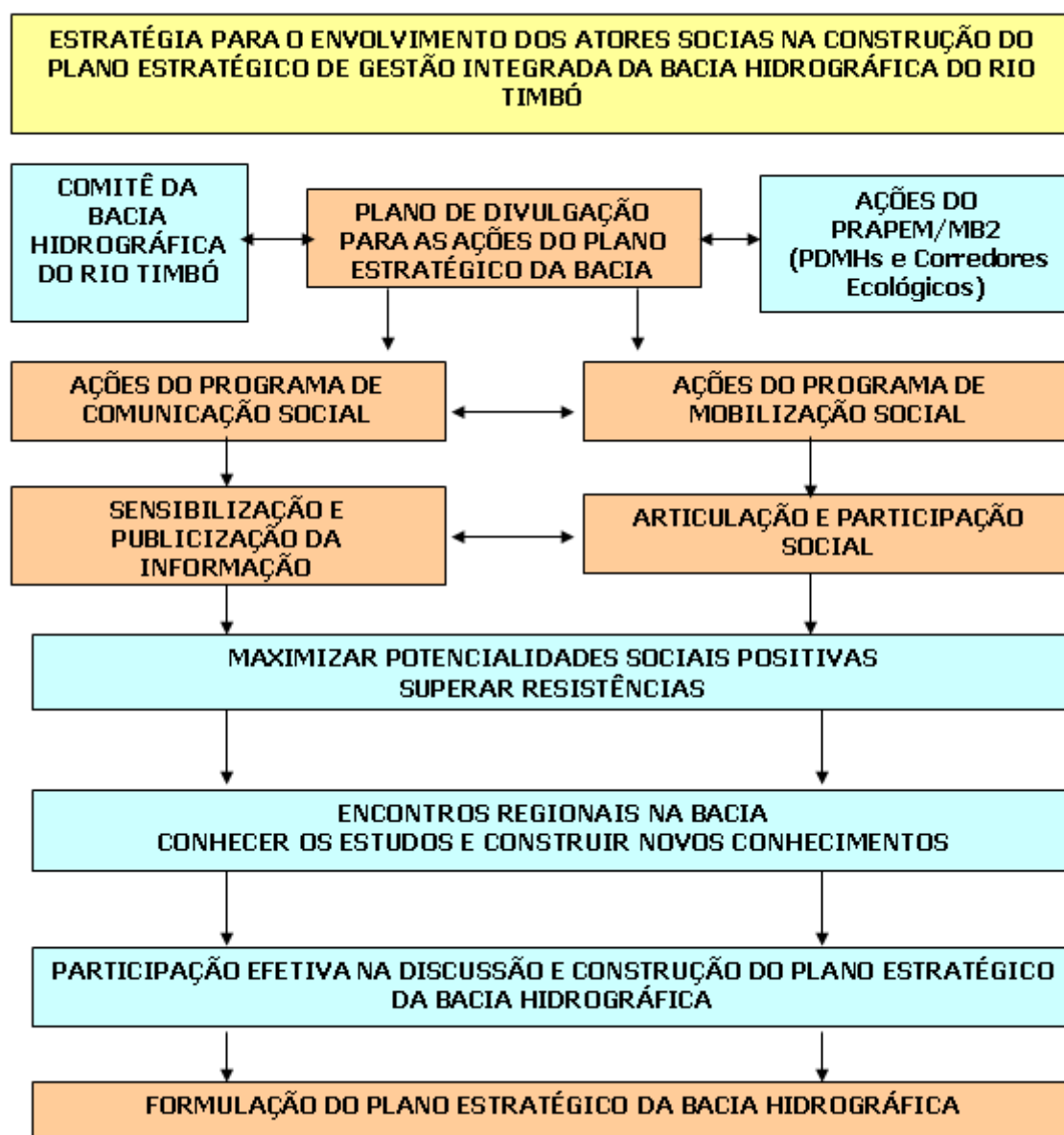


Figura 15 – Fluxograma de integração de ações estratégicas para o envolvimento dos atores sociais

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 77</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### **3.3.1. Programa de Mobilização Social**

Através do Programa de Mobilização Social, espera-se promover e incentivar a participação da maioria dos setores da sociedade organizada, contextualizada na área do SHPRH Timbó, visando buscar a validação social dos estudos técnicos contratados pela SDS/DRHI para o Plano Estratégico de Gestão Integrada da referida Bacia Hidrográfica, através da Consultora MPB Engenharia. Também se espera promover a qualificação das discussões e a validação dos estudos através do envolvimento dos atores sociais na elaboração e construção do Plano Estratégico da Bacia, de forma que este reflita os anseios e expectativas locais.

A utilização de processos metodológicos que serão construídos de acordo com as dinâmicas locais e regionais para mobilização permitirá: tornar disponíveis, na sociedade local, os conhecimentos dos estudos técnicos desenvolvidos, através da construção de meios de divulgação e de eventos participativos na área do SHPRH Timbó; difundir a importância e os meios de participação social neste processo para a validação das ações e programas propostos neste estudo; obter a participação local efetiva do poder público, dos usuários dos recursos hídricos e da sociedade civil organizada, nos eventos promovidos para a discussão e validação de resultados; realizar e organizar os eventos, buscando ter o máximo da participação dos setores da sociedade local para a validação dos estudos, além das eventuais contribuições acrescentadas visando sua validação final e incorporação efetiva no Plano Estratégico da Bacia.

Metodologicamente, o processo de mobilização da sociedade deverá promover a participação efetiva da sociedade de forma a estabelecer uma chamada de consciência para uma atitude ou mudança em relação ao foco estabelecido, e transformar estas aspirações em disposição para uma ação efetivamente construtiva.

Desta forma, utilizando-se da experiência desenvolvida pela equipe técnica da Contratada em outros estudos semelhantes e, também, das referências no âmbito dos estudos preliminares para a elaboração do PERH/SC; a metodologia adaptada para este programa, que segue as etapas utilizadas em mobilização social para este tipo de Encontros Regionais, busca desenvolver na sociedade local o senso crítico como forma de articular a qualidade dos trabalhos para o melhor desenvolvimento do Plano Estratégico, em elaboração. A participação efetiva dos setores e atores sociais envolvidos da sociedade local é de extrema valia.

Neste sentido, tendo como referência as experiências anteriores, que obtiveram um significativo resultado em termos qualitativos e quantitativos, o plano de mobilização é constituído de dois grandes conjuntos para sua construção.

Primeiramente, o levantamento dos principais elementos para a mobilização, contemplando a preparação e identificação dos elementos preliminares para a elaboração de uma estratégia de condução da mobilização através de contatos, de identificação, de sistematização dos atores envolvidos e de articulações para a participação social.

Em segundo, o conjunto de ações que deverão ser efetivadas no decorrer da elaboração e desenvolvimento do Plano Estratégico da Bacia Hidrográfica, onde o foco principal está

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 78</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

centrado nos Encontros locais com os atores sociais. Estão previstos quatro Encontros Regionais de integração entre a comunidade da Bacia e das microbacias.

É previsto que as ações do programa de mobilização se desenvolvam desde a preparação necessária para os Encontros Regionais até a conclusão do relatório final do Plano Estratégico. A metodologia de execução das atividades está distribuída em quatro fases detalhadas a seguir:

*1ª Fase: Preparação e construção do contexto para o desenvolvimento do programa de mobilização*

- Identificar e reconhecer institucionalmente os atores locais a serem mobilizados;
- Buscar informações sobre a organização e participação das comunidades e órgãos públicos e privados, bem como, a estrutura e movimentos sociais atuantes no contexto da área em estudo;
- Identificar e reconhecer a problemática e os discursos que envolvem o Estudo; e,
- Identificar e mapear os facilitadores e multiplicadores locais.

Esta etapa de diagnóstico inclui a avaliação da existência e o nível qualitativo de organização da sociedade da área do SHPRH Timbó. Inclui, portanto, a identificação preliminar dos principais atores sociais de atuação nesta área, de forma que estes reflitam os anseios e expectativas locais.

Comentário

Conforme já registrado no início deste capítulo, o levantamento preliminar dos principais atores sociais e institucionais atuantes na região de estudo foi posteriormente enriquecido com o auxílio dos participantes no I Encontro Regional e com pesquisas complementares da Contratada com base em fontes secundárias. Os resultados foram apresentados nos itens 3.1 e 3.2.

*2ª Fase: Reconhecimento, Contatos e Articulações para o Processo Participativo*

- Discutir inicialmente sobre os aspectos referentes ao processo de mobilização social para a Participação e articulação para os Encontros Regionais;
- Buscar parcerias locais para a promoção do processo de participação e envolvimento da sociedade local organizada;
- Proceder contatos diretos (*e-mails*, telefone e durante o I Encontro) com atores locais já detectados anteriormente. Ampliação local da lista de contatos;
- Identificar e articular com facilitadores locais;



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 79
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- Divulgar os Encontros Regionais nos meios de comunicação que abrangem a área em estudo;
- Apresentar os resultados preliminares dos trabalhos desenvolvidos como forma de sensibilizar e envolver os participantes através da exposição de situações locais observadas (folhetos e *folders*); e,
- Agendar preliminarmente as datas e locais para os Encontros a serem realizados.

### *3ª Fase: Organização dos Eventos Participativos*

- Articular e promover o processo de mobilização social para a realização dos Encontros junto aos setores e atores participantes do processo;
- Divulgar, através dos meios de comunicação (rádio, *internet*, jornais, convites, entre outros) locais e regionais, a realização dos Encontros previstos; e,
- Planejar e organizar a infra-estrutura física e os espaços para a realização dos quatro Encontros previstos no Plano de Trabalho Ajustado para elaboração do Plano Estratégico do SRPRH Timbó.

### *4ª fase – Realização dos Eventos Participativos – Encontros*

- I Encontro - Comitê da Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, Poder Público e Usuários da Água.

Objetivo: dar conhecimento aos diferentes atores sociais da área do SHPRH Timbó, do escopo básico do Plano Estratégico da Bacia a ser desenvolvido; discutir as diferentes formas e meios de participação para agregar as contribuições dos atores sociais na construção do Plano Estratégico da Bacia, bem como a identificação de novos atores a serem envolvidos no processo de mobilização. Foi previsto que para este I Encontro a mobilização dos atores sociais ficasse sob responsabilidade da SDS/DRHI, com o apoio da Contratada.

- II Encontro - Comitê da Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, Poder Público e Usuários da Água.

Caberá à equipe da contratada preparar a reunião e mobilizar os atores da área do SHPRH Timbó para participar e discutir os estudos elaborados na fase do diagnóstico e prognóstico realizados para a construção do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Nesta oportunidade serão agregadas as contribuições dos atores sociais na construção desta Etapa do Plano Estratégico.

- III Encontro - Comitê da Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, Poder Público e Usuários da Água.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 80</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Caberá à equipe da contratada preparar a reunião e mobilizar os atores da área do SHPRH Timbó para participar e discutir os estudos elaborados para a compatibilização de demandas e disponibilidades hídricas para a construção do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Nesta oportunidade serão agregadas as contribuições dos atores sociais na construção desta Etapa do Plano Estratégico.

- IV Encontro - Comitê da Bacia Hidrográfica, Sociedade Civil, Poder Público e Usuários da Água.

Caberá à equipe da contratada preparar a reunião e mobilizar os atores da área do SHPRH Timbó para participar e discutir a proposta do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Nesta oportunidade serão agregadas as contribuições dos atores sociais na construção do documento final do Plano Estratégico, em especial de sua Fase C.

### **3.3.2. Programa de Comunicação Social**

É objetivo do Programa de Comunicação, em apoio e integração com o Programa de Mobilização Social, criar as interfaces de relacionamento com formadores de opinião, entidades de classe, e, por extensão, com toda a sociedade, unindo as três áreas da Comunicação Social: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

Metodologicamente, o Programa de Comunicação Social se desenvolverá em apoio, sincronia e integração com o Programa de Mobilização Social, visando divulgar estrategicamente os resultados técnicos; incentivar à participação dos setores públicos, dos usuários dos recursos naturais e da sociedade civil organizada da área do SHPRH Timbó nos Encontros previstos pelo Plano de Trabalho; bem como, a produzir os elementos visuais complementares aos trabalhos de mobilização, para a promoção de seus objetivos. São utilizados elementos jornalísticos, através de serviços de assessoria de imprensa, e produções gráficas, através da confecção de elementos visuais, para impressão ou utilização virtual. Cabe ao Programa de Comunicação Social realizar as ações que envolvem a Assessoria de Imprensa.

Para atender aos objetivos de comunicação o Programa de Comunicação contém os seguintes elementos básicos: ações de divulgação que atendam às necessidades de *marketing* junto a *mailings* específicos e aos diversos meios de comunicação (internet, rádios, jornais, entrevistas, dentre outros), no sentido de oferecer soluções em estratégias de comunicação junto aos públicos de interesse, para que estes conheçam as ações que serão implementadas ao longo das etapas do Plano Estratégico, desde o planejamento, diagnóstico até sua formulação final.

Com o enfoque de mídia serão elaborados *folders* e documentos; *releases* informativos para serem veiculados nas rádios e jornais da região e Capital, com base no andamento do trabalho e das reuniões; e, *banners* com conteúdo técnico e ilustrativo. Também serão realizadas

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 81
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

entrevistas com atores representativos do processo e que possam auxiliar nas ações de sensibilização e mobilização.

A metodologia para implementação do Programa de Comunicação se desenvolverá em quatro fases, a seguir descritas.

#### *Fase I*

- Elaboração de um primeiro *release* para a imprensa e outros meios de comunicação, dando ciência das ações estratégicas a serem implementadas no que diz respeito ao uso dos recursos hídricos da área do SHPRH Timbó;
- Produção de um *folder* com a descrição do que será o Plano de Trabalho para o I Encontro entre as partes envolvidas previsto no Programa de Mobilização Social.
- Entrevistar uma autoridade da Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável para dar uma idéia geral do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica, ou seja – o que é o Plano, no que consiste, os objetivos, os estudos e serviços que compõem a elaboração do Plano Estratégico, como se dará o envolvimento e a participação da sociedade, dentre outros aspectos;
- Produzir *banner* técnico para a área do SHPRH Timbó – a título de identificação e ilustração, com um resumo (amostragem) do que será o trabalho para ser utilizado nas reuniões da respectiva área;
- Elaboração de convites para o Encontro;
- Divulgação do Encontro nos meios de comunicação.

#### *Fase II*

- Produzir e imprimir *folder* (1.000 exemplares), com os resultados da Etapa B – diagnóstico e prognóstico – contendo as ações de planejamento e gestão da bacia hidrográfica, levantamentos, objetivos propostos e as estratégias que deverão compor as demais etapas do trabalho, a serem distribuídos previamente e no evento;
- Agendar e realizar entrevistas com autoridades locais e na Capital;
- Elaborar convites para o II Encontro Regional previsto no Programa de Mobilização Social;
- Elaborar *release* para divulgação;
- Apoiar na distribuição prévia do folder e do material informativo acima descrito, para discussão posterior no II Encontro Regional.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 82
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### *Fase III*

- Elaborar e produzir documento síntese para ser distribuído previamente e durante a reunião, mostrando os resultados dos levantamentos, demandas, estudos de recursos hídricos na área do SHPRH Timbó, identificação dos conflitos, possíveis soluções para a compatibilização de alternativas e as estratégias para a etapa final, a serem distribuídos previamente e no evento;
- Agendar e realizar entrevistas com autoridades locais e na Capital;
- Elaborar convites para o III Encontro Regional previsto no Programa de Mobilização Social;
- Elaborar *release* para divulgação;
- Apoiar a distribuição do documento síntese e do material informativo acima descrito, para discussão no III Encontro Regional.

### *Fase IV*

- Produzir e imprimir folder (1.000 exemplares), com os resultados do produto final, contendo as diretrizes de gestão dos recursos hídricos da área do SHPRH Timbó, a serem distribuídos previamente e no evento;
- Agendar e realizar entrevistas com autoridades locais e da Capital;
- Elaborar convites para o IV Encontro Regional previsto no Programa de Mobilização Social;
- Elaborar de *release* para divulgação;
- Apoiar a distribuição do material informativo acima descrito, para discussão no IV Encontro Regional.

É previsto que nas fases II, III e IV, aconteçam viagens, com antecedência, até os locais das reuniões, para contatos com a imprensa local, autoridades, Comitê de Gerenciamento da Bacia e outros atores sociais, a fim de colher material para a elaboração dos *releases* e para organizar a divulgação junto aos meios de comunicação e a divulgação direta entre os atores sociais, com ênfase nos integrantes do Comitê de Gerenciamento da Bacia.

### Cronograma de Atividades

A cronologia das atividades do programa mobilização social e comunicação social seguirá o que está proposto no Plano de Trabalho Ajustado para a elaboração do PEGI da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Na Figura 16 apresenta-se o cronograma das atividades do Plano de Divulgação, onde são identificadas suas interfaces e contempla a cronologia de integração de ações estratégicas destes programas (mobilização e comunicação social) para o envolvimento dos atores sociais da área do SHPRH Timbó.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>		<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>		<b>REVISÃO C</b>	<b>Página83</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>			
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>				

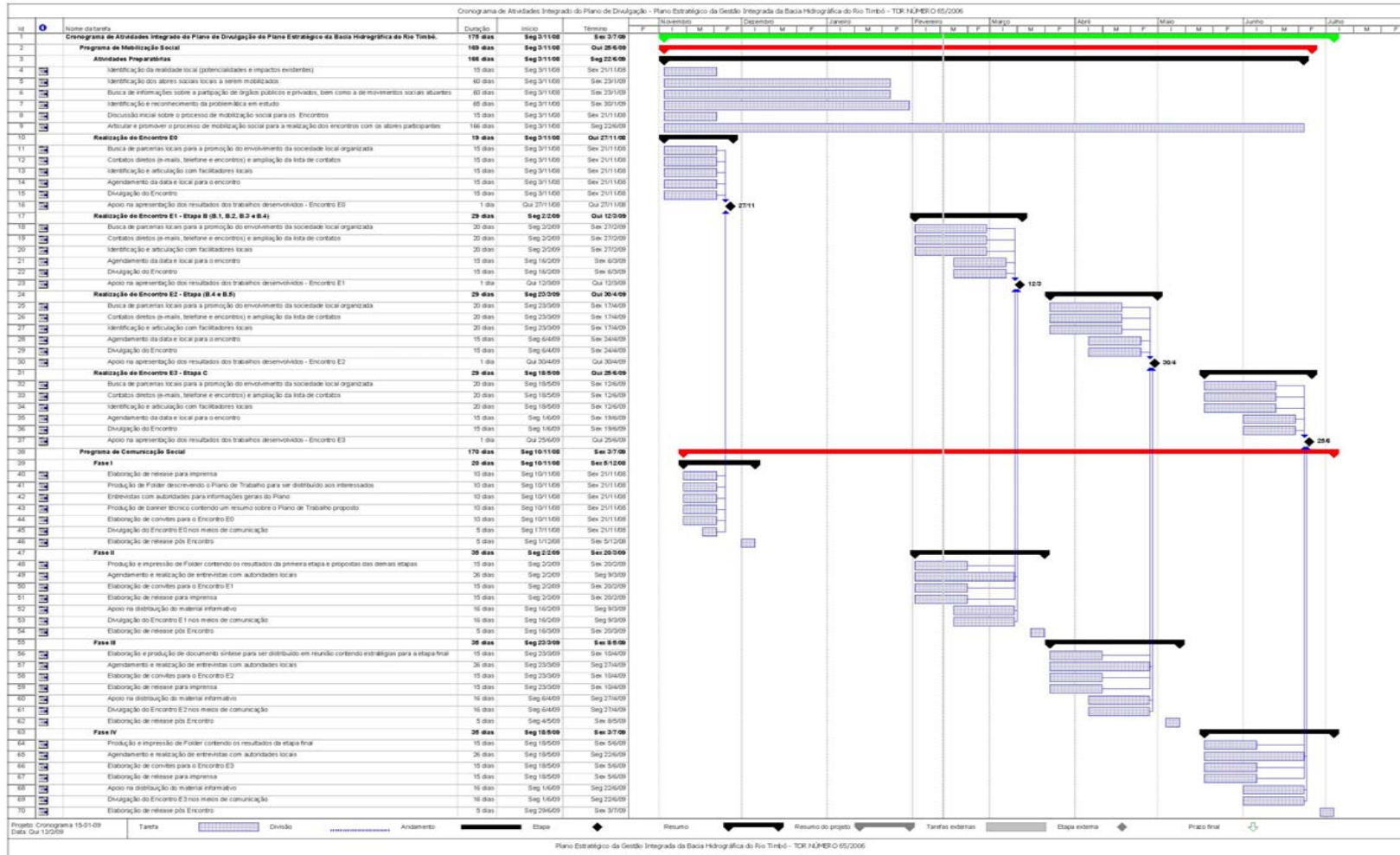


Figura 16 – Cronograma de atividades do Plano de Divulgação e do Plano de Mobilização Social

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 84</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### **3.4. Plano de Divulgação do Plano Estratégico – Ações Desenvolvidas**

No âmbito da proposta metodológica do Plano de Divulgação, um conjunto de atividades foi executado e é parte integrante deste relatório da Etapa A, conforme descrição a seguir.

#### **3.4.1. Do Programa de Mobilização Social**

Como atividades preparatórias para a elaboração dos estudos foram realizadas as ações de mobilização para o I Encontro Regional, envolvendo a Contratada e a Diretoria de Recursos Hídricos – SDS/DRHI; com representantes políticos, de entidades de classes e associação de usuários da Bacia Hidrográfica, tendo como finalidade a apresentação da Empresa Contratada para os estudos e o respectivo escopo do Plano de Trabalho a ser desenvolvido para a construção do Plano Estratégico de Gestão Integrada da SHPRH Timbó. A SDS/DRHI, com apoio da Consultora executou as ações de mobilização para a realização deste I Encontro, realizado em 27 de novembro de 2008.

A SDS/DRHI em viagem preparatória promoveu as articulações necessárias para a viabilização da parte física, organizacional e o temário da reunião. Desta forma foi efetivada a realização do I Encontro Regional previsto no Plano de Trabalho.

Para este Encontro foram preparados e distribuídos convites com o objetivo de divulgar a data, local e horário para o “I Encontro sobre a Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó”, com apoio da Contratada, sendo que os contatos e as entregas dos materiais elaborados ficaram sob a responsabilidade da SDS/DRHI.

Durante o I Encontro foram entregues aos participantes, pastas contendo a pauta deste Encontro, o *folder*, material informativo e de divulgação e, bloco de rascunho.

#### *Encontro Regional*

O Encontro Regional que está relatado no item 3.5, foi realizado no período vespertino. Previamente, no período matutino, também foi realizada, uma reunião com os integrantes do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, bem como demais interessados e afins. As listas de presença encontram-se no Anexo 6, assim como o registro fotográfico apresentado no Anexo 7.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 85</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

### 3.4.2. Do Programa de Comunicação Social

As ações constantes da Fase I, da proposta metodológica, foram realizadas nesta Etapa A do Plano Estratégico e fazem parte deste relatório. Foram realizadas as seguintes atividades:

- Confeção de convite, *folder* e *banner* (ver Anexo 8), produzidos para a etapa inicial do processo

Foi elaborado um convite com o objetivo de divulgar a data, local e horário para o I Encontro sobre a Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó, com apoio da consultora e a entrega foi feita pela DRHI/SDS.

No *banner* produzido estão descritas as três etapas seqüenciais para a elaboração do Plano: Etapa A – Estratégia para o envolvimento da sociedade; Etapa B – Diagnóstico e Prognóstico dos Recursos Hídricos; Etapa C – Elaboração do Plano Estratégico da Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica e um mapa contendo a bacia hidrográfica. O *folder* apresentou, além de uma breve descrição das três etapas citadas, o objetivo do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó e os aspectos da mobilização e da comunicação social.

- Pauta da Reunião e Encontro

Foi elaborada uma pauta de reunião, que ocorreu no período matutino e, uma para o Encontro realizado no período vespertino, ambas apresentadas no Anexo 9.

- Produção de documento veiculado na mídia escrita e falada (ver Anexo 10)

No dia 23/11/08 foi veiculado no Jornal Diário Catarinense uma reportagem divulgando a realização do I Encontro.

- Realização de contatos com a mídia

O trabalho de divulgação das primeiras reuniões (E-0) constou do envio de *releases* e de telefonemas para cada editor de veículo, cujos nomes constam abaixo. Utilizou-se, ainda, os serviços de Assessorias de Imprensa (Alvo de Comunicação, em Florianópolis), além do Rural do Sul On Line, jornal eletrônico enviado para mais de 15.000 leitores.

- Jornal Diário Catarinense de 23/11 (domingo) – 1ª Edição (que atende a região oeste de SC). Matéria publicada na página 44 (Editoria Geral), com a chamada: “Reuniões começam na próxima semana em três regiões de SC” e com o título: “Saúde de rios será tema de Encontros”;

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 86</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- Rádio Rural AM de Concórdia, contato com editor José Roberto – em 26/11, confirmação da notícia do Encontro (Jacutinga), às 14h, em Concórdia e chamada para a reunião de Timbó, no dia 27/11, em Porto União.

### **Relação dos Veículos:**

#### **Florianópolis**

- Rádio Antena 1 /Guarujá AM 1420 – Editor: Carlos Damião Fone: (48) 2108-5522
- RBS – Chefe de Reportagem: Luciene Abdo Fone: (48) 3216-2500
- SBT – Diretora de Jornalismo: Beth Bieging Fone: (48) 3231-9700
- DC – Editor Geral: Cláudio Thomas Fone: (48) 3216-3501
- Notícias do Dia – Editor Chefe: Mauro Geres Fone: (48) 3251-1434
- Alvo de Comunicação Assessoria de Imprensa – Diretora: Karyna Pereira Fone: (48) 3035-5503

#### **Na região do SHPRH Timbó**

##### **JORNAL SUL BRASIL**

Editora: Juliana Schneider

Fone (49) 33219644 | jsbe@cco.matrix.com.br

##### **RÁDIO RURAL AM**

Editor: José Roberto, jornalismo@radiatorural.com.br

##### **RÁDIO ANTENA 1/PORTO UNIÃO/ RÁDIO FM DO PORTO LTDA**

Fone: (42) 35222384 | antena1@waw.com.br

##### **RÁDIO DIFUSORA COLMÉIA AM**

Fone: (42) 35222245 | colmeia@waw.com.br

### **3.5. Realização do I Encontro Regional – Relatos**

Conforme previsto no Plano de Trabalho, foi realizado na data de 27 de novembro de 2008, o I Encontro Regional que teve como objetivo dar ciência aos atores sociais mobilizados dos trabalhos a serem desenvolvidos para elaboração do Plano Estratégico para a Bacia Hidrográfica do Rio Timbó.



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 87</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Como atividade preliminar, a SDS, através da DRHI, na data de 27 de novembro de 2008, no período matutino, promoveu um primeiro contato com atores sociais participantes do Comitê, visando organizar e estruturar a base de trabalho para a realização deste I Encontro.

O Encontro contou com apoio de ferramentas de comunicação e mobilização social, e teve como meta principal a apresentação aos participantes da estrutura do Plano Estratégico da Bacia, seus objetivos e forma de realização, conforme o plano de trabalho ajustado, bem como, na medida do possível, a promoção de atualização e identificação de outros atores sociais da área do SHPRH Timbó.

A SDS, conforme previsto no Plano de Trabalho, foi a responsável pela mobilização dos atores sociais para este I Encontro e contou com o apoio da Consultora. Foram encaminhados convites a todos os atores sociais e utilizados recursos de mídia falada e escrita.

### **3.5.1. Relato da Reunião com o Comitê do Rio Timbó**

Assunto: Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó e articulação para a mobilização social.

Local: Pousada São Pedro do Timbó - Rodovia SC 478 - Distrito de Santa Cruz do Timbó - Acesso através da Rodovia BR 280, Porto União, SC - 27/11/2008

#### Relatoria da Reunião

Foram 31 (trinta e um) participantes na reunião com o Comitê Timbó, destes, 17 (dezessete) eram representantes da Sociedade Civil, 10 (dez) do Poder Público e 4 (quatro) representavam o setor de Usuários de Água.

Em termos percentuais a representação da participação dos setores foi a seguinte:

- 54,8 % Sociedade Civil;
- 32,3 % Poder Público; e,
- 12,9 % Usuários.

A participação local nesta reunião contou com integrantes do Comitê Timbó e também representantes de Associações Federais e Locais, Instituto Eco Iguaçu, Indústria Viva Bem, Usina Timbó, Unitagri, UnC, Sindicatos, além de facilitadores do projeto Microbacias 2, técnicos da Prefeitura, Epagri e FATMA. Conforme a lista de presença da reunião (Anexo 6) estiveram

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 88</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

presentes atores sociais de sete dos onze municípios com área no SHPRH Timbó, são eles: Caçador, Calmon, Canoinhas, Irineópolis, Matos Costa, Porto União e Timbó Grande.

A reunião teve início às 09h30min, sendo aberta pelo vice-presidente do Comitê Timbó, Sr. Antonio Marinaldo Reinelli. Em seguida, o Coordenador do Componente Gestão Ambiental, Coordenador do Subcomponente Apoio a Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas - Projeto PRAPEM / Microbacias 2, Eng. Guilherme Xavier de Miranda Júnior proferiu, conforme programação, palestra com o seguinte roteiro;

- O que é o Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia do Rio Timbó;
- O motivo que levou a realizar o Plano Estratégico;
- Objetivos do Plano;
- Conteúdo do Plano;
- Prazos de vigência do contrato para a realização do Plano;
- Participação do Comitê no processo de construção do Plano;
- Formação de uma comissão do Comitê para o acompanhamento do Plano;
- Produtos esperados;
- Papel da SDS/DRHI nas atividades a serem realizadas; e,
- Papel do Comitê nas etapas de elaboração do Plano.

Na continuidade ocorreu a apresentação da Empresa MPB Engenharia, realizada pelo coordenador geral do projeto, Eng. Ciro Loureiro Rocha, contemplando:

- Apresentação da MPB Engenharia: Coordenação, equipe técnica, equipe de comunicação e mobilização;
- Apresentação do Plano de Trabalho da MPB para os presentes;
- Etapas em andamento e as previstas;
- Cronograma de atividades; e,
- Agenda de trabalho – definição dos Encontros na Bacia Hidrográfica (locais e datas).

Após, foi aberto espaço para questionamentos, discussões, sugestões e contribuições locais diante do conteúdo apresentado pelos técnicos da DRHI/SDS e MPB Engenharia.

Foram levantados aspectos relacionados ao Termo de Referência e ao Plano de Trabalho apresentado.

Outro importante item abordado e discutido foi com relação aos relatórios de Planejamento para o Desenvolvimento de Microbacias Hidrográficas (PDMHs), sendo detalhada a metodologia

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 89</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

utilizada para sistematização de dados e informações produzidas no âmbito do PRAPEM/Projeto Microbacias 2.

Foi explicitado em diversos momentos que o trabalho de consultoria possui início, meio e fim, sendo previsto contratualmente para um prazo de nove meses de ações pela empresa consultora.

Também foram discutidos entre os presentes aspectos relacionados ao fortalecimento do Comitê Timbó, a oficialização da Comissão de Acompanhamento, bem como estratégias de ação para sensibilização e mobilização dos atores sociais da bacia (área do SHPRH Timbó).

Os encaminhamentos acordados foram:

- A comunicação, entre SDS, MPB, Comissão de Acompanhamento e Comitê Timbó, dar-se-á prioritariamente de forma virtual, na medida do possível. E sempre que se justificar, serão realizados Encontros, Visitas e Reuniões locais para esclarecimentos de aspectos relativos à construção do Plano Estratégico;
- As datas previstas no cronograma de trabalho estão, *a priori*, mantidas, mas poderão ser objeto de discussão e validação junto à Comissão de Acompanhamento e ao Comitê Timbó;
- Agilizar a formalização da Comissão de Acompanhamento junto à DRHI/SDS.

#### Avaliação da Reunião

A reunião de trabalho foi pró-ativa e atendeu a expectativa inicial, com representatividade dos três setores - Sociedade Civil, Poder Público e Usuários de Água - sendo este último em menor número. A participação dos atores locais teve boa representação com relação aos municípios com área nesta Bacia Hidrográfica.

O setor com menos representantes foi o de usuários de água, muito provavelmente pelo histórico da baixa adesão de participação deste setor nas discussões sobre o tema, apesar da sua importância. Entretanto entre os usuários de água presentes estavam representantes de Sindicato, Cooperativa, Indústria e PCH, ou seja, com relativa diversidade quanto ao uso de recursos hídricos. Por outro lado, salienta-se o fato do pouco conhecimento do assunto e provavelmente algumas incertezas com relação a questões, como por exemplo, a implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, em especial, a outorga de direito e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

A formalização, através de reunião do Colegiado e Resolução de Aprovação da Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico, é ação prioritária e deve ser constituída em assembléia do Comitê Timbó, com respectivo registro em ata. Além disto, o fortalecimento do Comitê Timbó é outro aspecto relevante para o efetivo êxito do projeto em questão.

O local da realização da reunião, afastado da sede urbana da cidade, não inviabilizou a participação dos atores sociais diretamente envolvidos. Por estar localizado na zona rural do

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 90</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

município, num ambiente agradável e acolhedor, propiciou ótimo relacionamento com o público, facilitando as apresentações e discussões previstas para a reunião.

### **3.5.2. Relato do I Encontro sobre a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó**

Assunto: Elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó e articulação para a mobilização social.

Local: Pousada São Pedro do Timbó - Rodovia SC 478 - Distrito de Santa Cruz do Timbó - Acesso através da Rodovia BR 280, Porto União, SC - 27/11/2008.

#### Relatoria do Encontro Regional

O “I Encontro sobre a elaboração do Plano Estratégico de Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó” contou com 58 participantes, sendo 18 (dezoito) representantes da Sociedade Civil, 24 (vinte e quatro) do Poder Público e 16 (dezesseis) representantes do setor de Usuários de Água.

Em termos percentuais a representação da participação dos setores foi a seguinte:

- 31,0 % Sociedade Civil;
- 41,4 % Poder Público; e,
- 27,6 % Usuários.

Os municípios que estiverem representados de forma direta (entidades, instituições e pessoa física) foram: Caçador, Canoinhas, Calmon, Irineópolis, Matos Costa, Porto União e Timbó Grande.

O Encontro teve início às 14h00min, sendo aberto pelo Eng. César Rodolfo Seibt da DRHI/SDS, que convidou as autoridades presentes para compor a mesa de abertura do Encontro. Foi concedida a palavra para as autoridades que discursaram, em geral, sobre a importância da construção coletiva e apropriação local do Plano Estratégico em questão. Na seqüência ocorreu apresentação da DRHI/SDS sobre Planejamento de Recursos Hídricos, pelo Eng. Guilherme Xavier de Miranda Júnior, Coordenador do Componente Gestão Ambiental, Coordenador do Subcomponente Apoio a Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas - Projeto PRAPEM / Microbacias 2. Esta apresentação da DRHI/SDS consta no Anexo 11.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 91</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Sequencialmente, conforme programação, foi realizada a apresentação dos trabalhos da empresa MPB Engenharia (Anexo 12), a cargo do coordenador geral do projeto, Eng. Ciro Loureiro Rocha, contemplando: a composição da equipe técnica, da equipe de comunicação e mobilização social; a apresentação do Plano de Trabalho; as etapas em andamento; o cronograma de atividades e a agenda de trabalho.

Após a apresentação da MPB Engenharia, o Eng. Guilherme Xavier de Miranda Júnior (DRHI/SDS) retomou a palavra expondo aspectos relativos ao cadastro de usuários de água, a ser executado pela empresa Ecolibra Consultoria e Comunicação Ambiental. Tal tema despertou interesse de grande parte dos participantes e foi alvo de questionamentos sobre sua implementação e funcionamento.

Concluídas as apresentações, foi aberto espaço para esclarecimento de dúvidas e questionamentos dos participantes. Os aspectos levantados pelo público presente foram com relação à existência de diversos diagnósticos da região e sobre o cadastramento de usuários de recursos hídricos. Uma das dúvidas levantadas foi sobre possíveis penalidades para usuários não cadastrados, fato que foi esclarecido. Também foram esclarecidos aspectos referentes ao Plano de Trabalho apresentado e sobre o instrumento da outorga de uso dos recursos hídricos. Finalizando o Encontro, técnicos atuantes na região fizeram uso da palavra enfatizando a importância do cadastramento de usuários e da efetiva participação local para a construção do Plano Estratégico. O Anexo 13 apresenta a recuperação de áudio do encontro, no qual estão transcritas alguns pontos importantes destacados pelo Eng. Guilherme Xavier de Miranda Júnior, representante da SDS/DRHI, pelo Eng. Ciro Loureiro Rocha, coordenador geral do projeto, e por representantes do Comitê do Rio Timbó.

O Encontro foi encerrado às 16h50min.

#### Avaliação do Encontro Regional

O espaço físico, localizado na zona rural do município de Porto União, utilizado para a realização do I Encontro, conta com infra-estrutura suficiente para o desenvolvimento das atividades propostas para esta etapa.

A representatividade dos municípios pode ser considerada como boa, já que atingiu sete dos onze municípios com área no SHPRH Timbó. Em termos de representação por setores, deverão ser avaliadas as estratégias utilizadas para mobilização social dos atores, nos próximos Encontros, principalmente dos usuários de recursos hídricos, tendo em vista que apesar de representado, contou com número reduzido quando comparado ao número total de participantes.

Entre os usuários de água presentes, estavam representantes de Sindicatos (STTR e STR), Cooperativa, Indústria, PCH, CASAN, Associação de Piscicultores, agricultores, empreendedores turístico, ou seja, com relativa diversidade quanto ao uso de recursos hídricos da região. Por outro lado, salienta-se novamente o fato do pouco conhecimento do assunto e provavelmente algumas incertezas com relação a questões, como por exemplo, a implementação dos

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 92</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

instrumentos de gestão de recursos hídricos, em especial, a outorga de direito e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Os principais aspectos questionados pelos presentes foram relacionados ao cadastramento de usuários de recursos hídricos e não propriamente ao conteúdo apresentado pela DRHI/SDS e pela MPB Engenharia.

A indicação da relação dos componentes, visando à formalização da Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico, é ação prioritária, devendo ser alvo de discussão em reunião do Colegiado, com a respectiva Resolução de Aprovação em ata da assembleia.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 93</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

#### **4. CONCLUSÕES**

Em função dos estudos e levantamentos desenvolvidos nesta Etapa A, onde foram feitas análises detalhadas de vários planos de informações com sucessivos avanços de acuidade, chega-se a um elenco de constatações que já podem indicar algumas ações, por parte da instituição gestora de recursos hídricos no Estado, no sentido de permitir elementos e conceitos uniformes, de forma que os processos de planejamento das bacias hidrográficas possam fluir dentro de uma lógica coerente e equilibrada.

A partir destas constatações, apresenta-se a seguir, um conjunto de conclusões, mesmo que preliminares, mas que certamente somam-se para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento de recursos hídricos no Estado de Santa Catarina. Dentre elas destaca-se que:

- a adoção de uma terminologia conceitual, que não induza a erros de interpretação, e a delimitação clara das unidades de planejamento, que haverão de ser também de gerenciamento para os comitês de bacia, são necessidades reais no processo de aprimoramentos sucessivos na gestão dos recursos hídricos catarinenses.

- tendo em conta que na atualidade não existe o plano de recursos hídricos da bacia do rio Iguaçu e que tampouco existe o respectivo comitê de bacia deste rio de domínio federal, deve-se ter presente que, conforme prevê a Resolução CNRH nº 17 de 2001, em momento futuro, deverá ser efetuada a compatibilização das condições dos exutórios dos rios do SHPRH Timbó com o plano da bacia hidrográfica do rio Iguaçu. Este mesmo fato deve ser considerado também para o rio Jangada, visto em que o mesmo é o limite entre os estados de Santa Catarina e do Paraná, e para os Rio Espingarda, Rio Santa Maria e Rio da Areia que nascem no território de Santa Catarina e passam para o Estado do Paraná.

- no Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 4.295 de 2002, consta "Representantes da sociedade civil", o que de fato deveria constar: "Representantes da população das bacias", aspecto este que foi salientado ao comentar a Lei nº 9.748 de 1994.

- o teor do art. 29º da Lei nº 9.748 de 1994 permite delegar aos municípios o gerenciamento dos recursos hídricos de bacias inseridas integralmente em seu território, o qual poderá, eventualmente, ser de interesse em casos como, na área do SHRPH Timbó, das bacias hidrográficas dos rios Lajeado e do Bugre, no Município de Canoinhas; dos rios das Painhas, Escala e Jeriza, no Município de Irineópolis; do córrego Guaraú, dos rios da Areia, Santa Maria, Espingarda, Xaxim e Jangadinha, no Município de Porto União; do rio dos Poços e do córrego do Leão, no Município de Matos Costas; e, dos córregos Pedra Lisa, Cutia e Caveira, no Município de Caçador.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 94</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- a Lei nº. 9.022, promulgada anteriormente à lei nº 9.748 de 1994, da Política Estadual, que instituiu os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, deve receber reparos no sentido de inserir a figura dos comitês, que obviamente passaram a fazer parte do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Santa Catarina e que não constam na composição descrita no teor da referida lei.

- os estudos até aqui desenvolvidos no SHPRH Timbó, apontam para a necessidade de uma revisão da terminologia para uma definição clara e objetiva da área de planejamento e de abrangência do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica, no caso, seria a abrangência de suas bacias contíguas.

- a área territorial, oficialmente definida e entendida como Bacia do Rio Iguazu, quando analisada considerando aspectos básicos da Hidrologia, apresenta-se em desacordo com o conceito clássico de bacia hidrográfica, inclusive, com a definição dada no Art. 4º da própria Lei Estadual 10.949 de 1998 que textualmente diz: "Considerar-se-á bacia hidrográfica a área geográfica de contribuição de um determinado curso de água". A Contratada entende que a denominação "Bacia do Rio Iguazu" constitui-se num recurso simplesmente mnemotécnico e não hidrológico, pois não é possível caracterizar um único exutório para esta área.

- visando evitar possíveis dicotomias conceituais, a Contratada optou por adotar para a área de trabalho, no âmbito dos estudos deste Plano Estratégico de Gestão Integrada, a denominação Sistema Hidrográfico de Planejamento de Recursos Hídricos Timbó – SHPRH Timbó.

- ao se confrontar a relação de municípios representados no Comitê com as divisas intermunicipais sobrepostas ao limite da bacia hidrográfica do rio Timbó (SUB2 – Rio Timbó) verifica-se que os municípios de Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Lebon Régis, Major Vieira e Santa Cecília não integram o referido Comitê.

- fica uma questão a se resolver futuramente, se assim o "Comitê Timbó" decidir: a área de atuação abranger a totalidade da área do SHPRH Timbó.

- em relação à reunião de trabalho com o Comitê, a Contratada entende que atendeu a expectativa inicial, com representatividade expressiva dos três setores (Sociedade Civil, Poder Público e Usuários de Água).

- a linguagem utilizada nas apresentações demonstrou-se adequada com relação ao objetivo do I Encontro Regional, sendo que as principais dúvidas foram relacionadas ao cadastramento de usuários de recursos hídricos e não propriamente ao conteúdo apresentado pela SDS/DRHI e pela MPB Engenharia.

- a representação dos municípios no Encontro Regional contou com sete dos onze municípios com área no SHPRH Timbó, devendo futuramente ser intensificadas as ações visando integrar participantes dos demais municípios não representados diretamente no I Encontro Regional.

- deve ser empreendido um esforço mais intenso para que o setor com menos representantes, como foi o caso de usuários de água, possa vir a ter uma participação mais expressiva nos próximos Encontros. Este fato é relevante, pois a participação do setor de usuários é condição indispensável para a elaboração do Plano Estratégico da Bacia.



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 95</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

- considerando os aspectos do processo de ocupação da área em estudo, pode-se dizer que esta evoluiu de uma situação meramente extrativista dos recursos naturais, entre eles a madeira e a erva mate, por exemplo, para uma condição agroindustrial onde a água passa a ser um insumo básico importante para o seu desenvolvimento.

- considerar os aspectos de atendimento ao consumo de água para os centros urbanos do SHPRH Timbó, tendo em vista o crescimento apontado para a área urbana.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 96
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## 5. BIBLIOGRAFIAS

### 5.1. Referências Bibliográficas

ANA. Agência Nacional de Águas. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Implementar e Coordenar a Gestão compartilhada e integrada dos Recursos Hídricos e Regular o acesso à Água, promovendo o seu uso sustentável em benefício da atual e das futuras gerações (Lei das Águas)**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/Missao/default.asp>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

ANA. Agência Nacional de Águas. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Divisão Hidrográfica Nacional**. Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos. Sistema de Informações Hidrológicas. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/GestaoRechidricos/InfoHidrologicas/mapasSIH/4-RHidrograficas.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

AMEOSC. Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina. **Governo do Estado investe mais de R\$ 6 milhões no Microbacias2 na Regional de São Miguel**. Associação de Desenvolvimento. Plano de Desenvolvimento. São Miguel do Oeste, SC, fevereiro de 2009. Disponível em: <<http://www.ameosc.org.br/conteudo/?item=2839&fa=1&cd=11604>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965**. Diário Oficial da União. Institui o Novo Código Florestal. Brasília, DF, 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm)>. Acesso em: 03 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto-lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Diário Oficial da União. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l6938.htm)>. Acesso em: 04 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	Página <b>97</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Diário Oficial da União. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9433.htm)>. Acesso em: 02 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.** Diário Oficial da União. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9984.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9984.htm)>. Acesso em: 03 jan. 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. Casa Civil. **Decreto-lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Diário Oficial da União. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis: nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; nº 8.036, de 11 de maio de 1990; nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978 e dá outras providências. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.leidireto.com.br/lei-11445.html>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

BRITO, Francisco. **Corredores Ecológicos: uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas.** Editora da Universidade Federal de Santa Catarina. 273p. Florianópolis, SC, 2006.

CASAN. **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.** Coordenar o Planejamento e Executar, Operar e Explorar os Serviços Públicos de Esgotos e Abastecimento de Água Potável: realizar Obras de Saneamento Básico, em convênio com municípios do Estado; fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável para toda Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1970. Disponível em: <<http://www.casan.com.br/index.php?sys=2>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

CERH. **Conselho Estadual de Recursos Hídricos.** Órgão encarregado de estabelecer as diretrizes da política de recursos hídricos com vistas ao planejamento das atividades de aproveitamento e controle dos recursos hídricos no território do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 1991. Disponível em: <[http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=33](http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=33)>. Acesso em: 18 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 98</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

CERH. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução CERH nº 003, de 23 de junho de 1997.** O Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprova as Normas Gerais para composição, organização, competência e funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Disponível em: <[http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=39&idMenuPai=38](http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=39&idMenuPai=38)>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CERH. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução CERH nº 001, de 25 de julho de 2002.** Estabelece que os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas serão criados em dezoito rios considerados principais em Santa Catarina. Disponível em: <[http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=42&idMenuPai=38](http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=42&idMenuPai=38)>. Acesso em: 18 jan. 2009.

CERH. Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução CERH nº 001, de 17 de março de 2008.** Diário Oficial do Estado nº 18.409, de 24 de julho de 2008. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água de Santa Catarina e das outras providências. Disponível em: <[http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=714&idMenuPai=38](http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=6&idMenu=714&idMenuPai=38)>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CIDASC. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. Executado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR) e suas vinculadas. **Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.** Florianópolis, SC, 2002 a 2008. Disponível em: <[http://www.cidasc.sc.gov.br/agropecuario2/projeto\\_microbacias.htm](http://www.cidasc.sc.gov.br/agropecuario2/projeto_microbacias.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2008.

CNRH. **Conselho Nacional de Recursos Hídricos.** Ocupa a instância mais alta na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 e regulamentado através do Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003. Brasília, DF, 1998. Disponível em <<http://www.cnrh-srh.gov.br/index.html>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 05, de 10 de abril de 2000.** Estabelece as diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R005.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 99</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 15, de 11 de janeiro de 2001**. Estabelecendo diretrizes gerais para a gestão de águas subterrâneas. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R015.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001**. Estabelece critérios gerais para a outorga de direito de uso de recursos hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R016.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 17, de 29 de maio de 2001**. Estabelece entre outras diretrizes, que a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas deverá estar em conformidade com o disposto na Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; que os Planos serão elaborados pelas competentes Agências de Água, supervisionados e aprovados pelos respectivos Comitês de Bacias e que deverão levar em consideração os planos, programas, projetos e demais estudos relacionados a recursos hídricos existentes na área de abrangência das respectivas bacias. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R017.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 22, de 24 de maio de 2002**. Estabelecendo diretrizes para a inserção das águas subterrâneas no instrumento Plano de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrhsrh.gov.br/delibera/resolucoes/R022.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 32, de 15 de outubro de 2003**. Institui a Divisão Hidrográfica Nacional em regiões hidrográficas, tendo como finalidade orientar, fundamentar e implementar o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/R032.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

CNRH. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução CNRH nº 91, de 05 de novembro de 2008**. Dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos. Disponível em: <<http://www.cnrh-srh.gov.br/delibera/resolucoes/main.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2009.

CONAMA. **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e foi instituído pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 100</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005**. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e da outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legipesq.cfm?tipo=3&numero=357&ano=2005&texto=>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 396, de 03 de abril de 2008**. Dispõe sobre a classificação e diretrizes das águas subterrâneas e da outras providências. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legipesq.cfm?tipo=3&numero=396&ano=2008&texto=>>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. **Gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil**. Brasília, DF, 1970. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br>>. Acesso em 19 jan. 2009.

CRBio. **Conselho Regional de Biologia**. Terceira Região / Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Porto Alegre, RS, 1987. Disponível em: <<http://www.crbio03.gov.br/home/index.php>> . Acesso em: 19 jan. 2009.

CREA. **Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina**. Atuar com eficácia na orientação, fiscalização, valorização e aperfeiçoamento do exercício profissional, promovendo a melhoria da segurança e da qualidade de vida da sociedade. Florianópolis, SC, 1958. Disponível em: <<http://www.crea-sc.org.br/noticias>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

CRQ. Conselho Regional de Química da 13ª Região. **Instrumento da Sociedade para Fiscalizar e Incentivar a qualidade na área de Química**. Florianópolis, SC, 2001. Disponível em: <<http://www.cfq.org.br/historico.htm>>. Acesso em 06 jan. 2009.

DIÁRIO CATARINENSE. **A Saga do Contestado**. Santa Catarina e Paraná, 1912 a 1916. Encarte Especial: Grupo RBS 30 anos Santa Catarina. O Santa Catharina 1900 a 1978. Edição nº 400. Edição: Santa Catarina, 03 de maio. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 101
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

DNPM. **Departamento Nacional de Produção Mineral.** Criado pelo Decreto nº 23.979, de 08/03/34 – Autarquia Federal, criada pela Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2009.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Propor, Coordenar e Executar, em benefício da sociedade, soluções para a Gestão e a Difusão de Informações.** Brasília, DF, 1972. Disponível em: <[http://www.embrapa.br/kw\\_storage/keyword.2007-06-04.5707907136](http://www.embrapa.br/kw_storage/keyword.2007-06-04.5707907136)>. Acesso em 14 jan. 2009.

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina. **Conhecimento, Tecnologia e Extensão para o Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural, em benefício da sociedade:** promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos Recursos Naturais. Florianópolis, SC, 1991. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em 06 jan. 2009.

FAESC. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina. **Coordenar, promover, defender e representar os interesses dos produtores rurais integrantes da categoria econômica rural.** Florianópolis, SC, 1968. Disponível em: <<http://www.senar.com.br/porta/faecsc/conteudo.php?sec=69>>. Acesso em: 29 dez. 2008.

FATMA. Fundação do Meio Ambiente. **Órgão Ambiental da Esfera Estadual do Governo do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, SC, 1975. Disponível em: <<http://www.fatma.sc.gov.br/fatma/fatma.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2009.

FATMA. Fundação do Meio Ambiente. Executora do Prapem/Microbacias2 (Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural): Diretoria de Recursos Hídricos (DRHI) da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). **Planejamento e Início de Implementação do Corredor Ecológico da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó (TOR 58/2006).** Plano de Trabalho. Componente Gestão Ambiental. Subcomponente Corredores Ecológicos e Unidades de Conservação. Florianópolis, SC, abril de 2008.

FELDHAUS, Fabiano. Universidade Federal do Paraná. **A Região do Contestado como Espaço de Representação do Sagrado.** Dissertação de Mestrado. Curitiba, PR, 2008.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 102
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/16542/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fabi%20biano.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2009.

FETAESC. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina. **Representar, defender, organizar e integrar os trabalhadores rurais do Estado de Santa Catarina.** São José, SC, 1968. Disponível em: <http://www.fetaesc.org.br/gtb2/plano.php>. Acesso em: 07 jan. 2009.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Unidade de política econômica e industrial.** Santa Catarina em Dados. Florianópolis: , v. 12, 98p. 2002.

FIESC. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Representar, política e institucionalmente, o setor industrial catarinense e promover a sinergia do Sistema.** Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.fiesc.com.br>. Acesso em: 08 jan. 2009.

HISTEDBR. Grupo de Estudos e Pesquisas da História, Sociedade e Educação no Brasil. . **A Ferrovia do Contestado.** Faculdade de Educação/Unicamp. Campinas, SP, 2002. Disponível em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/img1\\_16.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/img1_16.pdf). Acesso em: 13 jan. 2009.

IBAMA. **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.** Brasília, DF, 1989. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/institucional/historico>. Acesso em: 12 jan. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da População 2007.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/>. Acesso em: 03 jan. 2009.

LAGO, Paulo Fernando. **Gente da Terra Catarinense: Desenvolvimento e Educação Ambiental.** Florianópolis, SC, 1988. Editora da UFSC. FCC Edições. Editora Lunardelli. UDESC, 352p, 1988.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **História do MAB. Águas para Vida e Não para Morte. Água e Energia não são Mercadorias!** Brasil, BR, 1989. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/menu/historia.html>. Acesso em 08 jan. 2009.



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 103</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, Agroindústrias e Território: A dinâmica das Redes de Desenvolvimento Rural no Oeste Catarinense**. Doutorado em interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, Brasil. Florianópolis, SC, 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/637/512>>. Acesso em: 29 nov. 2008.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Promover a Adoção de Princípios e Estratégias para o Conhecimento, a Proteção e a Recuperação do Meio Ambiente**. Brasília, DF, 1992. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=88>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

NO CLIC. **Madeira, só reflorestada hoje em dia**. Disponível em: <[http://74.125.95.132/search?q=cache:i9lAbCww8KwJ:www.noclic.com.br/site/index.php%3Fsecao%3Dsala\\_imprensa%26id\\_editoria%3D1%26id%3D705+quinto+economia+planalto+norte+sc&hl=pt-BR&gl=br&strip=1](http://74.125.95.132/search?q=cache:i9lAbCww8KwJ:www.noclic.com.br/site/index.php%3Fsecao%3Dsala_imprensa%26id_editoria%3D1%26id%3D705+quinto+economia+planalto+norte+sc&hl=pt-BR&gl=br&strip=1)>. Acesso em 03 jan. 2009.

PAULI, Evaldo. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Instituto Histórico e Geográfico de SC. Biblioteca Superior de Cultura Simpósio. Enciclopédia de Regiões. MegaHistória de Santa Catarina. **História Econômica de Santa Catarina**. Enciclopédia Simpósio/Enciclopédia de regiões. Florianópolis, SC, 1997. Disponível em: <[http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia\\_economicaSC/91sc4914-final.html](http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc4914-final.html)>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO. **História do Município**. Porto União, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.portouniao.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto n ° 4.295, de 22 de março de 2002**. Lex: criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Timbó. Florianópolis, SC, 22 mar. 2002.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto Estadual n ° 14.250, de 05 de junho de 1981**. Regulamenta dispositivos da Lei Estadual n° 5.793/1980, referentes à Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental. Disponível em: <[www.ibama.gov.br/cepsul/legislacao.php?id\\_arq=335](http://www.ibama.gov.br/cepsul/legislacao.php?id_arq=335)>. Acesso em: 18 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	Página 104
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto n ° 2.648, de 16 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), criado pela Lei n° 9.748, de 30 de novembro de 1994 e regulamentado pelo Decreto n° 2.648/1998. Disponível em: <[http://www.cubataojoinville.org.br/arquivos/decreto\\_2648.pdf](http://www.cubataojoinville.org.br/arquivos/decreto_2648.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto n ° 4.778, de 11 de outubro de 2006**. Regulamenta a outorga de direito de uso de recursos hídricos, de domínio do Estado, de que trata a Lei Estadual n° 9.748, de 30 de novembro de 1994 e da outras providências. Disponível em: <[http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=499&idMenuPai=496](http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=499&idMenuPai=496)>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto n ° 4.871, de 17 de novembro de 2006**. Aprova a Tabela de Emolumentos para Análise e Expedição da Outorga de Direito de Uso da Água da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS) e estabelece outras providências. Disponível em: <[http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=519&idMenuPai=496](http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=519&idMenuPai=496)>. Acesso em: 17 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual n ° 9.022, de 06 de maio de 1993**. Dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <[http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhsc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=247&idMenuPai=235](http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=247&idMenuPai=235)>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual n ° 9.748, de 30 de novembro de 1994**. Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e da outras providências; estabelece os princípios, os objetivos, as diretrizes e, principalmente, os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos. Institui o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), como suporte financeiro da Política e das ações do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <[http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhsc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=238&idMenuPai=235](http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhsc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=238&idMenuPai=235)>. Acesso em: 18 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual n ° 243, de 30 de janeiro de 2003**. Estabelece nova Estrutura do Poder Executivo e no seu artigo 9º estabelece que a execução das atividades da administração estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará preponderantemente pelas Secretarias do Desenvolvimento Regional e por outros órgãos de atuação regional. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/sdr/documentos/Lei%20Complementar%20243%20>>

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 105</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

%202003,%20que%20trata%20da%20reforma%20ADM%20e%20cria%20as%20SDRs.doc>.  
Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual n ° 284, de 28 de fevereiro de 2005**. Estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo; no seu artigo 67º, estabelece que compete à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS), "Outorgar o direito de uso da água e fiscalizar as concessões emitidas". Disponível em: <[http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/conteudo/normas\\_legais/estadual/leis\\_complementares/lece284\\_2005.doc](http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/conteudo/normas_legais/estadual/leis_complementares/lece284_2005.doc)>. Acesso em: 17 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Complementar Estadual n ° 381, de 07 de maio de 2007**. Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. Disponível em: <[http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/conteudo/normas\\_legais/estadual/leis\\_complementares/lece\\_381\\_2007.doc](http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/conteudo/normas_legais/estadual/leis_complementares/lece_381_2007.doc)>. Acesso em: 18 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). Ministério Público. **Lei Estadual n ° 5.793, de 16 de outubro de 1980**. Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e da outras providências. Disponível em: <[http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal\\_lista.asp?campo=536](http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=536)>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Estadual n ° 6.739, de 16 de dezembro de 1985**. Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Disponível em: <[http://www.cubataojoinville.org.br/arquivos/lei\\_6739.pdf](http://www.cubataojoinville.org.br/arquivos/lei_6739.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei Estadual n ° 10.949, de 09 de novembro de 1998**. Dispõe sobre a caracterização do Estado em dez Regiões Hidrográficas. Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Disponível em: <[www.cubataojoinville.org.br/arquivos/lei\\_10949.pdf](http://www.cubataojoinville.org.br/arquivos/lei_10949.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2009.

SANTA CATARINA (Estado). Ministério Público. **Lei Estadual n ° 13.517, de 04 de outubro de 2005**. Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e estabelece outras providências. Disponível em: <[http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal\\_lista.asp?campo=4359](http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=4359)>. Acesso em: 18 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 106
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

SANTA CATARINA / GAPLAN. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina**. Florianópolis, 173 p. 1986.

SANTA CATARINA / SAR. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias)**. Florianópolis, SC, 2004. Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br>>. Acesso em: 12 nov. 2008.

SANTA CATARINA / SDM. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM). **Diagnóstico Geral: Bacias Hidrográficas de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 163p, 1997.

SANTA CATARINA / SDM / SAR. **Mapa das Regiões Hidrográficas do Estado de Santa Catarina / 2000**. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM) & Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR). Florianópolis, SC, 2000. Arquivo Digital. Escala nominal 1: 500.000.

SANTA CATARINA / SDS (Estado). Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (SDS). **Panorama dos Recursos Hídricos de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, março de 2007. CR-ROM.

SANTA CATARINA / SDS. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Portaria SDS n ° 25, de 03 de agosto de 2006**. Institui o Cadastro Estadual de Usuários de Recursos Hídricos (CEURH) e dispõe sobre os procedimentos para cadastramento de usuários e regularização de usos dos recursos hídricos de domínialidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <[http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhesc/conteudo\\_visualizar\\_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=502&idMenuPai=501](http://www.sirhesc.sds.sc.gov.br/sirhesc/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idEmpresa=29&idMenu=502&idMenuPai=501)>. Acesso em: 13 nov. 2008.

SANTA CATARINA / SDS. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina (SIRHESC)**. Florianópolis, SC, 2006. Disponível em: <<http://www.aguas.sc.gov.br/sirhesc>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

SANTUR. Santa Catarina Turismo S/A. **Divulgação da Política Estadual de Turismo**. Vinculada a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. Florianópolis, SC, 1977. Disponível em: <[http://www.santur.sc.gov.br/eventos/lista\\_santur.php](http://www.santur.sc.gov.br/eventos/lista_santur.php)>. Acesso em: 12 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 107
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

SDR. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de CAçador (SDR CAçador). **Criada pela Lei Complementar Estadual n º 243, de 30 de janeiro de 2003.** Florianópolis, SC, 2003. Disponível em:

<<http://www.sc.gov.br/sdr/documentos/Lei%20Complementar%20243%20-%202003,%20que%20trata%20da%20reforma%20ADM%20e%20cria%20as%20SDRs.doc>> & < <http://www.cdr.sdr.sc.gov.br/index.php>> . Acesso em: 16 jan. 2009.

SDR. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Canoinhas (SDR Canoinhas). **Criada pela Lei Complementar Estadual n º 243, de 30 de janeiro de 2003.** Florianópolis, SC, 2003. Disponível em:

<<http://www.sc.gov.br/sdr/documentos/Lei%20Complementar%20243%20-%202003,%20que%20trata%20da%20reforma%20ADM%20e%20cria%20as%20SDRs.doc>> & < <http://www.cni.sdr.sc.gov.br>> . Acesso em: 16 jan. 2009.

SDR. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Curitibaanos (SDR Curitibaanos). **Criada pela Lei Complementar Estadual n º 243, de 30 de janeiro de 2003.** Florianópolis, SC, 2003. Disponível em:

<<http://www.sc.gov.br/sdr/documentos/Lei%20Complementar%20243%20-%202003,%20que%20trata%20da%20reforma%20ADM%20e%20cria%20as%20SDRs.doc>> & < <http://cbs.sdr.sc.gov.br> >. Acesso em: 16 jan. 2009.

SDS. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.** Florianópolis, SC. Disponível em:

<[http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=12&Itemid=78&lang=brazilian\\_portuguese](http://www.sds.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=78&lang=brazilian_portuguese)>. Acesso em: 16 jan. 2009.

VISA. Vigilância Sanitária. Secretaria de Estado da Saúde. **Conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas decorrentes do meio ambiente e prestação de serviços de interesse da saúde.** <[www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br](http://www.vigilanciasanitaria.sc.gov.br)>. Acesso em: 08 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 108</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## 5.2. Bibliografias Consultadas

AMARP. Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. **Coordenar, Ampliar e Fortalecer a Capacidade Administrativa, Econômica e Social dos municípios do Alto Vale do Rio do Peixe.** Videira, SC, 1968. Disponível em: <<http://www.amarp.org.br/conteudo/?item=377&fa=376>>. Acesso em 29 dez. 2008.

A NOTÍCIA. SC Planalto Norte. **Consórcio Intermunicipal quer reciclar 96% do lixo.** Joinville, SC, 2004. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2004/jun/30/0pla.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

COMASSETTO, Carlos Fernando. (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo (UPF). **A Colônia Rio Uruguai: aspectos da atuação das companhias colonizadoras entre 1920-1950.** Dissertação de Mestrado. Passo Fundo, RS, 2008. Disponível em: <<http://www.upf.br/ppgh/download/Carlos%20Fernando%20Comassetto.prn.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

DEFESA CIVIL ESTADUAL. Defesa Civil em Santa Catarina. **Planejar e Promover a Defesa permanente contra desastres; prevenindo e minimizando danos, socorrendo e assistindo populações atingidas por desastres e recuperando áreas por eles deterioradas.** Florianópolis, SC, 1973. Disponível em: <[http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=129&Itemid=178](http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=129&Itemid=178)>. Acesso em 14 jan. 2009.

FECAM. Federação Catarinense de Municípios. **Programa de Capacitação de Gestores Ambientais e Conselheiros do SISNAMA no Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, SC, 1980. Disponível em: <[http://www.fecam.org.br/a9/scripts/a9\\_download.php?f=/www/fecam/arquivosbd/pag\\_avulsas/0.933675001164128886\\_pcn\\_\\_\\_anexo.doc&fn=pcn\\_\\_\\_anexo.doc.](http://www.fecam.org.br/a9/scripts/a9_download.php?f=/www/fecam/arquivosbd/pag_avulsas/0.933675001164128886_pcn___anexo.doc&fn=pcn___anexo.doc.)>. Acesso em: 29 dez. 2008.

FECOAGRO. Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina. **Promover o fortalecimento das cooperativas filiadas e seus associados, com produtos e serviços de qualidade, proporcionando rentabilidade e competitividade no mercado em que atua.** Florianópolis, SC, 1975. Disponível em: <<http://www.fecoagro.coop.br/historico.php>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 109
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. **Promover a Educação Básica aos Índios, Demarcar, Assegurar e Proteger as Terras por eles tradicionalmente ocupadas, Estimular o Desenvolvimento de Estudos e Levantamentos sobre os Grupos Indígenas.** Brasília, DF, 1967. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.html>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de Crescimento e Diferenciação Econômica em Santa Catarina**, Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Instituto de Economia. Campinas, SP; 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Santa Catarina: municípios.** Florianópolis, SC, 2002. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios/ frametsetmunicipios.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

GUIA CATARINENSE. **O Portal de Santa Catarina.** SC, 2000. Disponível em: <<http://www.guiacatarinense.com.br/municipios>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

HISTEDBR. Grupo de Estudos e Pesquisas da História, Sociedade e Educação no Brasil. **Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado.** Nilson Thomé (Diretor do Museu Histórico e Antropológico do Contestado e Coordenador do Grupo de Pesquisa HISTEDBR/CONTESTADO). Museóloga Michele Chapiewski (compilação). Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/img5\\_16.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/img5_16.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2009.

MPF/SC. Ministério Público Federal de Santa Catarina. Notícias do Ministério Público Federal. **Ministério Público de Santa Catarina acompanha demarcação de terras indígenas no oeste do Estado:** solução do conflito aguarda indenização dos agricultores e liberação das terras para os índios. Florianópolis, SC, março. 2007. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias-do-site/indios-e-minorias/mpf-sc-acompanha-demarcacao-de-terras-indigenas-no-oeste-do-estado>>. Acesso em: 16 fev. 2009.

PAULI, Evaldo. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Instituto Histórico e Geográfico de SC. **Efemérides de Santa Catarina.** Enciclopédia Simpósio/Fundação Cultural Simpósio. Florianópolis, SC, 1997. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/Efemerides/index.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 110
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO. **Histórico da Cidade**. Bela Vista do Toldo, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.pmbvt.sc.gov.br/conteudo/?item=17998&fa=1557&cd=7595>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR. **História de Caçador**. Caçador, SC, 2009. Disponível em: <[http://www.cacador.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=15&Itemid=66](http://www.cacador.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=15&Itemid=66)>. Acesso em: 04 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALMON. **História do Município**. Calmon, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.calmon.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 02 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS. **História do Município**. Canoinhas, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.pmc.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 05 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS. **Histórico do Município**. Irineópolis, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.irineopolis.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS. **Histórico Lebon de Régis**. Lebon Régis, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.lebonregis.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 06 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA. **História do Município**. Major Vieira, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.majorvieira.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 03 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA. **Histórico do Município**. Matos Costa, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.matoscosta.sc.gov.br/conteudo/?item=11288&fa=6145>>. Acesso em: 06 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA. **Conheça a História do nosso Município**. Santa Cecília, SC, 2009. Disponível em: <<http://www.santacecilia.sc.gov.br/conteudo/?item=11799&fa=8587>>. Acesso em: 05 jan. 2009.



DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 111</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE. **Histórico do Município**. Timbó Grande, SC, 2009. Disponível em: < <http://www.timbogrande.sc.gov.br/home/index.php>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

SDS. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Santa Catarina (PERH/SC)**. Relatório Temático (RT-05): Diagnóstico da Dinâmica sócio-institucional das regiões hidrográficas. Etapa A: Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos. Documento Preliminar: em análise. [2006/2007].

SENAC. **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**. Desenvolver pessoas e organizações para o mundo do trabalho, com ações educacionais e disseminando conhecimentos em Comércio de Bens e Serviços. Florianópolis, SC, 1946. Disponível em: <<http://www.sc.senac.br/index.php>>. Acesso em: 08 jan. 2009.

SENAI. **Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Santa Catarina**. Formar e Aperfeiçoar Profissionais para o Setor Industrial. Florianópolis, SC, 1954. Disponível em: <<http://www.sc.senai.br>>. Acesso em 08 jan. 2009.

SENAR. **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de Santa Catarina**. Desenvolver ações de Formação Profissional Rural e atividades de Promoção Social voltadas para o homem rural, contribuindo para sua qualificação, integração na sociedade, qualidade de vida e cidadania. Florianópolis, SC. Disponível em: <[http://www.senar.com.br/html/senar\\_apresentacao.php](http://www.senar.com.br/html/senar_apresentacao.php)>. Acesso em 07 jan. 2009.

SISTEMA SINDUSCON. **Entidade representativa da classe patronal da indústria da Construção civil da Grande Florianópolis: fortalecer o setor, buscando o desenvolvimento sustentável, integrando pessoas, organizações e meio ambiente**. Florianópolis, SC, 2003. Disponível em: <<http://www.sinduscon-fpolis.org.br/index.asp?dep=66>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Disseminação de Informações para a Gestão de Bacias Hidrográficas (CEDIBH). **Perguntas Frequentes**. Florianópolis, SC, 1980. Disponível em: < <http://www.caminhodasaguas.ufsc.br/perguntas-frequentes-2>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	REVISÃO C	Página 112
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Disseminação de Informações para a Gestão de Bacias Hidrográficas (CEDIBH). **Histórico**. Florianópolis, SC, 1980. Disponível em: <<http://www.caminhodasaguas.ufsc.br/historico-novo>>. Acesso em: 13 jan. 2009.

UVESC. União dos Vereadores de Santa Catarina. **Órgão Máximo de Representação dos Vereadores do Estado de Santa Catarina: desenvolver o espírito associativo entre os Vereadores de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 1973. Disponível em: <<http://www.uvesc.org.br/index.php?pg=estatuto>>. Acesso em: 29 dez. 2008.

WERLANG, A. A. **A colonização às margens do Rio Uruguai no extremo oeste catarinense: atuação da Cia**. Territorial Sul Brasil (1925-1954), SC, 1999.

DOCUMENTO	<b>RELATÓRIO – ETAPA A</b>	<b>RL-1708-900-931-MPB-002</b>	
EMPREENDEDOR	<b>SDS</b>	<b>REVISÃO C</b>	<b>Página 113</b>
EXECUTOR	<b>MPB ENGENHARIA</b>		
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO INTEGRADA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIMBÓ - ESTRATÉGIA PARA O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO -</b>			

## **6. ANEXOS**